

DM
MEND/MA1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
MESTRADO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A MULHER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ
NO AMAPÁ: PARTICIPAÇÃO, *EMPOWERMENT*
E LIDERANÇA

Marcos Antônio Távora de Mendonça – N.º 14732

ORIENTADOR: Prof. Doutor José Ornelas
Instituto Superior de Psicologia Aplicada



2008

ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Centro de Documentação

Registo: 18343
Data: 22/06/09

Tel.: 21 621 17 50 • biblioteca@ispa.pt

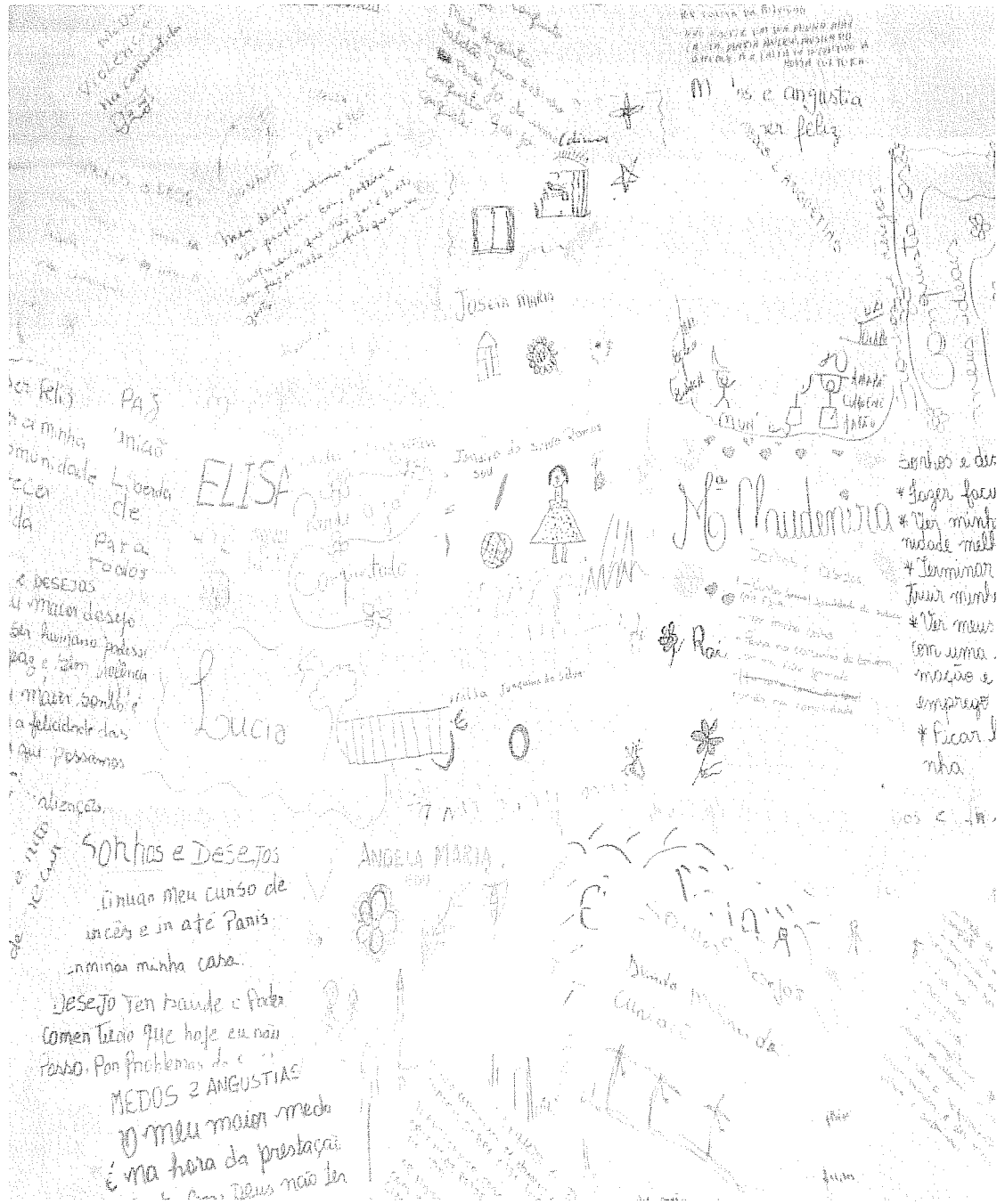


Imagem das actividades: “Fazendo Arte com o Nome” e “Sonhos/Desejos; Medos / Angústias”, realizadas por todas as mulheres participantes no Grupo Focal.

Ao Ser Humano Mulher...

Se não sou negro por raça, posso ser negro por opção política. Mesmo não sendo negro, posso assumir a causa de libertação dos negros, defender o direito de suas lutas, reforçar, como puder, sua organização e sentir-me aliado na construção de um tipo de sociedade que torne cada vez mais impossível a discriminação racial e a opressão social e que veja como riqueza a diferença e a acolha como complementação.

Leonardo Boff

Mais que a defesa de um trabalho académico, esta dissertação revela buscas entrelaçadas, concretização de desejos e de um projecto colectivo. Com a plena convicção de que a família, os amigos e nossa comunidade são as maiores fontes de amor e de alegria que temos enquanto seres humanos, apresento aqui meus agradecimentos:

Ao Orientador desta dissertação, Professor Doutor José Ornelas, pela colaboração do processo reflexivo deste trabalho.

À Professora Doutora Aldina Gonçalves, pelo apoio e valiosos momentos de reflexão à mim disponibilizados.

Às Professoras Mestres Alzira N. da Silva e Kelly Cristina Nascimento Day e Mileny Távora de Mendonça, pelas preciosas e esclarecedoras discussões e reflexões.

A todos/as os/as Professores/as que formam o Grupo de Formação Continuada da SEED/Amapá, especialmente: Fernanda Cristina Baia Gomes e Aldenise Regina Lisboa Carneiro que cumpriram o papel de moderadoras nas actividades do grupo focal, bem como da colaboração do Professor Orivaldo de Azevedo Souza.

Aos meus companheiros e companheiras de turma, especialmente: Daniel Felipe Matias, pela amizade e equilíbrio partilhado; Marta Sofia, pelos sorrisos sempre disponíveis e Adriana Nunes, pela espiritualidade tranquilizadora.

À Ana Lúcia Figueiredo e sua família, por acreditarem na pureza dos actos de um casal de brasileiros.

Há pessoas decisivas em nossas vidas, sempre presentes, mesmo quando distantes fisicamente, pois sem elas tudo seria diferente e com menos brilho. Nesse sentido, registo minha sincera gratidão e agradecimentos:

A meu pai, José Leite de Mendonça e minha mãe, Irene Távora de Mendonça, dos quais tenho maior orgulho e verdadeira satisfação em chamá-los de 'Pai e Mãe'.

À minha esposa Sílvia Cristina Mendonça Pantoja que será a mãe do/s meu/s filho/s e/ou filha/s. Pelo companheirismo, compreensão e amizade, mas principalmente, por me permitir fazer parte de sua vida.

Aos meus irmãos/as Magno José Távora de Mendonça, Mileny Távora de Mendonça, Paulo Roberto Távora de Mendonça e Jeanne Távora de Mendonça, pela presença incentivadora e desejos de sucesso.

E por fim, mas não menos importante, a todas as mulheres do Quilombo do Curiaú no Amapá que, generosa e carinhosamente, participaram/colaboraram neste estudo.

Índice

Índice.....	I
Lista de Figuras.....	III
Lista de Tabelas.....	III
Lista de Siglas	IV
Resumo.....	V
Abstract	VI
Introdução	1
Objectivos do Estudo	5
Apresentação do Relatório de Estudo	5
Enquadramento Teórico.....	7
A Psicologia Comunitária e a Psicologia Social Comunitária.....	8
O Conceito de Comunidade	10
Participação Comunitária.....	12
<i>Empowerment</i> /Empoderamento	14
Liderança Comunitária.....	17
Género e Poder	20
Enquadramento Histórico e Geográfico da Comunidade e da Amostra em Estudo.....	25
Como chegaram neste rincão brasileiro e que terras tucujus são essas?.....	25
O que é um Quilombo e o que é ser-se Quilombola?	28
Como surgiu a Comunidade Quilombola do Curiaú?.....	29
Aspectos demográficos, socio-económicos e culturais da comunidade.....	30
Amostra/ Participantes do Estudo	35
Revelando as personagens da pesquisa	36

Metodologia	40
Investigação Colaborativa	40
Princípios da Investigação Colaborativa.....	41
Procedimentos	47
Observação Participante.....	47
Entrevistas Semi-estruturadas	48
Grupo Focal (focus groups).....	49
Análise dos Resultados	54
A percepção de valores comunitários	55
A percepção do conceito de comunidade.....	57
A Participação	59
O Empoderamento	65
A Liderança.....	68
Conclusões e Recomendações	73
Referências Bibliográficas	77
Anexos	
Anexo A: Glossário	90
Anexo B: Autorização da Associação de Mulheres do Curiaú	93
Anexo C: Carta de esclarecimento e consentimento.....	94
Anexo D: Termo de compromisso	96
Anexo E: Ficha de identificação da pessoa entrevistada	97
Anexo F: Guião de entrevistas	98
Anexo G: Música – Igarapé das Mulheres (composição: Osmar Júnior)	99
Anexo H: Música – Maria, Maria (composição: Milton Nascimento e Fernando Brant).....	100
Anexo I: Música – O Sal da Terra (composição: Beto Guedes e Ronaldo Bastos).....	102
Anexo J: História de burros	104
Anexo K: Cada macaco no seu galho	106

Anexo L: Mapa do Brasil	107
Anexo M: Mapa do Estado do Amapá.....	108
Anexo N: Mapa da Área de Protecção Ambiental (APA) do Curiaú	109
Anexo O: Movimentos Sociais de Mulheres Existentes no Estado do Amapá	110
Anexo P: Transcrições das Entrevistas Semi-estruturadas	112
Anexo Q: Sites Consultados	130

Lista de Figuras

Figura 1: Fortaleza de São José de Macapá às margens do Rio Amazonas	27
Figura 2: Jovens de ambos os sexos a jogar futebol na comunidade	31
Figura 3: Canto da Ladainha durante a Folia de São Joaquim do Curiaú	32
Figura 4: Imagem do “Batuque” festejado pela comunidade do Curiaú	33
Figura 5: Búfalos, campos inundáveis e florestas do Curiaú	34
Figura 6: Parte do grupo de mulheres participantes do estudo; moderadoras (professoras) do grupo focal e crianças da comunidade	35
Figura 7: Imagem de descrição de medos e angústias (Participante 02) e sonhos e desejos (Participante 06)	37
Figura 8: Uma das residências da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá....	42
Figura 9: Registo de um momento do grupo focal	51
Figura 10: Imagem da actividade “Fazendo Arte com o Nome” (Participante 02)	53
Figura 11: Imagem ilustrativa da percepção do conceito de comunidade (Participante 06 e Participante 02).....	59
Figura 12: Imagem das estruturas construídas para reflexões sobre modelos de liderança.....	70

Lista de Tabelas

Tabela 1: Características diversificadas das participantes	38
Tabela 2: Renda domiciliar total de todas as fontes.....	39

Lista de Siglas

APA: Área de Protecção Ambiental	2
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.....	2
DUE: Divisão de Unidade de Conservação	2
SEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente.....	2
PSC: Psicologia Social Comunitária.....	9
ONG: Organização Não Governamental	16
AVIVE: Associação Vida Verde da Amazônia	19
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ...	19
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.....	20
IDG: Índice de Desenvolvimento de Género	20
FCP: Fundação Cultural Palmares	30
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.....	30
FGV: Fundação Getúlio Vargas.....	38
IMENA: Instituto de Mulheres Negras do Amapá	44
UFC: Universidade Federal do Ceará	45
SEED: Secretaria de Educação do Estado do Amapá.....	45
AMMVQC: Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú	60
GRIAQCR: Grupo de Idosos do Quilombo do Curiaú.	60

Resumo

O presente trabalho tem como objectivos gerais compreender as relações de poder na comunidade e contribuir para a reflexão acerca da participação, do *empowerment* e da liderança das mulheres na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá. A referida comunidade localiza-se no extremo norte do Brasil, no Estado do Amapá, fazendo parte da vasta região Amazónica. Para concretização destes objectivos foi realizada uma investigação colaborativa, utilizando-se procedimentos de carácter qualitativo, criando-se uma relação de colaboração na investigação comunitária. Este estudo qualitativo propõe-se a identificar quais as formas de participação que são vivenciadas pelas mulheres e os domínios sociais em que elas exercem o poder na comunidade Quilombola do Curiaú, além de analisar as relações existentes na comunidade entre género, poder e a construção da liderança. Procurou também, analisar o papel e a influência da mulher no processo de tomada de decisões dentro da comunidade. Utilizou-se a combinação de três diferentes procedimentos para colecta das informações: a observação participante (trabalho de campo), as entrevistas em profundidade (semi-estruturadas) e a técnica dos grupos focais (focus groups). Tal facto deve-se ao reconhecimento de que, com as combinações de diferentes procedimentos, obtêm-se resultados mais confiáveis em um estudo qualitativo. Algumas conclusões que o presente estudo permitiu foram: Na Comunidade Quilombola do Curiaú existe um forte sentimento de comunidade; há grande liderança familiar, cultural e política das mulheres; há um maior protagonismo da mulher quilombola na família e uma maior participação financeira da mulher na renda familiar; as mulheres buscam e possuem maior nível escolar que os homens.

Palavras-chave: mulheres negras, participação, *empowerment*, liderança e investigação colaborativa.

Abstract

The present work has as its main goals to understand the relations of power in the community and to contribute for greater considerations regarding the aspects of participation, empowerment and women's leadership in a Quilombola community of Curiaú in Amapá. This community is located on the northernmost point of Brazil, in the state of Amapá, being a part of the vast region of Amazon. To accomplish these goals a collaborative research was undertaken, using a qualitative methodology, and creating a collaborative relation in the community investigation. This qualitative study proposes to identify the forms of participation that are experienced by women and the social domains in which power is exerted in the Quilombola community of Curiaú, besides analysing the existing relations between gender, power and the building of leadership. It also focused in the analyses of women's influence and role in the decision making process, in the referred community. A combination of three different procedures to collect information was used: participant observation (fieldwork), the in-depth interviews (semi-structured) and focus group. By combining these different procedures, the existing literature in this field indicates that more reliable results can be obtained. The presented work also presented some conclusions, such as: A strong feeling of community in the Quilombola Community of Curiaú; the family, cultural and political leadership of women in the community; more women's participation in the family income; and also, women have more interest and a higher school level than man in the refereed community.

Key-words: black women, participation, *empowerment*, leadership, collaborative research.

Introdução

A etnia negra tem um papel e um significado importante na formação e no desenvolvimento do Brasil. Não há como pensar a história, o presente e o futuro da nação brasileira sem levar em consideração os afro descendentes, sejam eles grupos organizados ou não.

Ainda que o Brasil (ver Anexo L) seja um país formado por várias etnias e culturas, há um desconhecimento das características desses grupos, em razão da criação do mito da democracia racial. Esta homogeneização da cultura causa prejuízos às pessoas, especialmente às comunidades minoritárias, uma vez que não se evidencia nem se aborda adequadamente os problemas pertinentes a cada grupo étnico-cultural.

As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, povoados com características negras, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades negras rurais quilombolas, comunidades de terreiro, território afro descendentes, população afro descendentes (Andrade, 2003), são expressões que designam grupos sociais afro descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram e/ou rebelaram-se contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, e passaram à constituir e construir territórios independentes e isolados no interior das florestas brasileiras.

A alforria dos escravos e escravas no Brasil, em 1888, não foi acompanhada de medidas que permitissem aos negros e negras alforriados permanecer na área rural. Somente um século depois, com a Constituição Brasileira de 1988, e o reconhecimento dos direitos dos quilombolas, começou-se a lançar luz sobre a existência dessas comunidades.

As comunidades remanescentes de quilombos não podem ser olhadas como organismos isolados, pois pertencem ao mundo e querem se relacionar com ele. O mundo de hoje procura estabelecer conceitos universais que valem para todos os seres humanos, independentemente de gênero, raça, cor, etnia, nacionalidade, opções religiosas e políticas. Esse certamente é um dos aspectos positivos da globalização. E

como podemos minimizar ou eliminar esse isolamento que, muitas vezes, é imposto a essas comunidades?

Investir em estudos, pesquisas e projectos que tenham como alvo as comunidades menos conhecidas e/ou excluídas – como ainda é o caso das comunidades remanescentes de quilombo – e, em particular a mulher negra, é um caminho. É consensual e compreensível que quaisquer investimentos na mulher são facilmente multiplicáveis para a família e a comunidade na qual ela vive e pertence. Portanto, investir na mulher é investir na criança, na família e em sua comunidade. Isso torna-se cada vez mais evidente e necessário quando lembramos que a partir do ano 2000, a participação dos negros e negras na sociedade brasileira alcançou o montante de 75 milhões de pessoas (cerca de 44,7% da população), o que faz do Brasil a segunda nação negra do mundo, atrás apenas da Nigéria (PNUD Brasil, 2005).

É nessa perspectiva que se posiciona o presente estudo, objectivando compreender as relações de poder e contribuir para a reflexão acerca da participação, do *empowerment* e da liderança das mulheres na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá.

Distante aproximadamente 8km da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá (ver Anexo M), norte do Brasil, a comunidade Quilombola do Curiaú constitui também, a chamada Área de Preservação Ambiental do Rio Curiaú (APA)¹. É uma área composta por cinco (05) pequenas Vilas: Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, Casa Grande, Curralinho e Mocambo; onde vivem, aproximadamente, 178 famílias. A maior concentração de famílias localiza-se nas Vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora².

É indiscutível que ao longo dos tempos, as mulheres foram educadas para um determinado papel no contexto familiar e na comunidade onde estavam inseridas. Assim, a mulher desempenhava, e ainda desempenha em algumas comunidades, o

¹ É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objectivos básicos proteger diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Consultado em: www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=APA em 10/09/08.

² Dados fornecidos por SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) – Divisão de Unidade de Conservação (DUE).

papel principal de cuidadoras em suas famílias. São elas que cuidam dos irmãos e/ou irmãs menores e também dos demais membros da família, como idosos e doentes. Porém, é inegável que além da sensibilidade para cuidar das pessoas, a mulher tem poder de articulação, capacidade técnica, administrativa e financeira.

No caso da Comunidade Quilombola do Curiaú são as mulheres que se envolvem mais directamente com os assuntos comunitários, inclusive toda e qualquer reivindicação (como médicos efectivos para o posto de saúde, escolas de ensino médio para os jovens, etc.), além da ajuda aos vizinhos em actividades práticas do quotidiano é realizada com a intervenção das mulheres. Portanto, estudos, pesquisas e projectos desenvolvidos no Brasil e que tenham como foco principal a mulher negra, para conhecer e compreender sua realidade, certamente transformar-se-ão em um investimento na democracia e no desenvolvimento do país.

Acima de tudo é preciso investir nas mulheres para minimizar em nossa sociedade alguns dos efeitos da desigualdade de género, que dificultam o exercício pleno dos seus direitos. Essas desigualdades tornam-se exacerbadas quando nos referimos à mulher negra. Portanto, torna-se necessário possibilitar às mulheres, especialmente as mulheres negras, ampliação das condições de autonomia pessoal e auto-sustentação. É essa perspectiva de *empowerment* que serve como valor de orientação para o desenvolvimento do estudo na comunidade Quilombola do Curiaú (Zimmerman, 1998).

O Quilombo do Curiaú direccionou, durante a década de 90, todos os seus esforços e preocupações na luta para a solução do problema fundiário que até então se apresentava: o reconhecimento oficial enquanto comunidade afro-descendente. O início do século XXI trouxe novos desafios para a comunidade, como a emergência de um novo problema fundiário. Na década em que vivemos e num futuro próximo, o desaparecimento da propriedade comunitária será o grande desafio a enfrentar pela/na comunidade.

De maneira formal, o Quilombo permanece como área comunitária em função de documentação pertinente, mas na prática, o surgimento de cercas na comunidade (que caracteriza o nascimento da propriedade privada), os limites impostos pelas pessoas aos seus próprios vizinhos, além da efectiva e cruel invasão realizada pela

cidade de Macapá das/nas terras do Curiaú, demonstram o desaparecimento da propriedade comunitária.

A área urbana da cidade de Macapá transformou-se, para o Quilombo do Curiaú, em um gigantesco “Capitão-do-Mato”. Também conhecido como Capitão-de-entrada-e-assalto, além de outros termos, o posto de Capitão-do-Mato³, foi uma instituição disseminada por toda a colônia brasileira como milícia especializada na caça a escravos fugidos e na destruição dos quilombos. Com seu avanço desenfreado ocupando os limites territoriais do Quilombo do Curiaú e, não raro, invadindo esses espaços, a capital do Estado da Amapá impõe uma espécie de “imperialismo urbano”, caracterizado pela lenta e sistemática destruição do Quilombo do Curiaú, como dantes era realizada pelo “Capitão-do-Mato”.

O “imperialismo urbano” imposto pela cidade de Macapá ao Quilombo do Curiaú, não se restringe somente à expansão de fronteiras da cidade. É perceptível também, quando observamos o espaço rural do quilombo incorporando cultura, valores, hábitos alimentares e o modo de vida urbano. Exemplos desse facto são a proliferação de bares e restaurantes na comunidade, um fluxo cada vez maior de carros e de pessoas (não pertencentes à comunidade), e o consumo de produtos dos supermercados da cidade em detrimento aos produzidos e obtidos na própria comunidade.

É nessa perspectiva que existe a necessidade de fortalecimento das mulheres na liderança das associações comunitárias, grupos e movimentos sociais, presentes actualmente no viver comunitário do quilombo, como também, de uma efectiva participação nos processos de tomada de decisão a favor de sua comunidade e não somente a oferta voluntária de tempo e/ou recursos (Ornelas, 2003).

Dessa maneira, o presente estudo foi desenvolvido buscando clareza nos aspectos metodológicos. Realizou-se uma investigação colaborativa – numa perspectiva de valorização das percepções, pontos de vista e experiências das mulheres participantes do estudo – objectivando-se o envolvimento da própria comunidade na concepção, implementação e desenvolvimento do processo investigativo (Rappaport, 1990). Portanto, utilizando-se também de procedimentos

³ Revista de História da Biblioteca Nacional. Quilombos: Escravos Desafiam o Poder. Rio de Janeiro, Dezembro de 2007, nº 27.

de carácter qualitativo (observação participante, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal), buscou-se a construção do estudo na Comunidade Quilombola do Curiaú através da partilha de experiências entre as pessoas, criando-se uma parceria colaborativa entre o investigador e as mulheres participantes do estudo (Ornelas, 2008).

É no âmbito de tudo que se referiu anteriormente que se insere a pertinência do trabalho desenvolvido com as mulheres negras da/na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá e que aqui se propõe apresentar.

Objectivos do Estudo

O presente trabalho tem como objectivos gerais compreender as relações de poder e contribuir para a reflexão acerca da participação, do *empowerment* e da liderança das mulheres na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá.

Em termos de objectivos específicos pretende-se com o desenvolvimento deste trabalho: identificar quais as formas de participação que são vivenciadas pelas mulheres na comunidade Quilombola do Curiaú; identificar os domínios sociais em que o poder é exercido pelas mulheres na comunidade; analisar as relações existentes na comunidade entre género, poder e a construção da liderança; analisar o papel e a influência da mulher no processo de tomada de decisões dentro da comunidade.

Apresentação do Relatório de Estudo

O primeiro capítulo do trabalho consiste no enquadramento teórico do mesmo, onde se apresenta a conceptualização de Psicologia Comunitária e de Psicologia Social Comunitária, além da conceptualização de comunidade. Apresenta-se também, uma revisão teórica de alguns dos trabalhos e conceitos desenvolvidos nas áreas de: participação comunitária, liderança comunitária e *empowerment*/empoderamento, exemplificados por actividades e trabalhos práticos desenvolvidos na Amazónia brasileira. Ainda apresenta-se às/aos leitoras/es a revisão teórica de alguns trabalhos desenvolvidos sobre a perspectiva de género e poder.

O segundo capítulo consiste no enquadramento histórico e geográfico da comunidade e da amostra em estudo, numa perspectiva consciente de que as informações e os dados obtidos, somente terão sentido e serão perfeitamente compreendidos, quando situados num determinado contexto histórico e geográfico. Apresenta-se também, detalhadamente, os aspectos demográficos, socio-económicos e culturais da comunidade e a amostra/participantes do estudo.

O terceiro capítulo deste trabalho consiste na apresentação da metodologia de trabalho que foi desenvolvida na Comunidade Quilombola do Curiaú. Apresenta-se os princípios da investigação colaborativa através da descrição do percurso da investigação. Apresenta-se também, os procedimentos qualitativos utilizados para a recolha de dados.

No quarto capítulo deste trabalho, desenvolve-se a análise dos resultados e sua discussão. O quinto e último capítulo apresenta as conclusões e principais recomendações deste trabalho.

Para uma melhor compreensão de determinadas expressões e/ou palavras utilizadas na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá, disponibiliza-se ao leitor, nos anexos deste trabalho, um pequeno glossário, objectivando-se um perfeito entendimento do vocabulário local e seus significados.

Enquadramento Teórico

A realidade acontece quando
a vemos; como a realidade
acontece, depende de
como a vemos.

Danah Zohar

A Cimeira do Milénio⁴ (Nova Iorque, de 6 a 8 de Setembro de 2000) considerou como essenciais para as relações internacionais no século XXI, e consequentemente, para toda a humanidade, alguns valores fundamentais. Entre eles figuram: a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade comum.

Em conexão com esses valores, essa mesma Cimeira apela para que todas as nações do mundo lutem contra todas as formas de violência contra a mulher, além de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

É evidente portanto, a íntima ligação entre os valores defendidos pela Cimeira do Milénio – bem como com alguns dos seus objectivos relacionados à mulher –, e as perspectivas de participação, *empowerment* e liderança das mulheres, independentemente de raça, etnia, cultura, crenças religiosas, concepções políticas, posição social e/ou comunidade/s a que pertencem. É também perceptível a conexão com os valores fundamentais da Psicologia Comunitária, identificados por Dalton, Elias e Wandersman (2001, cit. por Ornelas, 2008): o bem-estar individual, o sentimento de comunidade, a justiça social, a participação cívica, a colaboração e o fortalecimento comunitário, o respeito pela diversidade humana e a fundamentação empírica.

⁴ United Nations Millennium Declaration DPI/2163 - Portuguese 2000 - August 2001. Published by United Nations Information Centre, Lisbon.

A Psicologia Comunitária e a Psicologia Social Comunitária

A Psicologia Comunitária emergiu na década de 60 como forma de responder a diversas lacunas da investigação psicológica tradicional. Os psicólogos, em geral, actuavam como peritos e diagnosticavam problemas e patologias. Já os psicólogos comunitários tentavam ver-se como colaboradores no processo de investigação e/ou intervenção e focar-se nas forças ou recursos da comunidade (Prilleltensky, 2001).

Para Duffy e Wong (1996) a Psicologia Comunitária tem como objectivo optimizar o bem-estar das comunidades e dos indivíduos através de intervenções alternativas e inovadoras, planeadas em colaboração com os membros afectados dessas comunidades e com outras disciplinas dentro e fora da psicologia.

Montero (2004) afirma que a maioria dos autores define a Psicologia Comunitária como aquela que trata da comunidade e que é realizada com a comunidade. A autora explicita que a principal e primordial característica da Psicologia Comunitária – ou seja, a sua essência – é que o comunitário inclui como função activa da comunidade, a sua participação. Essa autora afirma ainda que esta disciplina constitui uma:

Área da psicologia cujo objecto é o estudo dos factores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social, para solucionar problemas que os afectam e lograr mudanças nestes ambientes e na estrutura social (Montero, 1982, p.16).

Rappaport (1977) apresenta uma definição na qual fornece ênfase na relação entre indivíduo e meio ambiente (cultural, social, físico), demonstrando que um dos objectivos da Psicologia Comunitária é a produção de uma melhor relação entre ambos. O autor afirma que a Psicologia Comunitária é uma disciplina que:

(...) acentua a importância da perspectiva ecológica da interacção, mantendo a possibilidade de melhorar a adaptação entre as pessoas e seu meio ambiente, por meio da criação de novas possibilidades sociais e com o desenvolvimento de recursos pessoais, em vez de dar ênfase exclusivamente na supressão das deficiências dos indivíduos ou de suas comunidades (Rappaport, 1977, p. 73).

Sánchez Vidal (2007) após analisar as definições de Psicologia Comunitária de procedência norte-americana, sul-americana e europeia, desenvolvidos por diversos autores/as (Caplan, 1979; Bloom, 1984; Rappaport, 1977; Newbrough, 1973; Goodstein & Sandler, 1978; Bender, 1981; Sánchez Vidal, 1988; Montero, 1989; Góis, 1993), propõe um conceito “mínimo” de Psicologia Comunitária, objectivando-se uma maior compatibilidade com os diferentes enfoques existentes, simplicidade linguística e uma generalidade conceptual.

Nesse sentido, o conceito “mínimo” desenvolvido por Sánchez Vidal, apresenta a Psicologia Comunitária como sendo um “campo teórico-prático que busca a melhoria das pessoas através da mudança ‘desde baixo’ – geridos pelos próprios sujeitos – e baseado na comunidade territorial e psicossocial em que o psicólogo desempenha um papel indirecto de dinamizador e catalizador de esforços” (Sánchez Vidal, 2007, p. 68).

Em estudos desenvolvidos por diferentes autores/as (Montero, 1982, 1984, 2004; Sánchez Vidal, 1991, 2007; Ornelas, 1997, 2008; Rappaport, 1992, 1977; Quintal de Freitas, 1996, 2005; Gomes, 1999, e outros), alguns princípios básicos da Psicologia Comunitária evidenciam-se: (a) união entre teoria e prática; (b) transformação social como meta; (c) poder e controlo dentro da comunidade; (d) conscientização e socialização; (e) autogestão e participação. Fica claro que a Psicologia Comunitária é um campo teórico-prático que objectiva desenvolver capacidades e melhorias das pessoas, consequentemente o desenvolvimento humano integral. No dizer de Montero (1984, p. 397), “a Psicologia Comunitária se apresenta então como uma via de interacção, geradora de tecnologia social, cujo objectivo é lograr a autogestão para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato”.

Foi numa atmosfera social de mudança e expectativa que surgiu a Psicologia Comunitária, inspirada pelos movimentos sociais emergentes da década de 60, onde ocorriam grandes transformações na sociedade em geral e nas concepções acerca da saúde mental em particular (Ornelas, 2008). Já na América Latina, para Quintal de Freitas (1996), a Psicologia Comunitária passa a ser chamada por Psicologia Social Comunitária (PSC) por utilizar-se dos enquadres teóricos da Psicologia Social,

diferenciando-se de práticas assistencialistas ligadas principalmente aos serviços de saúde.

Quintal de Freitas (2005, p. 52) afirma que na PSC se destacam três aspectos essenciais: (a) ver na vida quotidiana as repercussões psicossociais das diferentes formas de opressão e fatalismo que se editam e reeditam a cada momento, (b) construir uma relação dialéctica na produção de conhecimento, no estabelecimento dos objectivos, na implementação das estratégias de acção comunitária e na formação dos núcleos orgânicos de trabalho, (c) explicitação de um compromisso político e adopção de práticas psicossociais voltadas para intervenções colectivas com propostas de construção de actores colectivos.

Para Sánchez Vidal (2007), mais que uma proposta teórica e prática acabada, a PSC trata-se de uma orientação e uma maneira de abordar a acção comunitária com uma base mais social que clínica, cujas ideias e princípios básicos são: a autogestão comunitária, o controlo e a participação da comunidade nos processos de mudança, uma prática transformadora da realidade social, a investigação-acção participante como união entre teoria e prática, além do compromisso social e político com os mais necessitados.

Tanto a Psicologia Comunitária como a Psicologia Social Comunitária buscam, constantemente, o desenvolvimento humano e a mudança social, através de alternativas socio-políticas, partindo de uma visão positiva da comunidade e das pessoas, e reconhecendo a capacidade do individuo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas.

Freire (1980) resume essa perspectiva quando afirma que o sentido último da Psicologia Comunitária é a contínua busca da humanização por parte dos moradores de uma comunidade, pois esta parece ser a vocação do sujeito por reconhecer-se incompleto e capaz de superar-se como ser humano que de fato o é.

O Conceito de Comunidade

Não há como deixar de explicitar o conceito de comunidade no presente estudo, já que ela é a grande protagonista da investigação e/ou intervenção do Psicólogo Comunitário. Ao analisar o conceito de comunidade desenvolvido por

diferentes autores/as, observa-se que “o conceito de comunidade não se focaliza exclusivamente nos contextos geográficos” (Ornelas, 2008, p. 61). É nesse sentido que Sarason (1974) afirma que uma comunidade é mais do que uma área política ou geográfica, ela contém uma variedade de instituições que podem estar formalmente ou informalmente relacionadas umas às outras.

Nessa perspectiva, Gusfield e Heller (1975, 1989, cit. por Ornelas, 2008) nos apresentam dois significados distintos para o termo comunidade: o territorial e o relacional. As comunidades territoriais são os bairros, as cidades, vilas, lugarejos, aldeias ou regiões e, portanto, caracterizam a concepção tradicional do termo comunidade. Quando as comunidades são definidas pelos interesses, culturas, tarefas ou propósitos comuns de seus membros, elas são chamadas de relacionais (Heller, 1989, cit. por Ornelas, 2008).

Montero (2004) afirma que a comunidade é a noção central, o motor fundamental, actor e receptor de transformações e o sujeito e objecto da Psicologia Comunitária. A autora estabelece o conceito de comunidade como “um grupo em constante transformação e evolução (seu tamanho pode variar), que em sua inter relação gera um sentido de pertença e identidade social, tomando seus integrantes consciência de si como grupo e fortalecendo-se como unidade e potencialidade social” (Montero, 2004, p. 207).

Tropman (1998, cit. por Amaro, 2002) fornece seu contributo ao afirmar que cada comunidade partilha um sentimento de destino comum e que uma comunidade é um grupo de pessoas cuja unidade assenta sobre alguns elementos comuns: localidade geográfica, identificação étnica, uma afiliação ou um local de trabalho. Hall (2005) chama atenção que um dos efeitos do processo de globalização pelo qual passa a humanidade tem sido o crescimento da importância e o fortalecimento das identidades locais, regionais e comunitárias.

Sarason (1974) afirma que uma comunidade tem uma história distinta que é relevante no sentimento de comunidade e essencial para a compreensão das características sociais, políticas, religiosas ou económicas dessa comunidade. O autor afirma ainda, que o conceito de sentimento de comunidade contém em si o sentimento de pertença, em que a pessoa se percepção como parte integrante e

significativa de uma colectividade maior e de uma rede de relações interdependentes e de suporte mútuo, da qual se pode depender e confiar.

McMillan e Chavis (1986) citaram o sentimento de comunidade como:

(...) um sentimento que os membros da comunidade têm em relação a pertencer a uma comunidade, um sentimento de que os membros se preocupam uns com os outros e que o grupo se preocupa com eles e uma confiança compartilhada que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do seu compromisso em permanecerem juntos (McMillan & Chavis, 1986, p. 9).

Chavis (2007) descreve ainda, os cinco elementos que considera como fundamentais para o sentimento de comunidade ou a forma como percebemos uma comunidade: Satisfazer necessidades, partilhar valores, estatuto de membro, influência e uma ligação emocional partilhada.

Já Sanchez e Wiesenfeld (1983), ao fornecer alguns critérios que consideram significativos, possibilitam uma melhor compreensão da definição de comunidade. Esses autores afirmam que uma comunidade se caracteriza por: (a) ser um grupo de pessoas, não um agregado social, com determinado grau de interacção social; (b) repartir interesses, sentimentos, crenças, atitudes; (c) residir em um território específico; e (d) possuir um determinado grau de organização.

Participação Comunitária

Tendo como princípio que na sociedade actual o direito de participação da população foi ampliado – e em muitos casos, efectivamente respeitado –, mas que ainda está longe da plena igualdade de participação, é importante considerar que todas as pessoas têm o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum.

Boff (2000) afirma que o ser humano vem dotado de uma vontade ontológica de participação, pelo facto de ser pessoa, ser criativo, livre e responsável. Essa vontade é intrínseca. O autor afirma ainda, que “sem a participação o ser humano se sente oprimido, forçado a secundar um projecto político dos outros, para o qual não teve nenhuma colaboração” (Boff, 2000, p. 80).

Montero (2004) define participação comunitária como “um processo organizado, colectivo, livre, inclusivo, no qual há uma variedade de actores, de actividades e graus de compromisso, que está orientado por valores e objectivos compartilhados, em cuja execução se produzem transformações comunitárias e individuais”. A autora enfatiza a existência de uma relação directa entre compromisso e participação, que é totalmente explicitada por Martín González e López (1998, cit. por Montero, 2004), ao afirmarem que “a participação autêntica é uma participação comprometida”.

Nessa mesma perspectiva, Sarriera (2004) fornece seu contributo ao afirmar que a participação comunitária se faz imprescindível para levantar as necessidades e expectativas dos grupos que a compõem e comprometer a mesma no processo de interacção cultural.

A participação comunitária está associada a dois valores fundamentais da Psicologia Comunitária: (a) participação cívica e (b) colaboração e o fortalecimento comunitário. A participação cívica refere-se a capacidade de uma comunidade participar na identificação e definição dos problemas que a afecta, das decisões que determinam o seu futuro e de se organizar de forma mais eficaz (Ornelas, 2008). Observa-se, neste sentido, que a participação dos cidadãos na vida comunitária é fundamental, pois possibilita o crescimento, fortalecimento e bem-estar dos cidadãos e de sua comunidade.

Através de uma relação de colaboração entre os profissionais e os membros da comunidade, em que ambos contribuem para o conhecimento e identificação de recursos e participam nos processos de decisão, obtém-se a solução dos problemas sociais, implementa-se processos de mudança e de desenvolvimento das comunidades (Ornelas, 2008). Essa perspectiva caracteriza a colaboração e o fortalecimento comunitário e demonstra a importância da participação activa dos cidadãos no viver comunitário.

Portanto, a participação comunitária é uma prática que emprega uma variedade de estratégias e técnicas, utilizando as competências e a energia dos cidadãos para alcançar objectivos colectivos (Ornelas, 1997). Além disso, essa “participação dos cidadãos não é simplesmente a oferta voluntária de tempo ou

recursos, mas resulta da sua participação nos processos de decisão a favor da comunidade” (Ornelas, 2008, p. 244).

Em termos individuais a participação significa uma constante busca de melhores caminhos. Cada um pode participar ao falar, escrever, discutir, denunciar e cobrar responsabilidades, além de encorajar outros à participação. Em termos colectivos a participação se dá por meio da integração em qualquer grupo social e/ou movimento social, ao adquirir a convicção de que a força do conjunto sempre irá compensar a fraqueza do individual.

Castells (2006) afirma que os movimentos sociais são reflexos do que somos e ao mesmo tempo caminhos de nossa transformação. O autor considera que os movimentos sociais “são acções colectivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade”.

É evidente que para um indivíduo experimentar uma efectiva participação comunitária não basta constituir-se parte de diferentes movimentos sociais, faz-se necessário e indispensável que cada pessoa tenha alguma forma permanente de participação; na escola, na fábrica, no escritório, em sua casa, nas associações, trocando ideias e informações, sugerindo e apoiando iniciativas, realizando um trabalho constante de esclarecimento, de consciencialização e organização.

Empowerment/Empoderamento

Considerando que uma comunidade é composta tanto por indivíduos como por instituições formais, o *empowerment* desta comunidade – conceito intimamente ligado à participação comunitária – é a capacidade que essa comunidade tem de responder eficazmente aos problemas colectivos.

O sentido original do termo *empowerment* foi definido por Rappaport (1987), ao afirmar que é “um processo ou um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades podem assumir o controlo sobre suas próprias vidas”. Segundo Rappaport (1992), o *empowerment* comunitário “consiste em identificar, facilitar ou criar contextos em que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser

compreendidas, ter uma voz e influência sobre as decisões que lhes dizem directamente respeito ou que de algum modo, afectem a sua vida”.

Nessa perspectiva, este processo de *empowerment* seria um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam consciência da sua capacidade e competência para produzir e criar, além de tornarem-se gestoras de suas próprias vidas. Rappaport (1981, 1987) sugere que este processo se dá, tanto por uma determinação individual da autonomia com a própria vida, como por uma participação democrática na vida da comunidade. O autor demonstra que o *empowerment*, na Psicologia Comunitária, deve centrar-se num pensamento divergente que encoraje a diversidade e, a partir desta diversidade, as pessoas poderão beneficiar-se de uma maior oportunidade de controlo sobre as suas próprias vidas e recursos.

Outro contributo em termos de esclarecimento do conceito de *empowerment* é fornecido pelo Grupo de Empowerment da Universidade de Cornell, ao definir *empowerment* como:

um processo intencional e continuado, que envolve o respeito mútuo, a reflexão crítica, a participação em grupos e, através destes, as pessoas que não possuem uma porção equitativa dos recursos disponíveis podem aumentar a sua acessibilidade e controlo sobre esses mesmos recursos (Cornell University Empowerment Group, 1989; cit. por Ornelas, 2008).

Observa-se, dos conceitos apresentados, que o *empowerment* pode ocorrer a nível individual, organizacional e comunitário (Rappaport, 1984; Zimmerman, 2000b, cit. por Ornelas, 2008). A nível individual, o *empowerment* é o processo através do qual os indivíduos ganham o controlo sobre as suas vidas e a participação democrática nas suas comunidades (Rappaport, 1987). Já ao nível organizacional, o *empowerment* refere-se aos processos e estruturas organizacionais que promovem a participação de seus membros e aumentam a eficácia em termos da realização dos objectivos e da obtenção de resultados, enquanto que o *empowerment* comunitário refere-se à acção colectiva para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Perkins e Zimmerman, 1995, cit. por Ornelas, 2008).

Sánchez Vidal (2007) define *empowerment* como um “processo de – interacção para a – aquisição de poder e controlo sobre a vida pessoal, institucional e comunitária. Dotar de poder, capacitar, habilitar. Apoderamento de poder”. O autor afirma que, nesse sentido, a palavra “empoderamento” parece mais adequada com a ideia geral de aquisição de poder. Nessa perspectiva – e como no Brasil o termo utilizado para designar *empowerment* é, também, empoderamento –, essa será a expressão utilizada ao longo deste trabalho.

Encontra-se conexões entre os conceitos de empoderamento e alguns dos princípios que fundamentam os planos governamentais do Brasil e que são orientadores da política brasileira para as mulheres. Os princípios são: igualdade na diversidade, autonomia das mulheres, estado laico, universalidade, participação e solidariedade. Esses princípios foram elaborados e difundidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em Brasília de 15 a 17 de Julho de 2004.

A Conferência deixou claro que a autonomia das mulheres ou seu empoderamento implica na ampliação do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas, seus corpos, sua comunidade e país. Isso favorece sua autonomia económica, política e social, bem como o rompimento com o legado histórico de dependência, exploração, opressão e subordinação a que foram submetidas as mulheres brasileiras.

Além dessa capacidade de actuação sobre as suas vidas, o enfoque actual determina que o empoderamento das mulheres acontece também através do direito a serem livres e independentes. Essa é a perspectiva desenvolvida pelo “Projecto de Parteiras Tradicionais” implantado no Estado do Amapá, concretizado através de parcerias com diferentes comunidades do Estado, com as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, Ministério da Saúde, assim como ONGs como o “Cais do Parto” e o “Grupo Curumim” (Schwarzstein, 2002). O projecto teve início em 1995, com 62 parteiras, e em 2000 já incluía o número de 948 parteiras tradicionais do Amapá (Mindlin, 2002).

Nas palavras de Capiberibe (2002), “as parteiras são mulheres humildes, com idade entre 18 e 89 anos, a maioria não alfabetizada, que desenvolveram o dom de partejar herdado de suas mães e avós, e assim mantêm conhecimentos que são passados de geração a geração”.

Entre as diversas acções desenvolvidas no/pelo projecto, torna-se merecedor de destaque o processo de capacitação utilizado como um elemento-chave para melhorar a qualidade da assistência ao parto domiciliário, ao proporcionar uma perspectiva de empoderamento às mulheres/parteiras e famílias participantes. O processo de capacitação buscou a interacção entre o saber empírico das parteiras e o conhecimento técnico, resgatando-se e valorizando-se o que de melhor foi produzido nestes dois campos de saberes. Para tanto, adoptou-se uma metodologia participativa, com discussões e reflexões sobre suas práticas, além dos relatos de experiências vivenciadas pelos participantes. Estimulou-se assim, o pensamento crítico e a construção pessoal e colectiva do conhecimento (Abreu, 2002).

Esse exemplo demonstra o quanto o conceito de empoderamento “é extremamente útil para o desenvolvimento de políticas e programas de intervenção comunitária” (Ornelas, 2008, p. 54).

Liderança Comunitária

Cada indivíduo sofre influência da sociedade em que vive mas, ao mesmo tempo, exerce alguma influência sobre ela. O simples facto de existir, ocupando um espaço, sendo visto ou ouvido, precisando vestir-se e consumir alimentos já é uma forma de influir. Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da colectividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade.

A sociedade humana actual convive com grandes problemas como o aquecimento global, a destruição ambiental, o declínio das estruturas comunitárias e familiares, guerras, desigualdades sociais, deterioração do sistema de educação pública, entre outros. São questões essenciais para as quais a autoridade hierárquica é inadequada e que, portanto, a “resolução” e/ou amenização desses problemas não está nas mãos de alguns poucos líderes (Senge, 1999). Não devemos compreender com isso que as hierarquias não são importantes. Trata-se de eliminar o modelo de hierarquia “comando e controle” e instituir o modelo de hierarquia com base na responsabilidade, o que possibilita um melhor desempenho às comunidades e/ou

organizações na resolução de seus problemas, com aprendizagem e empoderamento mais eficazes (Brenneman, 1999).

Nesse sentido, considera-se liderança “como a capacidade de uma comunidade humana configurar seu futuro e, especificamente, de sustentar os processos de mudança significativos, necessários para que isso aconteça” (Senge, 1999). Certamente é uma definição mais próxima da experiência real das pessoas relativamente à liderança e mais adequada ao mundo actual.

Para o efectivo exercício da liderança comunitária são necessárias as seguintes características: A articulação dos problemas comunitários; a expressão da ideia da possibilidade de uma comunidade melhor; a defesa construtiva e adequada de pontos de vista; o ouvir activamente os outros, incluindo os oponentes; a identificação e mobilização de recursos humanos e comunitários; a construção de relações colaborativas e o encorajamento do trabalho de grupo; a gestão, mediação e resolução de conflitos; o planeamento de estratégias para a mudança comunitária; o englobar das lições aprendidas a partir da experiência; a busca de fontes e formas de suporte social; o dosear dos esforços para evitar o desgaste pessoal e relacional e, também, o envolvimento de outros no processo de participação comunitária (Berkowitz, 1987, 1996; Balcazar *et al.*, 1990, cit. por Ornelas, 2008).

Nessa perspectiva, torna-se evidente uma mudança na concepção de que é necessário a existência de um único líder à comandar e solucionar todos os problemas. Senge (1999) fala da necessidade de criação de “Comunidades de Liderança” na sociedade moderna, ao afirmar que:

(...) A liderança se desenvolve, de facto, da capacidade de reter uma tensão criativa, a energia gerada quando pessoas articulam uma visão e enxergam a verdade sobre a realidade actual. (...) Sendo assim, toda organização tem muitos líderes (...). O foco então muda de líder-herói para comunidades de liderança (...). Isto representa uma mudança radical daquele pensamento que vê os líderes como heróis, lá em cima, a “dirigir a mudança”. Você dirige um carro. É uma máquina que você controla com o objectivo de chegar ao lugar que deseja. O carro o leva até lá. Você não “dirige” uma planta para fazê-la crescer. Tampouco os líderes “dirigem” suas organizações. A organização é uma comunidade humana. É um sistema vivo, como uma planta ou um adolescente. Não há ninguém dirigindo-a. Mas há muitas pessoas cuidando do jardim (Senge, 1999, pp. 28 e 34).

Concepção similar é partilhada por Amaro (2002) quando afirma que a liderança comunitária deve: Valorizar a diversidade, partilhar responsabilidades, ser orientada para a acção, e focalizar-se no desenvolvimento da sua comunidade, construindo e desenvolvendo as capacidades locais.

Essas características são demonstradas em diferentes comunidades ribeirinhas da Amazônia Brasileira. Um exemplo merecedor de divulgação ocorre no Município de Silves, Estado do Amazonas, a 250km da cidade de Manaus, capital do estado. As mulheres de Silves uniram-se e fundaram a Associação “Vida Verde da Amazônia” (AVIVE)⁵. Organizaram as mulheres ribeirinhas das comunidades vizinhas, envolveram suas famílias e, através do extrativismo vegetal sustentável, realizam a produção – a partir da matéria-prima colhida na floresta – de sabonetes, incensos, perfumes, velas aromáticas e óleos essenciais.

A iniciativa possibilitou a criação do Projecto “Manejo dos Recursos Naturais da Várzea”, organizado e orientado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O projecto é pautado no desenvolvimento sustentável e proporcionou a AVIVE, além do desenvolvimento dos produtos, promoverem a autogestão, trocas de experiências entre diversas comunidades ribeirinhas da Amazônia, o resgate de conhecimentos tradicionais, a recuperação e o desenvolvimento de novas técnicas de produção, bem como a geração de renda para suas famílias.

Demonstrando a força de superação das Amazonas⁶, essas mulheres guerreiras da Amazônia Brasileira, explicitam com suas palavras, o empoderamento que uma liderança comunitária verdadeiramente comprometida possibilita: “Antes eu não tinha trabalho. Ficava só em casa. E eu me sentia assim... que eu ia envelhecendo de uma hora pra outra, né! Antes a gente tinha vergonha de conversar, de falar, agora não! [risos]... já esta mais solto a língua” (Vilma Viana – Associada da AVIVE).

Outro exemplo no mesmo sentido, fica no estado brasileiro de Pernambuco, onde o grupo quilombola “Conceição das Crioulas” permanece “vivo” graças à

⁵ Documentário: Produção de Óleos Essenciais no Município de Silves – Amazônia: Brasil (IBAMA).

⁶ Mulheres Amazonas: Guerreiras lendárias que, na antiguidade, teriam vivido às margens do Mar Negro e que possuíam grande espírito bélico e viril. Segundo a lenda, queimavam o seio direito para tornar mais fácil o uso do arco.

liderança das mulheres negras que ali vivem. Desde sua origem, essa comunidade quilombola vem sendo marcada por lideranças femininas. A comunidade tem uma tradição de mulheres fortes e corajosas, que não se intimidam diante de empreendimentos arriscados, mesmo contra a vontade dos homens. A luta pela terra, as questões políticas frente aos poderosos, o resgate da história e da identidade local e a busca de um ensino público específico para essa comunidade são algumas das situações em que elas sempre estiveram à frente (Sucupira, 2005).

As mulheres, em diferentes lugares e espaços sociais, independentemente de crenças religiosas e cor da pele, estão a mostrar um importante papel de liderança, principalmente em acções relacionadas à cidadania e à qualidade de vida. Isso porque questões como a falta de água e/ou energia, saneamento básico, educação e saúde deficitárias – que afectam principalmente nações de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento –, fazem parte de uma problemática ligada às necessidades básicas das mulheres. Observa-se normalmente, que a primeira voz que se levanta é a da mulher, pois são elas que estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida.

Género e Poder

Ao falar nas relações de género, estamos a falar de poder. Ao falar em participação, em liderança e em empoderamento de mulheres estamos, também, a falar de género e poder. Isso ocorre na medida em que nossa sociedade actual perpetua as relações existentes entre masculino e feminino como relações desiguais, assimétricas, além de manter, em muitos casos, a mulher subjugada ao homem. Compreender, portanto, a questão do poder e, em especial, do poder nas relações de género, bem como sua importância no processo de inserção das mulheres em todos os níveis sociais é fundamental na prática daqueles que são responsáveis pela execução de projectos de desenvolvimento comunitário.

Muraro (2006) demonstra que, ao consultar as listas das Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desenvolvimento de Género (IDG), além dos Índices da Transparência Internacional, os países que ocupam os primeiros lugares são aqueles em que as mulheres partilham o poder com os homens e, ao mesmo tempo, visualizam o exercício do poder como um serviço e não como

um privilégio. A autora enfatiza ainda, que esses factos evidenciam que a transparência, empoderamento de mulheres e desenvolvimento humano estão intimamente ligados.

Sánchez Vidal (2007, p.136) define poder como uma “forma de influência social: capacidade de afectar os outros e de controlar recursos socialmente valorizados. Força latente. Energia que dinamiza acção social. Uma forma de relação entre indivíduos, grupos e instituições”. O autor afirma que são fontes de poder: O número (as maiorias), a organização social, a participação em acções colectivas e os recursos sociais valiosos.

Lagarde (1993) fornece seu contributo ao definir poder como:

(...) a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um facto que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objectivos (...). Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com factos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder (Lagarde, 1993, p.154).

Castells (2006, p. 423) chama atenção que o poder na Era da Informação é, a um só tempo, identificável e difuso, pois “a nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento. Este poder encontra-se na mente das pessoas”.

Observa-se que estes conceitos de poder vão além do poder político, do poder formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações económicas, sociais e pessoais.

Nos dias actuais, em que pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas e não se constituem

enquanto sujeitos activos. Não exercem o poder e, principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de facto controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais (Costa, 1998).

Esta subalternidade, em muitos casos determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de género. A sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constroem mulheres e homens como sujeitos opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvido em uma relação de domínio e subjugação.

É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria ideias a respeito do que é ser-se uma mulher e do que é ser-se um homem, o que é masculino e o que feminino, ou seja, as chamadas representações de género. E com isso se estabelecem também as ideias de como devem ser a relação entre mulher e homem, a relação entre as mulheres e a relação entre homens. Cria-se, dessa forma, as relações de género.

Nesse sentido, o perfeito entendimento do conceito de género é essencial, tendo em vista sua poderosa reverberação na experiência de vida tanto de homens como de mulheres. Para melhor compreensão é necessário fazer uma importante distinção entre sexo e género. De um modo geral, o termo 'sexo' é utilizado para se referir às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e o corpo feminino. Enquanto que por 'género', "entendem-se as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. O género está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e de feminilidade; não é necessariamente um produto directo do sexo biológico de um indivíduo" (Giddens, 2004, p. 109). Portanto, ao falar em sexo, estamos nos referindo aos aspectos físicos, biológicos do macho e da fêmea, aquelas diferenças que estão nos nossos corpos e que não mudam radicalmente, apenas se desenvolvem de acordo com as etapas das nossas vidas.

As estudiosas do feminismo tentam construir um conceito de género desvinculado do sexo, que se refere à identidade biológica de uma pessoa. Género é

construção social do sujeito masculino ou feminino. Nesse sentido, Scott (1995) tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens. Analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestação de poder.

O conceito de gênero implica relação. Nas nossas sociedades, o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares. Para muitas sociedades masculino e feminino têm valores diferentes e, na maioria das vezes, o que é considerado masculino tem mais valor. Assim, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de autoridade, de poder e de prestígio entre as pessoas de acordo com seu sexo. É por isso que se diz que as relações de gênero são relações de poder.

Scott (1995) fundamenta suas abordagens nos seguintes eixos teóricos: (a) as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe); (b) a perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elemento simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações; (c) a categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais; (d) a condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas; (e) as relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Barbieri (1992) é outra autora que traz importante contribuição à temática do gênero. Centra sua análise nos limites teóricos do patriarcado, desenvolvendo estudos sobre as condições de vida, de trabalho e sobre a cultura produzida pela mulher. Além disso, tece suas considerações sobre a sociedade como elemento gerador da subordinação feminina, enfatizando ainda, que é da sociedade que surge e se expande a categoria gênero.

Uma definição de género com um sentido mais operacional é fornecida por Williams (1999), no Manual de Formação em Género da Oxfam:

As pessoas nascem macho ou fêmea, mas aprendem a ser meninos e meninas que se desenvolvem como homens e mulheres. A eles e elas são ensinados os comportamentos e atitudes apropriados, os papéis e actividades adequados e como eles/as devem se relacionar com outras pessoas. Este comportamento aprendido é que organiza a identidade de género e determina os papéis de género.

Nogueira (1999) enfatiza a importância de observarmos as questões de género a partir de uma abordagem mais actual denominada, por Harding (1986, cit. por Nogueira, 1999), de pós-moderna. Na psicologia essa abordagem é protagonizada pelo chamado “Construcionismo Social”. Essa teoria moveu a pessoa do centro de atenção e posicionou como foco central, nos estudos psicológicos, o domínio social. Nogueira (1999) esclarece que, nesta perspectiva, deve-se compreender o ser humano como socialmente construído, como produto de interrelações entre as pessoas que possuem especificidade histórica e cultural e que, portanto, é pertencente a um sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente. Por fim, afirma que:

(...) o género não é apenas algo que a sociedade impõe aos indivíduos; mulheres e homens eles próprios fazem o género e ao fazê-lo eles escolhem certas opções comportamentais e ignoram outras. Esta perspectiva desafia o carácter “natural” da diferença de género, sustentando que todas as características sociais significativas são activamente criadas, e não biologicamente inerentes, permanentemente socializadas ou estruturalmente predeterminadas (Nogueira, 1999, p.182).

Enquadramento Histórico e Geográfico da Comunidade e da Amostra em Estudo

Eia povo destemido
Deste rincão brasileiro,
Seja sempre o teu grito partido
De leal coração altaneiro!

Salve rico torrão do Amapá,
Solo fértil de imensos tesouros,
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros!

Trecho do Hino do Amapá
Letra: Joaquim Diniz
Música: Oscar Santos

Para o efectivo (re)conhecimento da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá e das mulheres que ali vivem e sobrevivem, além de suas peculiaridades e modo de vida, torna-se necessário e indispensável situar as informações e os dados ali obtidos em um contexto histórico e geográfico. Morin (2005) afirma que o simples conhecimento de informações e dados isolados de seu contexto é insuficiente para a construção de um conhecimento pertinente. Portanto, para que adquiram sentido e sejam perfeitamente compreendidas é preciso situar as informações e os dados em um determinado contexto histórico e geográfico.

Algumas questões tornam-se evidentes e necessitam de respostas: em que lugar no nosso planeta essas mulheres estão? O que é realmente um Quilombo e o que é ser-se quilombola? Como constituiu-se a comunidade do Curiaú?

Como chegaram neste rincão brasileiro e que terras tucujus são essas?

O Brasil tem a experiência de três séculos de tráfico negreiro incorporada na história da formação de seu povo. Os primeiros contingentes de negros e negras escravos (as) a pisarem em terras brasileiras, de início em pouco número, chegaram por volta do ano 1538 (Ribeiro, 1995), ou seja, 38 anos depois do chamado “descobrimento do Brasil”. Os registos históricos da quantidade de negros e negras

introduzidos no Brasil são imprecisos e variados. Fala-se em números elevados, na casa de 13,5 milhões (Calógeras, 1927) e 15 milhões (Pombo, 1905). E em números menores, como 3,3 milhões (Simonsen, 1937) e 5,6 milhões (Conrad, 1985). Essa imensa variação demonstra a inexistência de um consenso entre os historiadores sobre a magnitude do tráfico negreiro para o Brasil.

Para Ribeiro (1995), os números de negros e negras que no Brasil desembarcaram como escravos, fica na casa dos 12 milhões até a abolição da escravatura em 13 de Maio de 1888, a mais tardia da história da humanidade e que foi a principal causa da queda do Império e da proclamação da República Brasileira. Inclui-se neste número as estimativas não oficiais de mulheres negras – não registadas nos portos brasileiros – que ingressaram no Brasil para satisfação sexual dos senhores e capatazes. Nesse sentido, encontram-se registos de números ainda maiores, em torno de 18 milhões de escravos e escravas (Projecto Vida de Negro, 1998).

Pateman (1993) salienta uma característica da escravidão frequentemente ocultada: as primeiras escravas foram as mulheres. Elas podiam ser utilizadas de forma mais variada que os escravos homens. Além de sua utilização como força de trabalho, elas podiam ser usadas sexualmente pelo colonizador branco e capatazes e também, poderiam reproduzir a mão-de-obra escrava.

Já nas terras Tucujus, no rincão do Estado do Amapá, a etnia negra está presente desde o começo da ocupação em meados do século XVIII, com a chegada dos primeiros escravos trazidos para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (ver Figura 1) e outras pequenas fortificações. A obra foi autorizada e iniciada no reinado de D. José I – Rei de Portugal de Julho de 1750 à Fevereiro de 1777 –, que teve como Primeiro-Ministro, o Marquês de Pombal (Morais & Morais, 2005).

Figura 1

Fortaleza de São José de Macapá às margens do Rio Amazonas.



Desde o início dos trabalhos de construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1764, até sua inauguração em 1782 mas não finalização, decorreram 18 anos de utilização de mão-de-obra escrava, representada na maior parte por índios capturados na região e por negros africanos (Morais, P., Rosário, I., & Moraes, J. 2006).

Além dos negros e negras explorados na construção de fortificações no estado do Amapá, outros ali chegaram com a criação da vila Mazagão do Amapá. Mazagão era o nome dado à cidade que ficava ao norte da África, na área onde se localiza o Marrocos e a Mauritânia. Área de intensas guerras entre portugueses cristãos, árabes e muçulmanos, e onde muitos portugueses perderam suas vidas. Em função dos combates e perdas humanas e económicas, o Marquês de Pombal resolve desactivar a Mazagão Africana e transferir, em 1770, para a nova Mazagão Amapaense, 136 das 340 famílias portuguesas que residiam na África, além de 103 escravos que as acompanhavam (Morais et al., 2006). A vila Mazagão do Amapá, actualmente Mazagão Velho, é uma das cidades que hoje constituem o Município do Mazagão, um dos 16 municípios que formam o Estado do Amapá (ver Anexo M).

Por sua característica geofísica, social, política e económica o Estado do Amapá é um dos nove (9) Estados brasileiros que compõem a vasta Região Amazónica e também, um dos vinte e sete (27) Estados que constituem a nação

brasileira. Está localizado no extremo norte do Brasil, quase que inteiramente no hemisfério norte. Com mais de 143.000 km² – área equivalente à do Estado americano da Flórida –, o Estado possui 550 mil habitantes. Aproximadamente 89% das pessoas vivem em áreas urbanas. Possui como capital a cidade de Macapá, localizada ao sul do estado, com uma população estimada em 355.408 moradores (Silva, J. M. C. 2007). A cidade é banhada pelo braço norte do Rio Amazonas e é a única capital brasileira cortada pela linha imaginária do equador (ver Anexo L).

Constituindo-se parte desses actuais habitantes que vivem no estado do Amapá, existem pequenos núcleos familiares de afros descendentes – dentre os quais a Vila do Curiaú onde vivem as mulheres que participaram deste estudo – espalhados pelo estado, e que possuem como origem aqueles primeiros negros e negras que aqui chegaram no século XVIII. Eles formaram espaços rurais onde haviam sociedades livres, paralelas ao mundo escravocrata. Eram as chamadas organizações de escravos em Quilombos.

O que é um Quilombo e o que é ser-se Quilombola?

Em diversas situações, negros e índios, por vezes aliados, lutaram – desde o início da ocupação e exploração do Brasil – contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens, direitos e cultura. É a partir dessa luta por liberdade que em diversas regiões do país e em diferentes épocas se formaram Quilombos.

Um Quilombo era uma reunião de dezenas de núcleos populacionais, com um conselho político e um chefe supremo. O Quilombo considerado mais importante no Brasil, pelo seu tempo de duração e sua concentração populacional, foi o Quilombo de Palmares que começou a ser criado no fim do século XVI, na Serra da Barriga, pertencente à então Capitania de Pernambuco. Tornou-se um refúgio onde coexistiam não apenas os negros e negras que escapavam da escravidão, mas também índios e, em alguns casos, brancos com problemas com a Justiça portuguesa (PNUD Brasil, 2005).

Os negros, diferentemente dos índios – considerados como da terra –, historicamente sempre enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de

apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, após 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, estabelece no ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68º, que o Estado deve emitir o título de propriedade definitivo aos remanescentes de quilombos que ocupam a terra dos seus ancestrais. Na década de 90, inúmeros grupos do interior brasileiro entraram com pedido para obter a propriedade de suas terras enquanto quilombolas, isto é, querendo se beneficiar do artigo 68º. Desde então, as comunidades negras rurais do Brasil passaram a transformar-se em grupos conscientizados dos seus direitos e bastante organizados. Portanto, os quilombolas actuais são os descendentes de escravos africanos foragidos e que fundaram vilas no interior das florestas brasileiras.

Silva (2004) demonstra, de maneira simples e sensível, a cultura, os costumes, hábitos, vivências, práticas do quotidiano e crenças dos quilombolas do Curiaú. Sendo ele mesmo um quilombola e morador da comunidade, Sebastião Menezes da Silva clarifica a ideia de quilombo e quilombola:

Algumas pessoas ainda se perguntam o que é na verdade quilombo? Nada mais é que terra de pessoas escravas que fugiam dos maus-tratos dos patrões e capatazes violentos para se esconderem em lugares desconhecidos e de difícil acesso. E lá fixavam moradia, criavam suas próprias regras. Quilombola é a pessoa descendente de remanescente de quilombo (Silva, 2004, p. 81).

Como surgiu a Comunidade Quilombola do Curiaú?

A origem do nome Curiaú e da comunidade é descrita em Santos (2002). A autora é filha de Maximiano dos Santos (Tio Bolão) e de Francisca Antônia Ramos (Tia Chiquinha), ambos nascidos no Curiaú, e até hoje ainda vive na comunidade. Através de um relato sofrido e poético, Esmeraldina dos Santos descreve que:

“...Dois escravos procuravam um lugar para criar gado, este lugar que achavam bom para criar o ‘U’, que era o nome do boi que eles carregavam. Daí o nome Criaú. Enquanto alguns procuravam o lugar para ficar, outros viviam acorrentados, obrigados a trabalhar, carregando

pedras do Rio Pedreira até Macapá para a construção da Fortaleza (...). E assim surgiu o Quilombo do Criaú, hoje denominado de Curiaú.”

O Curiaú é considerado um sítio histórico e ecológico, formado por várias famílias ligadas entre si, por laços de sangue e afinidade. Trata-se, na verdade, de um núcleo composto por cinco pequenas Vilas: Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande, Curralinho e Mocambo, que procuram manter-se fiéis às tradições, nomeadamente quanto às festas, danças, crenças religiosas e culinária (Morais & Morais, 2005).

Distante de Macapá aproximadamente 8 km, o Curiaú forma a Área de Protecção Ambiental (APA) do Rio Curiaú (ver Anexo N). Foi criada pelo Decreto Estadual N.º 1417, de 28 de Setembro de 1992, e totaliza uma área de 21.676 hectares e perímetro oficial de 47,342 Km. Tem como objectivo principal proteger e conservar os recursos naturais e ambientais do local¹.

Em 25 de novembro de 1999 a União Federal representada pela FCP – Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criou através do Título de Reconhecimento n.º 001/99, o Remanescente de Quilombo da Comunidade do Rio Curiaú. Reconhecida como *Quilombola* pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Aspectos demográficos, socio-económicos e culturais da comunidade

Actualmente vivem nas cinco vilas que constituem a Área de Preservação Ambiental do Rio Curiaú (APA) aproximadamente 800 pessoas de diferentes idades, compondo cerca de 178 famílias². Muitas dessas pessoas lutam diariamente pela preservação de seus costumes, hábitos e tradições. Algumas participando directamente das Associações, Movimentos e actividades culturais; outras simplesmente, mantendo-se fiéis a acções diárias. Dona Francisca Ramos dos Santos (Tia Chiquinha), com toda a experiência e vivência que seus 88 anos de idade expressam, constitui um exemplo: todo dia, ao fim da tarde e por volta do mesmo

¹ Dados fornecidos por SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) – Divisão de Unidade de Conservação (DUE).

² Dados fornecidos por: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) - Amapá.

horário, agarra-se a sua enxada e põem-se à capinar um pouco do seu quintal. Observa-se que esse processo se tornou natural à ela, faz parte de sua vida e, principalmente, de seu corpo.

A juventude do Curiaú pouca importância dá aos costumes, hábitos e tradições da comunidade. Essa, busca entrar no fluxo da sociedade moderna e não se sentir excluída desse processo; em função do quê, demonstram imenso interesse por questões ligadas a Cidade de Macapá em detrimento às questões relativas a sua comunidade. Ninguém mais deseja ser parteira, benzedeira (o), roceiro (a), agricultor (a), pescador (a) ou criador (a) de gado; querem buscar os novos cursos ofertados na/pela cidade grande. No entanto, permanecem constantes para a juventude local, algumas formas de divertimento e entretenimento, como o jogo de futebol (ver Figura 2) e os banhos de rio. O Curiaú é uma das poucas comunidades do Amapá que possui uma equipa de futebol feminino.

Figura 2

Jovens de ambos os sexos a jogar futebol na comunidade.



Ainda no sentido de preservação de sua herança afro, a comunidade do Curiaú realiza no decorrer de cada ano, várias festas e comemorações de datas religiosas. Essas comemorações reúnem elementos considerados profanos – como o Batuque e o Marabaixo – e religiosos como as ladainhas em latim e a folia. A

maioria da população local professa a religião católica e as festividades homenageiam santos padroeiros.

A Folia de São Joaquim do Curiaú (escolhido pelos antigos escravos como padroeiro da comunidade), que ocorre durante dez dias – de 9 a 19 de agosto – é uma mostra desse sincretismo. As pessoas reúnem-se para cantar sob a bênção católica, as ladainhas (ver Figura 3). Encerado o momento de reza da ladainha tem início a Folia com cânticos proferidos pelo Mestre-sala no ritmo quente dos macacos – tambores feitos de tronco de macacaueiro e couro de animais silvestres (Morais, 2007). Um exemplo desse cântico é fornecido por Silva (2004), como também sua explicação:

“Da cepa nasceu a palma, da palma nasceu a flor. Da flor nasceu São Joaquim, é para o nosso redentor”. Essa maneira de cantar expressa a forma de dizer de nossos antepassados. A cepa foi a primeira geração; a palma, a segunda geração; a flor, a terceira, que deixou São Joaquim para os descendentes e remanescentes cuidarem ou zelarem e adorarem.

Figura 3

Canto da Ladainha durante a Folia de São Joaquim do Curiaú.



Dentre as festividades da comunidade, o batuque é considerado a mais forte (ver Figura 4). Ocorre em Janeiro (festejando São Sebastião), em Fevereiro (festejando São Lázaro) e em Junho para festejar Santo António. Ocorrem

festividades também no mês de Dezembro, de 7 a 9 para festejar Nossa Senhora da Conceição e de 20 a 22 para festejar São Tomé (Silva, 2004).

Figura 4

Imagem do “Batuque” festejado pela comunidade do Curiaú.



Já o festejo do Marabaixo é considerado o principal evento folclórico do Estado do Amapá e ocorre em homenagem à Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo. A tradição do Marabaixo foi passada pelos escravos para os seus descendentes e seu carácter ritualístico envolvente, decorre da relação com as celebrações da Semana Santa e da origem negra enraizada na África (Morais, 2007). No Curiaú os festejos do Marabaixo ocorrem de 30 a 31 de Maio em louvor a Santa Maria. Para garantir a energia dos dançarinos é servida uma bebida chamada *gengibirra*, que é feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar.

No que se refere à Área de Preservação Ambiental do Rio Curiaú (APA), observa-se como ecossistemas predominantes: Os campos cerrados, as florestas densas de várzea e os campos de várzea ou campos inundáveis (ver Figura 5). Tal diversidade produz uma variedade gigantesca na fauna e flora local, o que possibilita à comunidade acesso a uma expressiva quantidade de peixes, grande variedade de pássaros, pastagens naturais onde é praticada a criação extensiva de búfalos, além de actividades turísticas e/ou recreativas, por conta de sua beleza cénica.

Figura 5

Búfalos, campos inundáveis e florestas do Curiaú.



Existe também, criação de cavalos e carneiros, aproveitando-se as áreas de pastagem dos campos inundáveis que, além de fartas, oferecem forragem propícia e baixo custo de manutenção. Na agricultura, os principais produtos cultivados são a mandioca, para a produção artesanal de farinha, e a cultura de hortaliças (alface, cebolinha, coentro, repolho, etc.), em pequena escala.

O extrativismo vegetal é realizado de maneira mais expressiva na comunidade. São vários produtos cultivados e extraídos, destacando-se a colecta de açaí, em floresta de várzea, às margens dos principais rios e igarapés, sendo, também, cultivado às proximidades das casas dos moradores ribeirinhos, representando uma alternativa sustentável de renda familiar e de alimentação. Nas palavras de uma das mulheres informantes do estudo:

(...) tem muitas mulheres que sobrevivem trabalhando aqui mesmo na própria casa, são donas de casa. Tem seu roçado de banana, de mandioca. Tem o açaí, polpa de mucajá, de tucumã, da graviola, tem roçado que tem cupuaçu, acerola. Tiram a polpa e vendem pra fazer suco ou sorvete. Tem muita mulher, nem todas têm o marido. São só elas. Tão com os filhos, fazendo de tudo só elas. Quando chega na quarta-feira, elas vão colher todo esse material e na quinta-feira o carro vem buscar aqui e leva elas pra feira da Macapá. Eu por exemplo, tenho meu roçado de mandioca, faço minha farinha e vendo na feira. É de que eu vivo. Tem dia que

nem preciso ir na feira. Aqui mesmo, no pátio da minha casa, a minha própria filha vende. Quando chego do serviço ou da roça, já tá vendido (Participante 07).

Algumas mulheres trabalham construindo tranças nos cabelos de turistas ou pessoas da cidade de Macapá, actividade que é uma visível herança afro. Produzem, também, peças de artesanato. Parte do material – colar, quadro, peneira, esteira, paneiro, tipiti, bonecos representativos da cultura local, etc. – é vendido pela própria pessoa e o restante é colocado à disposição da comunidade e de visitantes no Centro de Cultura do Curiaú (Museu).

Amostra / Participantes do Estudo

No presente estudo utilizou-se uma amostra constituída por 12 mulheres negras adultas, brasileiras, moradoras da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá, das Vilas: “Curiaú de Dentro” e “Curiaú de Fora” (ver Figura 6).

Figura 6

Parte do grupo de mulheres participantes do estudo, moderadoras (professoras) do grupo focal e crianças da comunidade.



O número de participantes foi definido em função das respostas positivas ao convite formal realizado à comunidade e, também, por conveniência do investigador.

Tal facto está relacionado à característica exploratória da investigação desenvolvida na comunidade, a grande extensão territorial do Quilombo – com a amostra distribuída em parte desse território –, à acessibilidade do investigador às mulheres da/na comunidade, a disponibilidade de tempo e, também, aos recursos humanos e financeiros disponíveis para efectivação do estudo. Portanto, procurou-se abranger, dentro do possível, uma maior diversidade em termos de características sócio-demográficas das participantes.

Com o passar do tempo uma crescente confiança entre as participantes do estudo e o investigador foi construída, reflectindo-se em demonstrações de efectiva satisfação, por parte das mulheres, por terem sido procuradas, bem como interesse em participar das actividades da pesquisa. Neste sentido, todas as mulheres que se dispuseram a participar, demonstraram o desejo em colaborar, de forma generosa e desinibida, doando sua fala, seu tempo, seus conhecimentos e experiências.

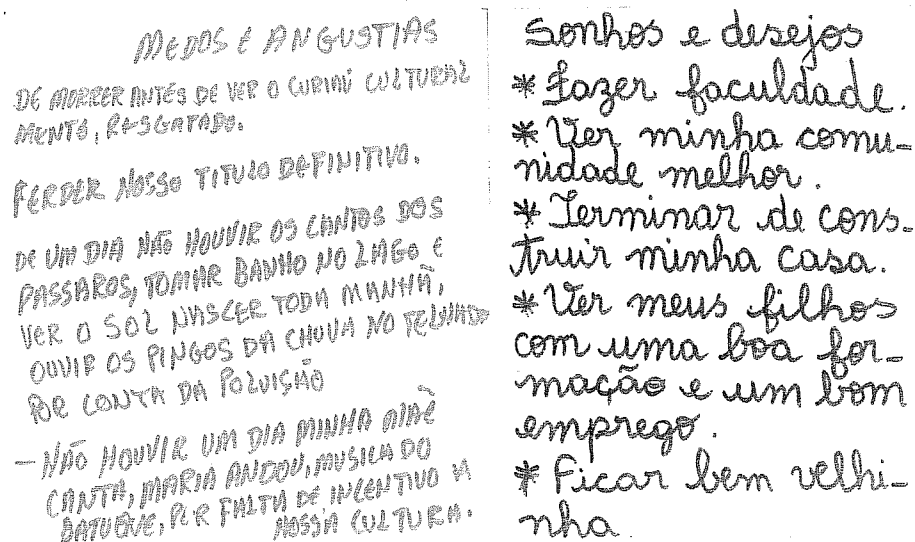
A relação que se desejou construir entre as mulheres e o investigador foi uma relação onde as mulheres são muito mais do que somente informantes no estudo. A preocupação não era somente em extrair a fala das mesmas, mas também, e principalmente, a de conhecê-las numa perspectiva de maior integralidade, possibilitando uma visão mais ampla e enriquecedora das participantes do estudo. Dessa forma, torna-se essencial compor esse grupo, descrevendo-se um pouco das características de cada uma das participantes para poder também, denotar às falas das mesmas, um significado efectivo.

Revelando as personagens da pesquisa

O ponto de partida objectivando-se revelar essas personagens foi conhecer seus sonhos e desejos, medos e angústias e como cada uma delas se percebe como parte integrante e significativa de uma colectividade maior, para posteriormente, poder embrenhar-se nas outras dimensões da vida comunitária (ver Figura 7).

Figura 7

Imagem de descrição de medos e angústias (Participante 02) e sonhos e desejos (Participante 03).



Na amostra em estudo, 11 mulheres são alfabetizadas e 1 (uma) não sabe escrever nem ler. Das que são alfabetizadas, constatou-se que 1 (uma) participante apresenta nível superior em fase de conclusão (o equivalente a Licenciatura em Portugal), 7 mulheres possuem o ensino médio completo (equivalente ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade em Portugal), 3 mulheres com o ensino fundamental completo ou por completar (equivalente ao ensino básico em Portugal, ou seja, aos primeiros nove anos de escolaridade).

Observou-se também, uma diversidade geracional – com idades compreendidas entre 29 e 76 anos –, através da participação de mulheres jovens, mulheres adultas e senhoras acima de 60 anos (ver Tabela 1). Regista-se também, que todas as participantes do estudo se declararam pertencentes à religião católica.

Relativamente ao rendimento familiar existente na Tabela 1, os valores apresentam-se em Reais (R\$) – actual moeda brasileira. Dependendo das taxas de câmbio, que possuem variação diária, pode-se realizar a conversão do Real (R\$) para o Euro (€). Nos últimos anos cada Euro teve seu valor em Real, a oscilar, aproximadamente, entre R\$ 2,00 (Dois Reais) e R\$ 2,90 (Dois Reais e Noventa Centavos). A título de referência e para perfeita compreensão da Tabela 1, utiliza-se como exemplo a conversão de R\$ 380,00 (salário mínimo brasileiro em vigor no ano

de 2007) para Euros. Utilizando-se o valor de R\$ 2,60 para cada Euro (valor aproximado no período de realização da pesquisa), conclui-se que o salário mínimo aplicado no Brasil naquele período era equivalente a 146,15 Euros, aproximadamente.

Tabela 1:

Características diversificadas das participantes

	Idade	Estado Civil	Nº de filhos/as	Profissão	Rendimento Familiar (aproximado)	Nível de Escolaridade
Participante 01	37	Solteira	0	Professora	R\$ 2500,00	Ensino superior incompleto
Participante 02	43	Solteira	3	Secretária	R\$ 1200,00	Ensino médio completo
Participante 03	53	Solteira	2	Costureira, bordadeira e escritora	R\$ 1300,00	Ensino fundamental completo
Participante 04	76	Casada	11	Roceira e lavadeira	R\$ 760,00	Não sabe nem ler nem escrever
Participante 05	72	Casada	13	Parteira, benzeira e agricultora	R\$ 1500,00	Ensino fundamental incompleto
Participante 06	29	Solteira	1	Comerciária (vendedora)	R\$ 1500,00	Ensino médio completo
Participante 07	41	Vivem juntos (amigados)	1	Técnica em enfermagem, doméstica e agricultora	R\$ 380,00	Ensino médio completo
Participante 08	46	Vivem juntos (amigados)	4	Cozinheira	R\$ 850,00	Ensino médio completo
Participante 09	64	Casada	11	Agricultora	R\$ 760,00	Ensino fundamental incompleto
Participante 10	34	Vivem juntos (amigados)	6	Professora	R\$ 1400,00	Ensino médio completo
Participante 11	41	Solteira	4	Servente	R\$ 1100,00	Ensino médio completo
Participante 12	47	Vivem juntos (amigados)	7	Comerciária (vendedora)	R\$ 1520,00	Ensino médio completo

Segundo o estudo divulgado em agosto de 2008, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)³ do Rio de Janeiro, o Brasil apresenta 7 classes sociais (E, D, C, B2, B1, A2, A1). O estudo revelou que a classe média aumentou no Brasil em 15% entre 1992 e 2007, o que provocou uma notável redução das desigualdades sociais na última década. A Fundação situa o limiar de pobreza no Brasil em 135 reais mensais, pouco mais de 50 euros, e segundo este indicador 18% da população do Brasil é pobre (ver Tabela 2).

³ Nota referente a Tabela 2: Os dados apresentados foram extraídos de “A Nova Classe Média” (p. 26). Marcelo Cortes Neri, 2008. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

Tabela 2:

Renda domiciliar total de todas as fontes

	Limite Inferior*	Limite Superior
Classe E	0	768
Classe D	768	1064
Classe Média – C	1064	4591
Elite – A e B	4591	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

*Inclusive

Nesse sentido e ao tomar como referência o estudo citado anteriormente, pode-se afirmar que na amostra/participantes do estudo, 3 (três) participantes se encontram pertencentes a classe E; 1 (uma) participante se encontra pertencente a classe D e 8 (oito) participantes se encontram pertencentes a classe C (classe média).

Metodologia

Quando vou por um caminho,
É por dois caminhos que vou:
Um é por onde me encaminho,
O outro a verdade onde estou.

Fernando Pessoa

Investigação Colaborativa

Segundo Hall (1981, cit. por Demo, 1985), uma investigação colaborativa possibilita uma actividade integrada que combina a investigação social, o trabalho educacional e a acção. Ainda na visão do autor, o processo de investigação deve estar baseado em sistemas de discussões, indagações e análises, em que os investigados façam parte do processo no mesmo nível do investigador. Portanto, a investigação colaborativa fundamenta-se na filosofia do Empoderamento onde "...as pessoas e os grupos devem ter a possibilidade de produzir mudanças e resolver os seus próprios problemas através das organizações ou instituições que elas próprias criam" (Transitions Bulletin, cit. in Fetterman, 1992).

Nessa perspectiva é possível afirmar que a realização de uma investigação colaborativa oferece várias vantagens, como explicitam Boavida e Ponte (2002):

Juntando diversas pessoas que se empenham num objectivo comum, reúnem-se, só por si, mais energias do que as que possui uma única pessoa, fortalecendo-se, assim, a determinação em agir; juntando diversas pessoas com experiências, competências e perspectivas diversificadas, reúnem-se mais recursos para concretizar, com êxito, um dado trabalho, havendo, deste modo, um acréscimo de segurança para promover mudanças e iniciar inovações; juntando diversas pessoas que interagem, dialogam e reflectem em conjunto, criam-se sinergias que possibilitam uma capacidade de reflexão acrescida e um aumento das possibilidades de aprendizagem mútua, permitindo, assim, ir muito mais longe e criando melhores condições para enfrentar, com êxito, as incertezas e obstáculos que surgem.

Princípios da Investigação Colaborativa

A perspectiva de uma investigação colaborativa possibilita o desenvolvimento de um trabalho conjunto onde investigador e investigados possam efectuar trocas de recursos – que incluem diferentes formas de conhecimento e competência –, objectivando-se, principalmente, transformar a investigação em mais um instrumento em favor da comunidade e em defesa de suas causas.

Kelly (1990) nos fala da construção de uma parceria comunitária de investigação, uma verdadeira parceria colaborativa, onde desenvolve-se a interdependência entre os investigadores e os investigados, construída através de relações interpessoais. Os contactos face-a-face em momentos informais, as conversas e a convivência quotidiana com a comunidade possibilitam a construção dessa relação, promovendo uma visão partilhada.

No sentido da construção dessa parceria colaborativa e objectivando-se com que a investigação colaborativa realizada em qualquer comunidade, desenvolva produtos e/ou resultados úteis à comunidade, Rappaport (1990) identifica um conjunto de seis (6) princípios que servem como referenciais teóricos à investigação colaborativa. Esses princípios são citados a seguir, à medida em que se demonstra e/ou se descreve o percurso da investigação colaborativa na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá.

1) O trabalho de campo deverá ser realizado na comunidade onde o grupo em estudo se encontra:

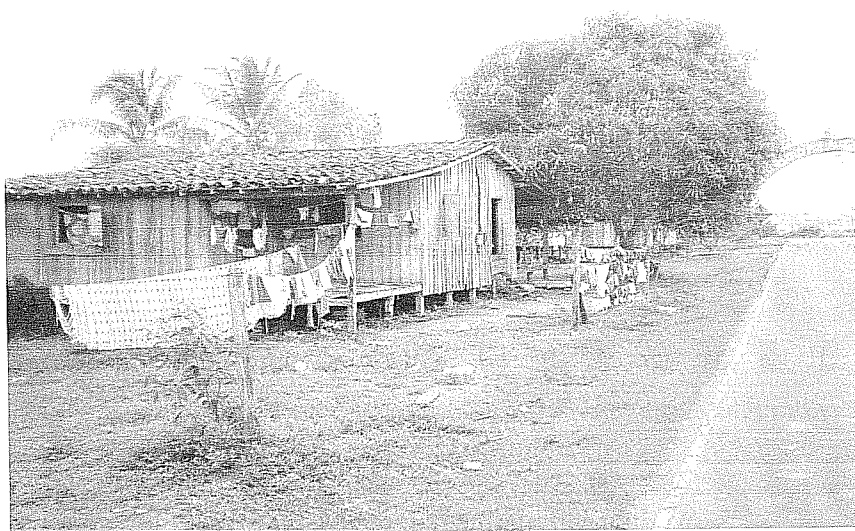
Todas as actividades de investigação foram desenvolvidas com/na Comunidade Quilombola do Curiaú (ver Figura 8) e todas as mulheres participantes do estudo são moradoras da comunidade. A realização do estudo dentro da própria comunidade possibilitou conhecê-las em seu próprio espaço, abrindo um caminho de entrada do investigador na comunidade.

Através da busca constante de conviver e viver o dia-a-dia da comunidade, foram realizados diversos registos fotográficos com utilização permanente de um diário de campo e, também, desenvolveram-se momentos de estudos compartilhados

entre o investigador e as mulheres participantes do estudo, objectivando-se um ganho qualitativo ao investigador e, ainda, que as mulheres adquirissem uma melhor compreensão da pesquisa e um entendimento (por menor que fosse) dos principais conceitos e eixos norteadores da Psicologia Comunitária. Tal facto decorre da convicção que uma investigação colaborativa é um processo colectivo e uma experiência educativa (Demo, 1985).

Figura 8

Uma das residências da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá.



II) O processo de investigação deverá ser fundamentado nas necessidades dos (as) participantes e ser estruturada de forma a beneficiar os indivíduos e/ou grupos envolvidos:

Dois factores constituíram-se uma preocupação permanente no caminhar da investigação: a busca pela efectiva compreensão das principais necessidades das mulheres participantes do estudo e a consciência de que ao desenvolver quaisquer acções com/na comunidade, trabalhamos também, com os sonhos, desejos e aspirações das pessoas. Nas palavras de Perdigão (2003): “... o mais importante reside no respeito incondicional pelo outro, na sua liberdade, dignidade e diferença”;

por isso, o efectivo cuidado durante o caminhar da pesquisa, respeitando-se as pessoas, seus costumes, tradições e modos de vida.

Uma forma efectiva de respeito àquelas mulheres e sua comunidade é a observância, durante todo o desenrolar da pesquisa, da ética da solidariedade e da compreensão, respeitando-se no outro, ao mesmo tempo, a diferença e a identidade quanto a si mesmo (Morin, 2005). Nessa perspectiva, foram construídos e apresentados à comunidade alguns documentos necessários para o desenvolvimento do estudo:

- Autorização da Associação de Mulheres para o desenvolvimento das actividades de investigação (ver Anexo B);
- Carta de Esclarecimento e Consentimento para todas as possíveis participantes do estudo (ver Anexo C);
- Termo de Compromisso firmado entre investigador/pesquisador e instituições da comunidade, para – após finalização do estudo – apresentar à comunidade as conclusões do mesmo (ver Anexo D).

III) A investigação deverá expressar as opiniões dos investigados (as), possibilitando uma compreensão qualitativa dos seus pontos de vista:

Sem dúvida alguma, numa perspectiva colaborativa há necessidade de *confiança* mútua. Para muitos autores a confiança é “o primeiro passo para a colaboração” (Goulet & Aubichon, 1997). A confiança é fundamental para que os/as investigados/as se sintam seguros em questionar abertamente as ideias, valores e acções uns dos outros, respeitando-os e sabendo, igualmente, que o seu trabalho e os seus valores são respeitados.

A conquista, por parte do investigador, do respeito e da confiança dos (as) investigados (as) é essencial. Nesse sentido, torna-se necessário, disponibilidade para ouvir com atenção os outros, a valorização das suas contribuições e de seus valores, bem como a demonstração de um mínimo de (re) conhecimento de seus hábitos e cultura. Sem confiança dos participantes uns nos outros, no investigador e, também, sem confiança em si próprios não há colaboração.

IV) *O processo de investigação deverá ser orientado para o estudo das potencialidades e não na identificação das deficiências, numa perspectiva de constituir-se em um instrumento privilegiado para sustentar os processos de mudança social:*

As actividades de pesquisa tiveram início em Agosto de 2007 através do contacto com diferentes pessoas, ligadas directa ou indirectamente à comunidade Quilombola do Curiaú. Inúmeras afirmações chamaram a atenção para o potencial latente das mulheres do Curiaú. Afirmações do tipo: “...ali as mulheres são uma verdadeira *fortaleza*...”; ou “...elas são as *guardiãs* da comunidade...” ou ainda, “...na comunidade do Curiaú existem movimentos sociais de mulheres, um deles se auto denomina as *provocantes*...”. Tais afirmações produziram questionamentos imediatos, tais como: Que mulheres são essas consideradas por muitos como a fortaleza e/ou as *guardiãs* de sua comunidade? Que força e poder que elas possuem/partilham e como o desenvolvem?

Numa perspectiva de compreensão deste potencial, desenvolveu-se, durante todo o estudo, um processo reflexivo acerca da participação, do empoderamento e da liderança das mulheres na comunidade, além do estabelecimento de diferentes parcerias, objectivando-se a construção, segundo Chavis (2001), de um trabalho colaborativo e a partilha de recursos e conhecimentos.

Como exemplos dessas parcerias, citamos: a realização das actividades do grupo focal (focus groups) no espaço físico (sala de aula) da única escola existente na comunidade – Escola Estadual de Ensino Fundamental “José Bonifácio” –, através de autorização da direcção da escola e colaboração de funcionários e/ou servidores da mesma. Obtivemos também, a parceria do Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), que desenvolve actividades com diferentes comunidades negras rurais no interior do Estado, utilizando duas vertentes de trabalho: *oficinas de capacitação* – cursos de bijuteria, de design, de alimentação, etc. – e uma outra vertente onde trabalha a *posição social da mulher quilombola*, numa perspectiva de empoderamento das mulheres, através de discussões sobre seus papéis como mãe, esposa, trabalhadora e em relação às questões do quotidiano.

Outras parcerias constituídas/construídas foram com: Alzira N. da Silva, professora e pesquisadora na área de gênero, raça, cultura e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que socializou seus conhecimentos sobre a comunidade do Curiaú; e com a Gerência de Educação Continuada (grupo de professores e professoras vinculados à Divisão de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Estado do Amapá – SEED), com a participação das Professoras Fernanda Cristina Baia Gomes e Aldenise Regina Lisboa Carneiro, que cumpriram o papel de moderadoras nas actividades do grupo focal, bem como da colaboração do Professor Orivaldo de Azevedo Souza.

V) Em todas as etapas do processo de investigação é necessária a participação dos investigados. Desde a conceptualização, selecção, elaboração e validação dos instrumentos, além da identificação dos procedimentos e avaliação dos resultados.

Certamente um dos princípios fundamentais na investigação colaborativa é que os investigados assumam um mínimo de protagonismo na investigação, não se reduzindo, por exemplo, o seu papel ao de meros fornecedores de dados.

Nesse sentido, as primeiras visitas exploratórias à comunidade (realizadas em Agosto de 2007), ocorreram objectivando-se ouvi-los e detectar, em conjunto, as principais necessidades. Efectivou-se reuniões informais com alguns moradores e moradoras, mulheres líderes da/na comunidade e representantes do Grupo de Idosos e do Movimento Social de Mulheres “As Provocantes”.

Em Setembro de 2007, além das actividades de observação participante na/da comunidade, realizou-se a organização e o planeamento para a realização do grupo focal e das entrevistas semi-estruturadas com a colaboração e sugestão das mulheres participantes.

A princípio, o grupo focal seria desenvolvido com a formação de dois grupos de mulheres: um grupo formado no Curiaú de Dentro e outro no Curiaú de Fora. Por sugestão das próprias mulheres e evitando-se divisões na/da amostra do estudo, constituiu-se somente um único grupo de 12 mulheres adultas (com experiências diversas e de diferentes idades), para as actividades do grupo focal.

A última etapa do procedimento metodológico foi a realização das entrevistas semi-estruturadas. Ocorreram ao longo do mês de Dezembro de 2007, respeitando-se a disponibilidade de tempo e necessidades das mulheres escolhidas. A escolha foi realizada levando em conta o critério etário, o envolvimento político e a liderança cultural desenvolvida por algumas mulheres.

VI) *Deverá procurar-se descrever, de forma autêntica, os processos observados (perspectiva etnográfica):*

Zamora (2004) nos mostra que o sentido do trabalho comunitário é reatar os elos entre as esferas essenciais da existência e que devemos incluir a participação comunitária em todas as etapas da investigação. A autora adverte de que não podemos dar a impressão de que se age improvisadamente, deixando as regras metodológicas de lado. Deixa claro ainda, que a Psicologia Comunitária não precisa privilegiar um único dispositivo:

Trabalha-se com os dispositivos que mais combinarem com o colectivo ao qual permitiremos conhecer: da oficina de artesanato aos poemas, da música aos passeios pela cidade, da encenação teatral às assembléias, das técnicas de relaxamento ao resgate da história da comunidade, das dinâmicas de grupo à formação de cooperativas de trabalho. Pode-se trabalhar com uma combinação desses dispositivos e de várias técnicas de pesquisa participante e outras bem definidas. Sobretudo trabalha-se com o motor de todos nós, com o Desejo, com aquilo que resiste às maiores misérias e violências. Trabalha-se com o que se revela, com o que se pede, mostrando outras faces para além da que está presente na demanda inicial (p.133).

É nesse sentido que no presente estudo optou-se pela utilização do método qualitativo, empregando-se três procedimentos diferenciados de colecta de dados, objectivando-se maior fiabilidade nos resultados. A metodologia qualitativa apesar de não conseguir analisar diferentes aspectos em grandes grupos, permite uma visão mais aprofundada dos factores e especificidades do contexto pessoal, social, cultural e político (Crawford & Popp, 2003), possibilitando dessa forma, uma maior e melhor compreensão do complexo universo da mulher quilombola.

Procedimentos

Em todo e qualquer estudo é essencial planejar o caminho que será percorrido no desenvolvimento da pesquisa, mesmo sabendo que, por vezes, esse planejamento é modificado no decorrer do processo (Matos & Vieira, 2001).

Nesse sentido, pensar sobre os procedimentos (técnicas) utilizados para a colecta de dados é imprescindível para a posterior descrição detalhada dos resultados obtidos a partir de sua utilização. Para tanto é necessário ter-se claro a definição de procedimentos (técnicas) de colecta de dados. Queiroz (1983, cit. por Matos & Vieira, 2001) define como sendo “o procedimento, ou conjunto de procedimentos bem definidos, transmissíveis, destinados a produzir determinados resultados; liga-se pois directamente à prática, à acção, mas também, e de maneira fundamental, aos resultados a que se quer chegar”.

Objectivando-se desenvolver um estudo que permitisse uma percepção mais aprofundada e contextualizada das questões relativas aos conhecimentos, acções desenvolvidas, atitudes e comportamentos, além das diferentes relações de poder construídas/partilhadas pelas mulheres da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá; utilizou-se a combinação de três diferentes procedimentos para colecta das informações: a observação participante (trabalho de campo), as entrevistas em profundidade (semi-estruturadas) e a técnica dos grupos focais (focus groups). Conforme Nutbeam (1998), a triangulação, que significa usar mais de uma abordagem para responder às mesmas questões, melhora a confiança e a consistência dos resultados.

Observação Participante

A observação participante é uma estratégia de pesquisa em que o investigador/pesquisador observa e participa do contexto sócio-cultural de um grupo ou de uma instituição e, ao participar de sua vida e cenário cultural, colhe dados destinados à pesquisa. Nessa perspectiva, Gil (1999) define a observação participante como “a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”.

Nesse sentido, a observação participante do presente estudo, desenvolveu-se ao longo de cinco meses (de Agosto de 2007 a Dezembro de 2007) de convivência quotidiana com a Comunidade Quilombola do Curiaú. Buscou-se antes e durante o trabalho de campo, explicar e justificar a presença do investigador/pesquisador na comunidade, a todos os seus membros, objectivando-se construir uma relação de respeito mútuo entre o investigador/pesquisador e os moradores da comunidade. Foram utilizados registos fotográficos e diário de campo, tendo por finalidade garantir a pertinência dos dados e eliminar impressões meramente emotivas e interpretações sem dados comprobatórios.

Entrevistas Semi-Estruturadas

Segundo Gil (1999), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador/pesquisador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Além disso, segundo Selltiz (1967, cit. por Gil, 1999), a entrevista permite obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram.

Minayo (1996) enfatiza ainda que as entrevistas com roteiros fechados se tornam insuficientes quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas e de representações sociais de determinada comunidade ou ainda, quando se trata de compreender relações. Nesta perspectiva, a entrevista semi-estruturada é a mais adaptada aos objectivos propostos. Ela parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que fundamentam a pesquisa, onde apenas algumas questões e tópicos são predeterminados. Inclusive, muitas questões podem ser formuladas durante a entrevista e as irrelevantes são abandonadas (Rizzini, 1999).

No presente estudo foram realizadas sete (07) entrevistas semi-estruturadas, tendo como base um Guião de Entrevista (ver Anexo F) previamente elaborado e observando-se como critérios de selecção das mulheres: o envolvimento político, a liderança cultural desenvolvida pelas mulheres, como também o critério etário para obtenção de dados a partir da visão de diferentes gerações que constituem a comunidade.

Todas as entrevistas foram gravadas (com a devida autorização da entrevistada) e utilizou-se uma Ficha de Identificação da Pessoa Entrevistada (ver Anexo E), objectivando-se adquirir informações complementares e de carácter mais pessoal. As transcrições dos diálogos das entrevistas semi-estruturadas são apresentadas nos anexos do presente estudo (ver Anexo P).

Grupo Focal (focus groups)

Como técnica de pesquisa qualitativa, o grupo focal obtém dados a partir de reuniões em grupo com pessoas que representam a fonte de estudo, não trabalha com amostras probabilísticas e nem visa estudar a frequência com que determinado comportamento ou opinião ocorre. Busca colectar informações dos sentimentos e opiniões dos investigados (as), sobre determinadas questões (Matos & Vieira, 2001).

Pode ser, também, utilizado para promover a interacção entre as pessoas que constituem o grupo, além de permitir um maior aprofundamento dos tópicos em estudo (Matos & Vieira, 2001). Preocupa-se, especialmente, com o entendimento de como se formam e se diferem as percepções, opiniões e atitudes acerca de um facto, produto ou serviço.

O grupo focal, segundo Stewart e Shamdasani (1990), permite conhecer com maior profundidade as crenças e valores, os comportamentos, como também, identificar as representações sociais de determinado grupo.

O estudo contou com a presença no grupo focal de dois moderadores¹. Um moderador assegurava que a sessão acontecesse ordenadamente (conduzia mais directamente a sessão), enquanto que o outro assegurava que todos os tópicos seleccionados para discussões fossem cobertos e anotava os acontecimentos de maior interesse para a pesquisa (relator). Contou também com a participação de um observador (no caso o próprio investigador), que auxiliava na observação da comunicação não verbal, como forma de compreender os sentimentos dos

¹ Participação/colaboração (como moderadores) do Grupo de Formação Continuada da Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED).

participantes sobre os tópicos discutidos e, eventualmente, intervir na condução do grupo (Krueger, 1988).

Tendo a convicção de que vivemos uma era de muita criatividade e que nessa perspectiva, acções e/ou actividades relacionadas às técnicas de colecta de dados podem sofrer modificações, realizou-se algumas adaptações ao procedimento metodológico do grupo focal. Isso ocorreu em função das especificidades do grupo, do mesmo possuir mulheres que são alfabetizadas e algumas que não sabem escrever nem ler, e também, uma diversidade geracional (mulheres jovens, mulheres adultas e senhoras acima de 60 anos). Portanto, a heterogeneidade das mulheres participantes do grupo focal não permitia uma rigidez no procedimento metodológico do grupo focal. Criaram-se estratégias diferenciadas, partindo-se da inspiração do próprio grupo, com o partilhar de recursos e serviços e o intercâmbio de conhecimentos entre investigador e as mulheres que constituíram o grupo (Montero, 2004).

Nesse sentido, o grupo focal efectivou-se em dois momentos e em dias consecutivos, com o mesmo grupo de mulheres (12 mulheres no total, conforme descrito no detalhamento da amostra do estudo), com uma hora e trinta minutos (1:30h) de actividade em cada momento.

Utilizou-se músicas no início de cada dia e ao fim das actividades, com conteúdo (letras) que possuíam conexões com o quotidiano e o viver da mulher quilombola, objectivando-se a obtenção de um ambiente mais descontraído. Utilizou-se, também, duas (2) imagens metafóricas (Maleta Didáctica: Educação para a Cidadania, 1995), objectivando-se produzir reflexões acerca da participação comunitária e da necessidade de partilhar conhecimentos e/ou acções.

Através da colaboração de todas as mulheres participantes do grupo focal (ver Figura 9), realizou-se dramatizações relativamente aos temas: participação, empoderamento e liderança; retratando-se situações (ocorrências) reais da/na comunidade quilombola.

Figura 9

Registo de um momento do grupo focal.



Três questões em forma de perguntas foram construídas, sendo aplicadas através de dinâmicas de grupo específicas para o desenvolvimento das discussões/reflexões. As dinâmicas de grupos possuíam como objectivo imediato, gerar um retrato do quotidiano da mulher quilombola. Objectivava-se também, propiciar a necessária descontração e integração das participantes para o transcorrer das actividades.

O primeiro dia de actividade centrou-se no desenvolvimento das dinâmicas de grupo e dramatizações. Já no segundo dia, buscou-se o resgate dos temas principais (participação, empoderamento e liderança) através de discussões e/ou narrativas das/com as mulheres, com base nas três questões/perguntas. Para o registo de todas as actividades foram contratados dois profissionais (especialistas), que efectuaram a gravação e a filmagem integral do grupo focal, desde a chegada das mulheres ao interior da sala de aula – utilizou-se o espaço da escola da comunidade com autorização da direcção –, até sua saída, após o término de cada sessão.

Questões/perguntas utilizadas

Para o desenvolvimento da temática relativa à participação:

- Como ocorre a participação das mulheres nos processos de decisão a favor da comunidade?

Para o desenvolvimento da temática relativa ao empoderamento:

- As mulheres da comunidade possuem (ou agem com) autonomia e autodeterminação no seu dia-a-dia?

Para o desenvolvimento da temática relativa à liderança:

- Em sua opinião o que é necessário para se tornar líder em sua comunidade?

Músicas Utilizadas

- “Igarapé das Mulheres”: Composição – Osmar Júnior (ver Anexo G).
- “Maria, Maria”: Composição – Milton Nascimento e Fernando Brant (ver Anexo H).
- “O Sal da Terra”: Composição – Beto Guedes e Ronaldo Bastos (ver Anexo I).

Dinâmicas Utilizadas

- Fazendo arte com o nome (actividade de criação onde a mulher representava seu próprio nome de maneira totalmente livre e como bem apetecer).
- Angústias/medos (actividade onde a mulher escrevia e/ou desenhava sobre seus medos e angústias).
- Sonhos/desejos (actividade onde a mulher escrevia e/ou desenhava sobre seus sonhos e desejos).

Dramatizações Utilizadas

- Foram criadas e apresentadas pelas próprias mulheres no transcorrer do grupo focal. Os temas trabalhados foram: participação, empoderamento e liderança.

Imagens Metafóricas Utilizadas

- “História de burros” (ver Anexo J).
- “Cada macaco no seu galho” (ver Anexo K).

A Figura 10 e todos os outros desenhos criados pelas participantes do grupo focal na actividade “Fazendo Arte com o Nome”, revelam aspectos da identidade individual de cada uma delas – o cuidado com a família e a natureza, a casa como símbolo de protecção e segurança, a religiosidade, a força das relações afectivas e o amor pelo próximo –, bem como da identidade do conjunto das participantes, demonstrando que o grupo traz consigo, uma preocupação com o outro, um forte valor religioso e comunitário que se traduz através do respeito pela diversidade humana.

Com suas palavras, a participante 02 descreve a importância da liberdade de acção, do contacto com a natureza e do crescimento pessoal para obter bem-estar individual e, posteriormente, promover de forma participativa, o fortalecimento comunitário ao demonstrar um forte sentimento de comunidade (Sarason, 1974) e de justiça social.

Afirma-se a existência de um forte sentimento de comunidade no Quilombo do Curiaú, ao verificar-se na comunidade a presença dos cinco elementos considerados como fundamentais por Chavis (2007) para o sentimento de comunidade: Satisfazer necessidades, partilhar valores, estatuto de membro, influência e uma ligação emocional partilhada.

Há no viver comunitário do quilombo uma constante busca por *satisfazer as mais diversas necessidades* dos seus membros, reflectindo-se na construção de *valores partilhados*. Observa-se a luta pela solução de problemas comuns a toda a comunidade, como a questão da iluminação da rodovia que atravessa as Vilas (onde ocorrem diversos atropelamentos); a questão da recolha do lixo local (que quando não realizada pelo poder público, a própria comunidade o faz, enviando-o para local apropriado); o problema do aumento da violência, ocasionado pela maior proximidade com a cidade de Macapá; a luta pela não aprovação do Plebiscito (que ocorreu no 2º semestre de 2007), que transformaria o Quilombo do Curiaú em Distrito do Município de Macapá; e a luta por uma melhor educação no quilombo com a implementação do ensino médio na única escola existente (o equivalente ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade em Portugal).

Todas as pessoas que nasceram e vivem na Comunidade Quilombola do Curiaú possuem um evidente sentimento de ligação ou de pertença com o lugar e

com tudo que ali existe. Esse facto é caracterizado pelo orgulho estampado e explicitado por todos/as ao identificarem-se como efectivos Quilombolas e possuidores do Título de Reconhecimento fornecido pelo Ministério da Cultura do Brasil, que os caracteriza como uma área Remanescente de Quilombo e, como tal, possuidores de todas as prerrogativas previstas em lei. Esse *estatuto de membro* experimentado por todos/as fornece, também, um sentimento de confiança e a necessidade de cuidado comum.

Há uma crença na comunidade, que parece ser generalizada, de que todas/os podem e devem, individualmente e colectivamente, *influenciar* sua comunidade e, ao mesmo tempo, serem influenciados pela comunidade como um todo. Algo que caracteriza este facto, além de atitudes individuais observadas, é a existência na Comunidade Quilombola do Curiaú de uma variedade de movimentos sociais.

É indiscutível que o quilombo do Curiaú possui um sentimento de história comum, caracterizado pela formação/constituição daquela comunidade. Além disso, o viver de experiências conjuntas de acontecimentos importantes na comunidade – como a realização do Plebiscito (cujo resultado afectaria a todos/as indistintamente) ou a presença incómoda de uma Onça-pintada, a procura de alimentos, nas proximidades das Vilas que constituem a comunidade –, são evidências do forte sentimento de comunidade ali existente. Isso tudo são características de uma grande *ligação emocional partilhada* por todas as pessoas da comunidade.

A percepção do conceito de comunidade

No contexto desse trabalho, considera-se comunidade o conjunto de todas as pessoas que vivem no Quilombo do Curiaú no Amapá. Contudo, é importante estudar a compreensão do que é uma comunidade fornecida pelas mulheres quilombolas do Curiaú, e se existe uma noção ou não dos critérios fornecidos por Sanchez e Wiesenfeld (1983), bem como da exclusão da perspectiva evolutiva e de constante transformação inerente a uma comunidade.

Nesse sentido, observou-se que a percepção do conceito de comunidade vivenciado pelas mulheres quilombolas do Curiaú apresenta conexões com a

definição etimológica do termo comunidade: do latim *communitas, átis*¹, “que pertence a muitos ou a todos, público, comum”, como deixa claro uma das participantes do estudo:

(...) Comunidade é tudo aquilo que é comum a todos. Por exemplo: antigamente o Curiaú era uma comunidade, porque... olha... matava-se uma caça, era dividido pelos vizinhos mais próximos. Então hoje, as pessoas já não têm mais isso... de ver o próximo. (...) Nós temos algumas pessoas que vivem com espírito de comunidade, dentro da comunidade, mais nós temos algumas pessoas que não vivem com espírito de comunidade, dentro da comunidade. Você entendeu? São dois pensamentos. Eu considero a nossa casa como uma comunidade, porque nós vivemos em comunidade. Tudo que nós vamos fazer ali, nós pedimos opinião um do outro. Então nós vivemos em comunidade. Porque eu não agrido o meu vizinho do lado e ele não me agride. Você entendeu? E aqui existe algumas pessoas que não vivem dessa forma. Eles não estão nem aí! (Participante 01).

Extraí-se dessas palavras que as mulheres quilombolas do Curiaú compreendem a necessidade da existência, em comunidade, de determinado grau de interação social, bem como de repartir interesses, sentimentos, crenças e atitudes; fortes características, segundo Sanchez e Wiesenfeld (1983), de uma efectiva comunidade. Além disso, demonstram uma preocupação com a construção de uma comunidade saudável. Essa construção faz-se, como afirma Ornelas (2000), “através do fortalecimento do sentimento de comunidade ou de pertença, da expansão e diversificação das redes sociais de apoio, do surgimento de parcerias com o objectivo de resolução de problemas específicos locais e da existência de organizações ou grupos de ajuda mútua”. Portanto, como afirma Amaro (2002), “uma comunidade saudável encontra seu equilíbrio no honrar a sua herança, cuidar dos seus membros, abraçar o futuro, e incluir os ‘outros’ no processo”.

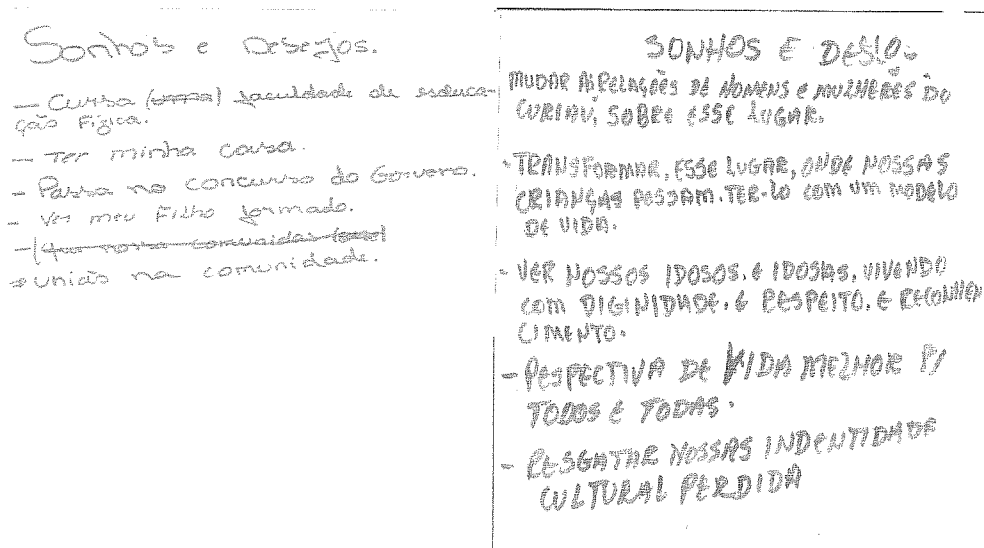
Observa-se também, através das respostas nas entrevistas realizadas com as mulheres, nas dinâmicas, dramatizações e demais actividades realizadas no grupo focal, que há uma compreensão de que ‘comunidade é diálogo e união’, concomitantemente ao entendimento que estar em comunidade significa problemas constantes, e que a minimização e/ou solução desses problemas, encontra-se no

¹ Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa (2002).

diálogo e participação/envolvimento de todas/os nas questões comunitárias (ver Figura 11).

Figura 11

Imagem ilustrativa da percepção do conceito de comunidade (Participante 06 e Participante 02)



A Participação

Há no Estado brasileiro do Amapá uma grande diversidade de movimentos sociais, actantes no dia-a-dia de diferentes comunidades, que promovem transformações nos valores e instituições da sociedade Amapaense (Castells, 2006). É, muitas vezes, através do engajamento nesses diferentes movimentos (associações, instituições, grupos sociais de actividades diversificadas e centros comunitários, culturais e de bairro), que as mulheres do Amapá expressam seus sentimentos, ideias, sugestões, reclamações, encontram/constroem colectivamente soluções para seus diferentes problemas e, principalmente, experimentam uma verdadeira participação nos processos de decisão a favor de sua comunidade (Ornelas, 1997, 2008).

A diversidade de movimentos sociais no Amapá que possuem uma efectiva participação feminina é caracterizada no Relatório Técnico Final “Mulher teu corpo a ti pertence”, produzido pelo Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), ao

apresentar os principais movimentos sociais de mulheres existentes no Estado do Amapá (ver Anexo O).

Constatou-se dos relatos e comentários das participantes do grupo focal que, em se tratando da Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá, além da Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), criada em 1990 (ver Anexo O), actualmente o Quilombo do Curiaú possui, em plena actividade, outros movimentos sociais: Uma Associação de Moradores – com participação activa das mulheres –, o Grupo de Idosos do Quilombo do Curiaú (GRIAQCR) – na sua grande maioria constituído por mulheres –, e as “Provocantes” (Movimento de Mulheres Quilombolas do Curiaú), que trabalha o fortalecimento do quilombo com acções/actividades de lazer (apoio ao “Time de Futebol Feminino” do Curiaú) e contribui com a cultura e religião das mulheres quilombolas, entre outros.

Observou-se, também, que no Curiaú existiam dois grupos sociais com actividades diversificadas, actualmente desactivados por falta de participação de seus integrantes: o “Grupo de Jovens” que se reuniam para reflexões e discussões dos problemas locais, realizavam actividades de Capoeira, bem como a aprendizagem conjunta de como manusear os instrumentos musicais utilizados nas festas tradicionais da comunidade; e o “Grupo de Artesãos”, vinculados a Associação de Idosos, composto por 15 senhoras idosas que produziam e vendiam – no Centro de Cultura do Curiaú – seu próprio artesanato, gerando recursos financeiros para a associação e para cada participante.

Actualmente as/os idosas/os realizam, aos domingos pela manhã, ‘Oficinas de Aprendizagem’ com diferentes dinâmicas para as crianças e adolescentes da comunidade, onde transmitem seus conhecimentos relativamente aos cânticos das festas tradicionais, uso dos instrumentos sonoros (tambores e pandeiros do batuque e do Marabaixo) e dos termos linguísticos próprios das festas; tudo numa perspectiva de preservação e continuidade das tradições e cultura local.

Observa-se que muitas participantes começam determinada actividade com toda sua energia, doando-se e participando activamente. Encontram e formam novas amizades e, muitas vezes, constroem uma razão (ou nova razão) para a própria vida. Porém, começa o esmorecimento de sua participação, à medida em que questões pessoais como: o cuidar das/os filhas/os, os afazeres de casa, conciliações com

actividade profissional e, principalmente, quando há interferência do marido (companheiro) que, não raro, impossibilita a participação da esposa ou gera conflitos constantes que produzem a desistência da mulher daquela nova actividade.

Sabe-se que género é uma construção social (Giddens, 2004; Nogueira, 1999; Scott, 1995) e que, portanto, a distribuição das funções de género também. Como construção social, estabelece ou reforça desigualdades e formas de poder. As atitudes de alguns dos homens do Curiaú descritas acima, demonstram a existência na comunidade, de pequenos reflexos de uma sociedade patriarcal, onde atribui-se à mulher funções domésticas que limitam suas possibilidades de participação em outros espaços públicos que, muitas vezes, são liberados para serem ocupados pelos homens.

Nesse caso, tenta-se confinar as mulheres ao espaço doméstico, em sua condição de responsáveis pela reprodução e tarefas diárias (cozinhar, limpar, lavar e passar, administração do lar, atenção à saúde de todas/os, assistência escolar às crianças, etc.) e, assim, são reduzidas para elas, as possibilidades que surgem com o trabalho extra doméstico.

O envolver dos homens da comunidade – especialmente dos maridos (companheiros) das participantes – nos grupos sociais, na concepção e desenvolvimento de actividades diversificadas, que passarão a ser trabalhadas por todas/os, possibilitará aos homens quilombolas a compreensão e valorização das mulheres e, certamente, uma perspectiva posterior de efectiva colaboração masculina nos projectos actividades, minimizando eventuais desistências das participantes.

Ao falar sobre a perspectiva da participação dos homens quilombolas nas questões comunitárias e no processo decisório a favor da comunidade, as participantes demonstram comungar da mesma opinião, de que a mulher do quilombo do Curiaú é mais participante e preocupada com os interesses comunitários, mais activa, além de possuir maior poder de decisão. Nas palavras da participante 12: “as mulheres tem mais firmeza que os homens. As mulheres são mais participativas que os homens. Tomam decisões” (declaração fornecida durante discussões do grupo focal).

Outra declaração que enfatiza essa perspectiva é fornecida pela participante 03, no momento de sua entrevista, ao afirmar que:

Os homens, a maioria, ficam lá atrás. Olha, eu fiquei assim, [pausa] prestando atenção. Na época que a gente ‘tava’ nessa luta aí, os homens lá atrás e as mulheres é que estavam na frente. Mulheres arrastavam cadeiras, mulheres pegavam os bancos, mulheres chamavam as outras [pausa]. ‘vumbora pra reunião, vumbora’, chamavam os homens. Vamos fazer isso, e eles não! Parados! E sempre foi assim. A mulher daqui do Curiaú é mais sajica. É mais elevada. Os homens daqui são meios paradinhos, em termos de decidir (Participante 03).

Ao buscar-se o resgate, no segundo dia de actividade do grupo focal, do tema participação comunitária, utilizou-se o seguinte questionamento para início do processo reflexivo: Como ocorre a participação das mulheres nos processos de decisão a favor da comunidade? As participantes realizaram reflexões, discussões e/ou diferentes narrativas.

Nesse sentido, observou-se que as mulheres possuem como um valor em suas relações quotidianas a compreensão de que é pela participação em sua comunidade que mulheres e homens se tornam responsáveis um pelo outro e (re)criam continuamente o mundo (seu mundo), através de um jogo de relações em permanente dialogação (Boff, 2000). Isso transparece na seguinte afirmação, realizada no grupo focal: “Eu vou porque quero participar, adquirir coisas que não sei para poder transmitir para outras pessoas. Eu me sinto bem em participar. Sei que estou, também, adquirindo conhecimentos que antes não tinha” (Participante 12).

Nessa mesma perspectiva de reflexões e discussões, obteve-se a seguinte declaração da participante 02:

Quando vem uma demanda ‘pra’ dentro da comunidade ou vem através da Associação de Moradores ou da Associação de Mulheres. E, geralmente, a gente sempre que toma a frente. As mulheres que tomam a frente. De convidar, de buscar as pessoas, de dizer o que é, como é o processo e o que vai acontecer. Então realmente, o meu olhar é que as mulheres estão participando mais que os homens e tomam mais decisões [na comunidade] (Participante 02).

Apesar desta declaração, a dramatização (sobre participação comunitária) realizada pelas mulheres, demonstrou a necessidade de maior consciência da importância da participação para o fortalecimento da comunidade e, em consequência deste facto, uma falta de maior envolvimento das pessoas nas questões comunitárias. Observou-se que existe a concepção, por parte das mulheres, de que

participação comunitária se resume a *quantidade de pessoas*, desvalorizando-se a *qualidade dessa participação*. Ficou claro, também, a crença de que só participa efectivamente, aquela/e que está ‘à frente’ nas acções – nas passeatas, nas marchas realizadas pelas associações, nas reuniões, etc. –, e que se dispõe, sempre, a sair de casa. Portanto, observa-se que há aqui um descompasso, uma contradição entre o discurso do viver comunitário e o fazer comunitário.

Ao analisar-se as respostas fornecidas pelas participantes das entrevistas, quando foram questionadas sobre a existência ou não de decisões tomadas com a sua participação, bem como, quais seriam os tipos de decisões que teriam a sua participação na comunidade, observou-se que algumas mulheres consideram possuir participação activa na vida de sua comunidade, interferindo no social, participando em actividades políticas partidárias e em questões que envolvam a necessidade de representar a comunidade em diferentes situações. Outras participantes afirmam simplesmente não participar, por limitar-se a escutar as pessoas, o que demonstra o desconhecimento de que o processo de ‘ouvir a/o outra/o’ também é uma forma de participação. Há aquelas que afirmam participar ao ofertar serviços voluntários à comunidade e, por fim, existem mulheres, normalmente de idade mais avançada, que declaram participar activamente das acções de cunho cultural da comunidade, como observa-se nas palavras abaixo:

Eu ajudo aqui quando tem festa, ‘pra’ fazer São Sebastião, ajudo lá na cozinha. Ajudo cantar lá no Batuque, no Marabaixo. Eu gosto mais do Batuque, ‘tó’ lhe dizendo. Eu canto as músicas do Marabaixo, mas eu sou mais o batuque. É mais animado. Olha, eu só sabia arremedar, pular, dançar, tal, tal, ajudar eles aí. Depois, eu prestando atenção nos ‘cantadó’ que cantavam, e aí eu aprendi! (Participante 04).

Com a propriedade de quem trás aos ombros, 76 anos de idade, e em função da sabedoria conquistada através de uma vida de muitas dificuldades – mas que nem por isso, retira-lhe o sorriso da face e a firmeza do olhar –, a participante 04, declara ainda, sua preocupação com a destruição das tradições do quilombo do Curiaú e a influência negativa da televisão no modo de vida da comunidade.

E esses uns quando morrerem, se os novos não se botarem, 'acabô'. Não querem, não querem aprender meu irmão (...). E vai 'acabá', 'tó' lhe dizendo, vai! Porque não tem o interesse (...). O interesse é pouco, muitos têm e outros não querem. Olha [pausa] na hora, é de seis 'pras' sete da noite. Os que são 'encigueirados' na novela, eles querem ir? Não vão! Eu assisto, mas eu não sou muito 'encigueirada' assim (Participante 04).

Houve unanimidade das participantes das entrevistas, ao afirmarem que na comunidade quilombola do Curiaú, as mulheres podem participar de qualquer processo decisório, à exceção de um único aspecto cultural: Nas reuniões para decidir questões referentes à Festa de São Joaquim (que ocorre anualmente na comunidade). Nessas reuniões, somente os foliões podem participar e opinar. Durante a festa, as folionas possuem um papel secundário.

Constatou-se, também, que as mulheres quilombolas buscam e, quase sempre, possuem maior nível escolar que os homens do quilombo. Dedicam tempo, energia pessoal e recursos financeiros na busca de uma melhor profissão ao realizarem investimentos em estudos, como deixa claro a seguinte afirmação:

(...) Eu acho as mulheres aqui mais interessadas, correm mais atrás, lutam mais pelos nossos direitos que os homens. A mulher é mais organizada, luta mais, tem uma maior participação em todas as coisas. Os homens são mais acomodados (...). Olha, na escola, por exemplo. Não temos um educador homem aqui na comunidade! E a maioria das professoras são todas daqui da comunidade. Ainda não tem nenhum professor homem. Tanto que aqui, a nível de 3º grau [nível de Licenciaturas], as mulheres estão na liderança. É por isso que falei que as mulheres são mais interessadas, querem mudança, querem mudar. E os homens ficam sempre na mesmice (...) (Participante 06).

No âmbito familiar, constatou-se que também existe um protagonismo da mulher quilombola, produzindo mudanças nas relações familiares do quilombo. Nas entrevistas, ao questionar as participantes do estudo, sobre como são tomadas as decisões em sua casa, houve unanimidade ao afirmarem que se processam através do diálogo e com o partilhar de decisões. No entanto, em alguns casos, observa-se que a decisão final em questões familiares cabe à mulher, como também, a tarefa de cumprir o papel de apaziguadora nos conflitos familiares, como fica claro na seguinte afirmação:

Olha, aqui no caso, eu acho assim [pausa]. Quem 'tá' mandando mais sou eu [risos]. Porque eu acho assim: Além de eu ser a mulher, eu sou mais velha do que ele. Um ano sim, mas sou mais velha do que ele. A minha filha não é filha dele, sabe! Aí se eles brigam, eu digo: Olha, não gosto disso assim! Senta! Os três. Aí eu falo: Olha, se você vem brigar com minha filha, eu não vou gostar. E 'pra' ela: Se tu brigar com ele eu não vou gostar; então vocês têm de entrar num acordo (Participante 07).

Ainda na esfera familiar, observa-se que, em muitos casos, na ausência ou desaparecimento da matriarca familiar, são as mulheres mais jovens que assumem a função das/nas actividades domésticas. Constatou-se, também, a existência de uma maior participação financeira da mulher na renda familiar, comparativamente aos recursos monetários fornecidos pelos homens. Isso dá-se, principalmente, em função da variedade de actividades, com fins lucrativos, desenvolvidas pelas mulheres, além de sua actividade profissional regular. Portanto, muitas das mulheres quilombolas combinam sua actividade profissional com os trabalhos domésticos e outros extradomésticos, como a realização de 'tranças afro' nos cabelos de outras mulheres da cidade de Macapá; a fabricação e venda de diferentes peças de artesanato (abanos, colares, quadros, peneiras, esteiras, paneiros, tipitis, bonecos representativos da cultura local, etc.); a produção – para venda nas feiras agrícolas da cidade – de farinha em pequenos roçados existentes na comunidade e, também, a retirada da polpa de diferentes frutas nativas para venda e produção de sorvetes.

O Empoderamento

Ao reflectir-se sobre o empoderamento da mulher quilombola do Curiaú, constata-se que as participantes possuem a compreensão de que o desenvolvimento pessoal e da colectividade, está intimamente relacionado ao processo de participação comunitária, como fica evidente nesta afirmação: "(...) A pessoa ausente desse processo de participação, não consegue andar junto com a comunidade. Quer dizer: Vai sempre ficando 'pra' trás; atrás do desenvolvimento" (Participante 02).

A crescente participação das mulheres quilombolas em actividades a favor de sua comunidade, em partidos políticos (através de filiação partidária), em diferentes

movimentos sociais e, também, a busca e aquisição de novos conhecimentos, traduz-se em poder pessoal e influência social (Sánchez Vidal, 2007; Lagarde, 1993; Castells, 2006). Em consequência, possibilita-se o desenvolvimento da perspectiva de empoderamento individual, organizacional e comunitário (Rappaport, 1984; Zimmerman, 2000b; Perkins e Zimmerman, 1995, cit. por Ornelas, 2008), bem como, a construção de efectivas lideranças comunitárias, conscientes da importância do sentimento de partilha.

Ao analisar a afirmação seguinte da Participante 01: “(...) Por isso é que eu te digo, as lideranças [comunitárias] são ligadas a esse desenvolvimento do conhecimento, da escrita, da fala”; compreende-se que algumas das mulheres quilombolas, possuem profunda percepção do que foi descrito anteriormente, e que, portanto, o empoderamento de mulheres e o desenvolvimento comunitário estão intimamente ligados (Muraro, 2006).

Tratar do empoderamento da mulher quilombola do Curiaú, sem dúvida, actua no sentido de superar quaisquer tratamentos discriminatórios e concorre para a democratização das relações pessoais e sociais na comunidade. Também fornece à comunidade como um todo, maior e melhor possibilidade de lutar contra um problema que as participantes do presente estudo demonstraram grande preocupação: Um gradual processo de ressignificação dos valores culturais, das práticas tradicionais e alimentares de sua comunidade. Observa-se que o espaço territorial do Quilombo, antes eminentemente rural, passou a incorporar lentamente nos últimos anos, a cultura, valores, hábitos alimentares e o modo de vida urbano. A declaração seguinte, fornecida durante uma das entrevistas, torna evidentes essas perspectivas:

Eu ainda acredito nas ervas que os velhos deixaram, acredito nas coisas que eles falavam, porque se você olhar ao pé da letra o que uma pessoa idosa falava [pausa], eles chegavam a cem anos. Eu vou ter capacidade de chegar? Comendo galinhas super congeladas, tomando água gelada (...). Meu pai chegou a 98 anos, meu avô chegou a 108 anos, meu outro tio morreu com 100 anos. E eu ‘tó’ aqui, pelejando, toda cheia de dor. De vez em quando uma dor aqui, outra ali. E porque? A gente come tudo envenenado. Não existia veneno naquela época, ‘né’. Agora a gente come quase tudo da cidade. Olha, quando meu pai vinha pegar peixe e levava de saca de peixe ‘pra’ casa, eu ficava feliz da vida! Era só no sal. Colocava o sal ‘pra’ passar a semana e ‘pra’ comer. Agora não. Coloca na geladeira. A gente não sabe

que tudo isso faz mal 'pra' gente. Parando 'pra' pensar tudo isso [pausa], o quanto a gente foi egoísta com a nossa própria vida. Nós é que estamos acabando com nós mesmos, não é Deus nem o mundo! Mas nós somos egoístas. Nós queremos crescer e a gente 'tá' deixando tudo 'pra' trás, tudo o que era de bom (Participante 03).

Numa perspectiva de possibilitar às participantes o encadeamento do processo reflexivo relativamente ao tema *empoderamento*, foi-lhes disponibilizado durante o grupo focal, o seguinte questionamento: As mulheres da comunidade possuem (ou agem com) autonomia e autodeterminação no seu dia-a-dia?

Nesse sentido, as participantes realizaram diversos comentários, como o apresentado a seguir, através do qual demonstram uma evidente determinação individual na busca da autonomia com a própria vida, como também, por uma participação democrática na vida da comunidade (Rappaport, 1981, 1987).

Eu penso que as mulheres daqui realmente têm autonomia [pausa]. Em relação às entidades daqui, aos grupos formados, geralmente é a mulher que 'tá' na frente. No grupo de igreja é as mulheres que tão à frente, na associação de mulheres é mulheres mesmo [risos], no grupo de idosos, na associação de moradores [pausa] a gente, também; por mais que seja um presidente, mas as mulheres tão sempre lá. Tem reunião; são as mulheres que tão sempre lá. São as mulheres que estão nas casas convidando 'pra' tudo (Participante 02).

Na declaração seguinte, observa-se a busca por ter voz activa na comunidade, como também, influenciar sobre quaisquer decisões que lhes dizem directamente respeito e/ou afectem a sua vida (Rappaport, 1992): "(...) Essa questão do distrito [Plebiscito realizado no segundo semestre de 2007] deu uma sacudida dentro da comunidade e mostrou que nós, unidos, podemos fazer acontecer, acordar 'pra' possibilidade de coisas melhores" (Participante 10).

Observou-se, portanto, que as mulheres quilombolas do Curiaú possuem a consciência de que, unidas, têm poder de decisão e, principalmente, buscam através de diferentes acções diárias gerar mecanismos que possibilitem seu empoderamento e do colectivo comunitário. É visível, também, a busca por elementos que facilitem sua participação de forma activa nos cargos de representação, objectivando estimular

a democratização das organizações locais e, sem dúvida, fortalecer as estruturas comunitárias.

A Liderança

O protagonismo da mulher quilombola do Curiaú em âmbito familiar com sua visível influência nas decisões familiares, a existência de uma maior participação financeira dessa mulher na renda familiar, a conquista de espaços prioritariamente masculinos, a busca de maior qualificação e maior nível escolar que os homens quilombolas e um aumento progressivo da participação feminina nas organizações, associações e grupos comunitários do Quilombo do Curiaú possibilitam à mulher quilombola, maior capacidade de decidir sobre a própria vida e sobre a vida da/outra/o (Lagarde, 1993) e caracterizam a forte liderança familiar, cultural e política das mulheres quilombolas.

Essa liderança das mulheres, apresentada em diferentes esferas da vida comunitária do quilombo do Curiaú, é constituída também, pela compreensão, que elas demonstram possuir, de que para ser-se um bom líder comunitário há necessidade de ser actuante em sua comunidade, exercer autoridade sem ser autoritário, estar sempre aberto a aprender, doar-se às diversas actividades comunitárias e assumir responsabilidades. Na declaração seguinte, realizada durante o grupo focal, essas perspectivas evidenciam-se.

Se você faz um trabalho, você espera que daquele trabalho, você possa crescer. Então você começa a envolver todo mundo, “né”! Assumir uma responsabilidade com todo mundo da comunidade (...). A liderança é uma responsabilidade muito grande que você tem. Você tem que correr atrás de muitas coisas, você tem que conversar, você tem que aprender. É essa que é a liderança (Participante 03).

Em função de diversas declarações no grupo focal e, também, de afirmações durante as entrevistas, observa-se uma crescente preocupação das participantes com relação à necessidade de fortalecimento dessas lideranças comunitárias e, conseqüentemente, das associações e grupos sociais existentes no Quilombo do Curiaú.

As participantes descrevem essa necessidade em função de visualizarem que, num futuro próximo, a comunidade terá um grande desafio a enfrentar: o desaparecimento lento e gradual da propriedade comunitária. As mulheres enfatizam essa perspectiva, quando relatam o número crescente de cercas que surgem na comunidade (com limites sendo impostos pelas pessoas aos seus próprios vizinhos) e, também, pelo desrespeito de alguns moradores da cidade de Macapá, ao invadirem parte do território do quilombo às proximidades da cidade.

É nessa perspectiva que, além de ser unânime entre as participantes a existência de forte liderança familiar, cultural e política das mulheres na comunidade, algumas delas ainda demonstram possuir consciência da importância de obtenção de empoderamento individual para aquisição de poder e controle sobre a vida pessoal, institucional e comunitária (Sánchez Vidal, 2007).

Há também compreensão das participantes, que para se obter o fortalecimento das organizações comunitárias, necessita-se partilhar decisões, reflectir colectivamente sobre determinado problema e construir em conjunto sua possível solução. Esses elementos evidenciaram-se ao apresentar, às participantes do grupo focal, o seguinte questionamento: Em sua opinião o que é necessário para se tornar líder em sua comunidade? Entre algumas das declarações obtidas, destaca-se a seguinte:

Hoje em dia, nas associações, nos grupos, as pessoas já montam uma comissão para decidir junto, decidir várias pessoas. Um grupo pode tomar as decisões, sem ter essa questão de um único líder. A gente tem capacidade suficiente de se organizar, de tomar nossas decisões em conjunto, de fazer nossos trabalhos em conjunto (...). Nós temos que ter muita coerência. Saber escutar as pessoas, sem ter essa questão de decidir sozinha (participante 2).

Verificou-se que, apesar das afirmações da participante 02, ainda persiste em alguns sectores da comunidade do Curiaú, a liderança hierarquizada “comando e controle” (Brenneman, 1999), cabendo a uma única pessoa, toda a responsabilidade e tomada de decisão. Obteve-se essa constatação, no grupo focal, através da utilização de pequenas estruturas construídas com materiais alternativos (ver Figura 12) e que representavam/caracterizavam três diferentes modelos de liderança. O primeiro – a

liderança hierarquizada de “comando e controle” com um único líder a decidir e pensar, onde os liderados estão ‘ligados’ (existência de comunicação) somente ao líder e não entre si. Outro modelo de liderança onde perpetuam-se alguns poucos líderes de pequenos grupos, que decidem sozinhos e comunicam-se somente entre si e, também, aquela liderança onde todas/os da comunidade participam e constroem decisões colectivas – as chamadas “Comunidades de Liderança” (Senge, 1999).

Figura 12

Imagem das estruturas construídas para reflexões sobre modelos de liderança



Mesmo com a perspectiva de liderança hierarquizada, ainda persistente em sectores da comunidade – a qual foi constatada através da dinâmica descrita anteriormente – observou-se que as participantes possuem a concepção de que uma liderança efectiva não necessariamente precisa destacar-se ou estar sempre à frente de todas/os e de tudo. Muitas vezes, uma liderança aparece ou manifesta-se pelo respeito construído e conquistado por determinada pessoa ao longo do tempo – daquele que se fez ou se faz um líder –, pelo conhecimento formal de determinada actividade tradicional na comunidade – como as parteiras e/ou as benzedeiras –, ou por domínio de conhecimentos culturais e/ou religiosos.

Ao realizar o questionamento conjunto às participantes se o modelo de “Comunidades de Liderança” seria uma realidade ou somente uma possibilidade no viver da Comunidade Quilombola do Curiaú, as mulheres foram unânimes ao afirmar que *ainda é somente uma possibilidade*. Observa-se que existe a compreensão por parte das participantes, mas que nem sempre é posta em prática, de que partilhar liderança significa respeitar-nos mutuamente o tempo todo, dividir os problemas e derrotas, os trabalhos mais difíceis e, também, todas as conquistas.

Da declaração seguinte, realizada no grupo focal, extrai-se que as participantes também compreendem que para a construção de uma efectiva “Comunidade de Liderança”, torna-se necessário reunir habilidades e capacidades, combinar dons, talentos e recursos, ouvir o outro, bem como, envolver as pessoas no processo de participação a favor da comunidade. Observa-se que essas são algumas das perspectivas defendidas por diferentes autores (Berkowitz, 1987, 1996; Balcazar *et al.*, 1990, cit. por Ornelas, 2008), como essenciais para o exercício da liderança comunitária.

Geralmente se tira uma liderança na comunidade quando [pausa], começa a sair pelas dificuldades da comunidade. Porque, nem sempre, os grupos vão se juntar ‘pra’ resolver um problema lá [outros sectores da sociedade]. Aí se tira um líder ‘pra’ responder pela comunidade. Só que ele não vai lá resolver o problema à maneira dele. Tem de ouvir a comunidade para depois levar a situação que é cabível. Então a questão de liderança surge geralmente dessas necessidades. Se cria as associações ‘pra’ esses motivos. Para resolver, mas em conjunto com a comunidade. Eu penso assim: não é porque, por exemplo, sou a presidente da associação que ‘eu vou meter os pés pelas mãos’. Ouve-se a comunidade, leva-se o problema e busca-se a solução. Para nós decidirmos todos juntos (Participante 02).

Porém, apesar dessa declaração e mesmo que as participantes demonstrem possuir a compreensão da importância do sentimento de partilha e de que para se construir concretamente uma verdadeira consciência, individual e colectiva, ainda existe muito a ser feito e a ser desenvolvido na comunidade. Há, portanto, necessidade de empoderamento individual, organizacional e comunitário (Rappaport, 1984; Zimmerman, 2000b; Perkins e Zimmerman, 1995, cit. por Ornelas, 2008). Essa

perspectiva fica evidente nas seguintes declarações fornecidas durante as actividades do grupo focal.

Tem muitas mulheres aqui que têm a possibilidade de se tornar líder. Mas acho que um dos maiores problemas que a gente esbarra é a questão do medo. A gente tem muito medo do que estar por vir (...). A gente aprende as coisas fazendo mesmo. Ninguém nasce líder. A gente aprende no dia-a-dia. Se a gente buscar alternativas pra superar esse medo, a gente consegue formar bastante líder. Falta autoconfiança (Participante 10).

O que dá 'pra' ver bem é que a nossa comunidade ainda está aqui [aponta para o modelo de liderança "Comando e controle"], porque tudo é em cima do presidente [das associações], as outras pessoas não se propõe a resolver nada. Se não deu certo, a culpa é do presidente. Então nós estamos aqui ainda, ainda não chegamos naquele outro modelo ali [aponta para o modelo de 'Comunidades de Liderança'] (Participante 06).

Essa perspectiva de empoderamento do colectivo da comunidade perpassa pela construção e incorporação, em todas as pessoas que vivem no quilombo, da consciência de que há uma relação de interdependência entre todas as coisas (Capra, 1996, 2002), embora isso não seja facilmente compreendido. Torna-se necessária a visualização por todas/os da comunidade que, mesmo o quilombo sendo constituído por cinco Vilas (Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, Casa Grande, Curralinho e Mocambo), existe somente uma *única* 'Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá', e que lá, coexistem as mulheres, os homens, as crianças, os animais, as árvores. Quando essa compreensão – de que todas/os estão entrelaçados e que nada fica de fora desse enlace – for efectiva, existirá também, melhores possibilidades de desenvolvimento comunitário.

De todo o exposto, na presente análise de resultados, observa-se que se entrecruzando o forte sentimento de comunidade e o envolvimento cívico das pessoas com os mecanismos de participação, empoderamento e liderança comunitária existentes na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá, pode-se obter a construção de processos de mudança numa perspectiva colaborativa (Ornelas, 2008).

Conclusões e Recomendações

Temos de mudar nossa forma de pensar,
de sentir, de avaliar e de agir. Devemos
ter mais sabedoria que poder, mais
humildade que arrogância, mais vontade
de sinergia que de auto-afirmação,
mais vontade de dizer 'nós' do que 'eu',
mais capacidade de integração entre o
princípio masculino e o princípio feminino
do que perpetuar a luta dos sexos.

Leonardo Boff

É consensual que mesmo agora, no século XXI, e em algumas nações, a participação das mulheres na vida política de seu país está limitada e – em muitos casos –, totalmente vedada, e que por isso elas têm maior dificuldade em defender os seus direitos. As mulheres empoderadas politicamente têm maior probabilidade de conhecer e de defender os seus direitos e também de eleger políticos empenhados na promoção da igualdade de género.

Introduzir a perspectiva de género na reflexão de políticas públicas e nas agendas das organizações que pensam o processo educativo, possibilitará, sem dúvida, uma melhor visualização das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

A inclusão das mulheres nos mais diversos sectores da sociedade, mediante a geração de políticas específicas, não significa eliminar os homens das organizações. Muito pelo contrário, a tendência é visualizar a importância de que haja uma participação igual entre mulheres e homens, diferentemente do que ocorre em muitas das organizações que trabalham especificamente com mulheres. Portanto, torna-se necessária a discussão de conceitos de desenvolvimento com as mulheres e sobre o quê as impede de terem poder e serem titulares de desenvolvimento.

Ainda se vive, em diferentes sítios de nosso planeta, um modelo de desenvolvimento que tem levado a mulher a não ter poder, a não ser titular de direitos igualitários ao homem. Isso significa, acima de tudo, provocar questionamentos sobre as desigualdades de políticas públicas e da situação económico-social que marca especialmente as nações economicamente

desfavoráveis, e que pouco têm mudado ao longo dos anos. Além da violência na forma de segregação racial e de desrespeito às crenças e valores, que ainda permanece e é pouco questionada.

Neste sentido, a efectivação de estudos futuros na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá que possuam características eminentemente interventivas e que busquem uma investigação-acção participativa pautada nos princípios da Psicologia Comunitária, terão extrema utilidade à vida das mulheres quilombolas e à comunidade à qual pertencem. A investigação-acção participada combina investigação social com acção social e é considerada como o melhor modo de os investigadores comunitários se ligarem às pessoas oprimidas para levar a cabo uma acção colectiva com o objectivo, a curto e a longo prazo, de mudança social (Nelson & Prilleltensky, 2005).

O objectivo geral desses estudos futuros será fortalecer a igualdade entre mulheres e homens nas organizações, entidades e associações da Comunidade Quilombola do Curiaú, tendo como objectivos específicos: o incentivo à participação activa de mulheres e homens nas organizações comunitárias; a constituição/construção de parcerias com diferentes sectores da sociedade amapaense; a promoção de uma ampla aliança com outras organizações comunitárias, visando cooperação e trocas de experiências e, também, a promoção de acções estratégicas que permitam homologar a política de igualdade de género em todas as organizações comunitárias.

O Governo Federal do Brasil, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, busca alcançar objectivos semelhantes para assegurar e garantir a construção de relações democráticas com o movimento feminista e de mulheres. A Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em Brasília 15 a 17 de Julho de 2004, afirma que é importante a criação e fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social, como as conferências, os conselhos de direito das mulheres e a participação das mulheres na elaboração do orçamento participativo, além de outros mecanismos existentes de participação popular, contemplando a representação das mulheres indígenas, negras, lésbicas, idosas, deficientes, jovens, ciganas e profissionais do sexo.

Essa é a perspectiva defendida por Lévy (2001, p. 28) ao afirmar que a melhor maneira de perpetuar e desenvolver uma colectividade não é mais erguer, manter ou estender fronteiras, mas alimentar a quantidade e melhorar a qualidade das relações em seu próprio interior, assim como com as outras colectividades. O autor afirma ainda, que o poder e a identidade de uma comunidade dependem mais da qualidade e da intensidade de sua conexão interna que de sua resistência em se comunicar com o entorno.

Nesse sentido, faz-se necessário em nível do quotidiano comunitário do quilombo do Curiaú no Amapá, esquecer-se de atritos pessoais, numa perspectiva de que a comunidade venha antes do eu.

A busca por um verdadeiro 'sentido comunitário', perpassa pela utilização e pelo viver activo dos seguintes conceitos: Nós, solidariedade, partilha, juntos, comunhão, soma de esforços, reconhecimento e aceitação das diferenças, talentos a serviço de todas/os, abertura à/ao outra/o, mãos abertas, acolhida, gratidão, satisfação colectiva, grupo. Isso dá-se em substituição aos conceitos com características 'individualistas', que em muitos casos ainda são utilizados e incorporados no dia-a-dia da comunidade, como por exemplo: Eu, isolamento, não reconhecimento e aceitação das diferenças, sozinho, a pessoa é o centro de si mesma, salve-se quem puder, ruptura dos laços solidários, ganância, insatisfação constante, quanto mais para mim melhor, satisfação pessoal, indivíduo, divisão.

O partilhar de um mesmo norte, da mesma direcção, com a (re)construção de um sentido comunitário, permite chegar mais rápido e facilmente a determinado destino, bem como encontrar e/ou minimizar problemas comuns, como por exemplo, algumas outras ideias e situações levantadas pelas mulheres participantes do estudo durante a realização do grupo focal (além daquelas já apontadas nesta dissertação): A complexidade do viver em comunidade; as dificuldades das amizades, ocasionadas pelo medo das 'más companhias' da cidade; sentirem-se sozinhas e, também, a necessidade de respeitar a/o outra/o, pois todas/os vivem próximos.

Outras conclusões que o presente estudo permitiu e que caracterizam as mulheres quilombolas do Curiaú, são: A forte liderança familiar, cultural e política das mulheres; as mulheres buscam e possuem maior nível escolar que os homens, reflectindo-se na conquista de novas profissões; há um maior protagonismo da

mulher quilombola na família e uma maior participação financeira da mulher na renda familiar.

Ao reflectir-se em nível do quilombo do Curiaú em sua totalidade, constata-se que a existência de um forte ‘sentimento de comunidade’ (Sarason, 1974) ali presente, possibilitará uma luta menos tortuosa aos quilombolas na busca por solucionar questões como a perda de parte de seu território, bem como o problema da ressignificação dos valores culturais e das práticas tradicionais e alimentares, com o espaço rural do quilombo incorporando cultura, valores, hábitos alimentares e o modo de vida urbano.

Destaca-se, também, a necessidade de possibilitar à Comunidade Quilombola do Curiaú, por parte dos sectores públicos responsáveis pela Área de Preservação Ambiental (APA) do Rio Curiaú, uma efectiva liberdade no processo decisório relativamente aos assuntos que afectam sua comunidade. Boff (2000) afirma que uma das maiores violências que se pode implementar ao outro, além de tirar-lhe a vida, consiste em negar-lhe a liberdade e em impedir-lhe a criatividade. Dessa forma, impossibilita-se sua participação, condena-o à repetição e à adesão ao projecto alheio. O autor considera liberdade como a capacidade de construção de si, de seu universo de significações em contínuo diálogo-interacção com o meio ambiente e com os outros. Portanto, a liberdade e a criatividade possuem um valor sagrado para o indivíduo e sua comunidade.

Não se trata, nesse sentido, de negar a necessidade e importância da existência e manutenção da APA do Curiaú, mas sim o repensar de atitudes e procedimentos relativamente às pessoas que ali residem – e que já residiam antes da criação da APA. Trata-se, portanto, do efectivo respeito às opiniões e decisões da comunidade, numa perspectiva de que a liberdade, a participação e a criatividade são valores supremos e invioláveis.

Ao finalizar esta dissertação, expressa-se o convite a todas as pessoas interessadas para que conheçam a Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá e construam em conjunto, novos olhares, novos sonhos, novas reflexões; com a plena convicção de que as acções de todos nós, mulheres e homens, podem e devem ser, de colaboração, altruísmo e solidariedade, pois, claramente, o futuro é lampejo do que projectamos.

Referências

- Andrade, M. P. (2003). *De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a acção social junto a grupos classificados com remanescentes de quilombos*. In Boletim Rede Amazônia (pp. 37-43). Rio de Janeiro/Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPA.
- Abreu, I. P. H. (2002). *Assistência ao parto domiciliar*. In: Parindo um Novo Mundo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez.
- Arendt, R. J. J. (1997). *Psicologia comunitária: teoria e metodologia*. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v.10, nº1.
- Amaro, J. P. (2002). *Liderança comunitária: encontrar a esperança servindo a comunidade*. Actas da III Conferência: Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental. Ispa: Lisboa.
- Amaro, J. P. (2007). *Empowerment*. In: Gerações: Intervenção Comunitária em Santa Maria de Belém. Ispa: Lisboa.
- Barbieri, T. (1992). *Sobre a categoria de género: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS Corpo.
- Boavida, A. M., & Ponte, J. P. (2002). *Investigação colaborativa: Potencialidades e problemas*. In GTI (Org.), *Reflectir e investigar sobre a prática profissional* (pp. 43-55). Lisboa: APM.
- Boff, L. (2000). *A voz do arco-íris*. Brasília: Letraviva.
- Brenneman, B. (1999). *Do controle à claridade*. In P. M. Senge (Org.), *A Dança das Mudanças* (pp. 453-456). Rio de Janeiro: Campus.

- Bäckström, B. (2006). *Saúde e imigrantes: as representações e as práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Castells, M. (2006). *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Chavis, D. (2007). *Factores estratégicos para a construção de comunidades: comunidade, vínculos, controlo, dinheiro e acção colectiva*. In: *Gerações: Intervenção Comunitária em Santa Maria de Belém*. Ispa: Lisboa.
- Chavis, D. M. (2001). The Paradoxes and promise of community coalitions. *American Journal of Community Psychology*, 29 (2), pp. 309-320.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, Amana-key.
- Capra, F. (2002). *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, Amana-key.
- Capiberibe, J. (2002). *Os anjos da floresta*. In: *Parindo um Novo Mundo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá*. São Paulo: Cortez.
- Calógeras, J. P. (1927). *A política exterior do império*. São Paulo. 2 vols.
- Conrad, R. (1985). *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, A. A. (1998). *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Coleção Bahianas. Salvador: NEIM/Ufba e Assembleia Legislativa da Bahia.
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: a review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40 (1), 13-26.

- Carlini-Cotrim, B. (1996). *Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigação sobre o abuso de substâncias*. Revista Saúde Pública, v.30, 3, 285-93.
- Demo, P. (1985). *Investigación participante: mito y realidad*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- Documento (2005). *Directrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Ministério da Educação.
- Documentário (2007): *Negras e Negros: mãos e corações que fazem o Amapá*. Curitiba: Graphismo Produtora.
- Duffy, K. G. & Wong, F. Y. (1996). *Community psychology*. Boston: Allyn and Bacon.
- Freire, P. (1980). *Conscientização*. São Paulo: Editora Moraes.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F Campos (Org.). *Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia*, (6a ed.): (pp. 54-80). Rio de Janeiro: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (2005). (In) *Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projectos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária*. PSICO. Porto Alegre: Universidade Federal do Paraná (UFPR), PUCRS, 36,1, pp. 47-54.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goulet, L., & Aubichon, B. (1997). Learning collaboration: Research in a First Nations teacher education program. In H. Christiansen, L. Goulet, C. Krentz, & M. Macers (Orgs.), *Recreating relationships: Collaboration and educational reform* (pp. 115-127). New York, NY: State University of New York Press.
- Gomes, A. M. A. (1999). Psicologia comunitária: uma abordagem conceptual. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Universidade Metodista de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 71-79.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Hess, Jacob Z. (2005). Scientists in the Swamp: Narrowing the Language-Practice Gap in Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 35, 3/4.
- Krueger, R. A. (1988). *Focus group: a practical guide for applied research*. Newbury Park: Sage Publications.
- Kelly, J. G. (1986). Context and process: an ecological view of the interdependency of practice and research. *American Journal of Community Psychology*, 14, pp. 581-605.
- Kelly, J. G. (1990). Changing contexts and the field of community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 18, pp. 769-792.
- Kelly, J. G. & Westergaard, C. K. (1999). *Una epistemología contextualista para investigación ecológica*. Em E. Saforcada (Comp.), *Psicologia comunitária: El ecológico contextualista de James G. Kelly*. (39-54). Buenos Aires: Proa XXI.

- Kamp, R. & Whibbe, S. (2005). *Guia prático da Lei estadual de incentivo à cultura (ICMS do Amapá)*. Macapá: Governo do Estado do Amapá e Sebrae-Ap.
- Krueger, R. A. (1988). *Focus group: a practical guide for applied research*. Newbury Park: Sage Publications.
- Lagarde, M. (1993). *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM.
- Lane, S. T. M. (1995). A mediação emocional na construção do psiquismo humano. In S. T. M. Lane & B. Sawaia (Eds.), *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lévy, P. (2001). *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Ed. 34.
- Maleta Didáctica: Educação para a Cidadania (1995). *Pasta de Materiais Didácticos do Centro de Recursos Educativos*. Anistia Internacional. São José: Instituto Interamericano de Direitos Humanos (CRE/IIDH).
- McMillan, D., & Chavis, D. (1986). Sense of community: definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Matos, K. S. L., & Vieira, S. L. (2001). *Pesquisa educacional: o prazer de conhecer*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. UECE.
- Morais, P. D., Rosário, I. S. & Moraes, J. D. (2006). *O amapá na mira estrangeira*. Macapá: JM Editora Gráfica.
- Morais, P. D. & Moraes, J. D. (2005). *O amapá em perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica*. Macapá: JM Editora Gráfica.

- Morais, P. D. (2007). *Lendas regionais*. Macapá: JM Editora Gráfica.
- Montero, M. (1982). *Fundamentos teóricos de la Psicología Social Comunitaria en Latinoamérica*. AVEPSO,5(1):15-22.
- Montero, M. (1984). La Psicología Comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3): 387-400.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Marín, Jesús Rodríguez et. al. (1988). *Salud comunitaria*. In: González, António Martín (Org.). *Psicología Comunitaria*. Madrid: Visor.
- Mindlin, B. (2002). *As parteiras do amapá*. In: Parindo um Novo Mundo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez.
- Minayo, M.C.S. (1996). *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Morin, E. (2005). *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Morgan, D. L. (1988). *Focus group as qualitative research*. Sage university paper series in: Qualitative research methods. Newbury Park: Sage Publications.
- Muraro, R. M. (2006). *Mais lucro: valores humanos na construção da empresa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

- Nelson, G., & Prilleltensky, I. (2005). *Community psychology: in pursuit of liberation and well-being*. New York: Palgrave Macmillan.
- Nogueira, C. (1999). *A psicologia e a construção social do género*. Actas: Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 169-188.
- Nutbeam, D. (1998). *Evaluating health promotion-progress, problems and solutions*. Health Promotion International, 13(1), 27-44
- Ornelas, J. (1993). *Fundamentos teóricos e implicações metodológicas da investigação participada*. Comunicação Apresentada no Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ornelas, J. (2000). *Sistemas de base comunitária: contributos para a mudança na saúde mental*. Actas da II Conferência: Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental. Ispa: Lisboa.
- Ornelas, J. (2003). *Participação, empowerment e liderança comunitária*. Actas da III Conferência: Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental. Ispa: Lisboa.
- Ornelas, J. (1997). *Psicologia comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção*. *Análise psicológica*, 3 (XV), 375-388.
- Ornelas, J., Vargas, M. J., & Albuquerque, M. (2003). *Empowerment e reabilitação de pessoas com doença mental*. Investigación, Innovación y Cambio. V Jornadas Científicas de Investigación sobre Personas con Discapacidad. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia comunitária*. Lisboa: Fim de Século.

- Organización Panamericana de la Salud – OPAS, (1992). *Municípios saudáveis: Uma estratégia de promoção de la salud em el contexto local*. Documento Técnico. Washington, D.C.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pombo, J. F. R. (1905). *História do Brasil ilustrada*. J. Fonseca Saraiva/Benjamim de Aguilã, 10 vols.
- PNUD Brasil (2005). *Relatório de desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência*. São Paulo: Editora Diva Moreira.
- Perdigão, A. C. (2003). A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: os pressupostos filosóficos. *Revista Análise Psicológica*, Lisboa: ISPA. 4 (XXI): 485-497.
- Projecto Vida de Negro (1998). *Jamary dos pretos: terra de mocambeiros*. Coleção Negro Cosme. São Luis: SMDDH/CCN-PVN, V.II.
- Prilleltensky, I. (2001). Value-based praxis in community psychology: moving toward social justice and social action. *American Journal of Community Psychology*, 29, 747-778.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9(1), 1-21.
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 5(2), 121-148.

- Rappaport, J. (1992). Researching Community Psychology. In P. Tolan, F. Chertok & L. Jason (Eds), *Research in Community Psychology*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Rappaport, J. (1990). Research methods and the empowerment social agenda. In P. Tolan, C. Keys, F. Chertok, & L. Jason (Eds.), *Researching community psychology: Issues of theory and methods* (pp. 51-63). Washington, DC: American Psychological Association.
- Rappaport, J. (1977). *Community psychology: values, research and action*. Nueva York, Holt, Rinehart y Winston.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rizzini, I., Castro, M. R. D. & Sartor, C. D. (1999). *Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. Coordenação de estudos e pesquisas sobre a infância – CESP/USU.
- Rich, R. C., Edelstein, M., Hallman, W. K. & Wandersman, A. H. (1995). Citizen participation and empowerment: The case of local environmental hazards. *American Journal of Community Psychology*, 18 (15), 657-676.
- Sanchez, E. & Wiensenfeld, E. (1983). *Psicologia Social Aplicada y Participación: Metodología General*. Caracas: Boletim da AVEPSO, v. VI, n.3.
- Sánchez Vidal, A. (2007). *Manual de psicología comunitaria: un enfoque integrado*. Madrid: Ediciones Pirâmide.
- Sánchez Vidal, A. (1991). *Psicología Comunitaria: Bases conceptuales y operativas, métodos de intervención*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A.

- Sarason, S. B. (2003). The Obligations of the Moral-Scientific Stance. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 31, Nos. 3/4.
- Sarason, S. (1974). The perception and conception of a community. *The psychology sense of community: prospects for a community psychology* (pp. 130-160). Jossey-Bass Publishers.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, (2004). *Primeira conferência nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Governo Federal.
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Porto Alegre: Educação e Realidade.
- Schwarzstein, J. (2002). *A mais antiga profissão do mundo*. In: Parindo um Novo Mundo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez.
- Sarriera, J. C. (2004). *Psicologia comunitária: estudos actuais*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, E. (2002). *Histórias de meu povo*. Macapá: Confraria Tucuju/PMM.
- Senge, P. M. (1999). *A dança das mudanças*. Rio de Janeiro: Campus.
- Simosen, R. (1937). *História económica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Silva, S. M. (2000). *Curiaú sua vida, sua história*. Macapá: Fundecap.
- Silva, S. M. (2004). *Curiaú: a resistência de um povo*. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
- Silva, J. M. C. (2007). *Corredor de biodiversidade do amapá*. Governo do Amapá. Fundação Lee & Gund. Belém: CI-Brasil.

- Stewart, D. W. & Shamdasani, P. N. (1990). *Focus groups: theory and practice applied social research methods series*. Sage: Newbury.
- Sucupira, F. (2005). *A luta das crioulas*. Revista Problemas Brasileiros, nº 371.
- Tanaka, O. Y., & Melo, C. (2001). *Avaliação de programas de saúde do adolescente: um modo de fazer*. São Paulo : Edusp.
- Transitions, 1992, p.6 citado em Fetterman, D. M. e tal. (Eds.), *Empowerment Evaluation: Knowledge and Tools for Self-assessment and Accountability*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1996, p.8.
- Viana, R. S. G. (2003). *Saberes e práticas alimentares dos remanescentes do quilombo do curiaú no estado do amapá*. Dissertação de Mestrado apresentado a Universidade de Brasília. Brasília - DF.
- Wandersman, Abraham, Bret Kloos, Jean Ann Linney, and Marybeth Shinn. (2005). Science and Community Psychology: Enhancing the Vitality of Community Research and Action. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 35, 3/4.
- Wandersman, Abraham. (2003). Community Science: Bridging the Gap Between Science and Practice with Community-Centered Models.
- Williams, S. (1999). *Manual de formação em género da oxfam*. Oxfam, GB.
- Willing, C. (2001). *Introducing qualitative research in psychology: adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.
- Zimmerman, M. A. (1998). *Empowerment and community participation: a review for the next millennium*. In J. Ornelas (Ed.), II Congresso Europeu de Psicologia Comunitária (pp. 17-42). Lisboa: ISPA.

Zamora, M. H. (2004). *Raízes e Asas da Psicologia Comunitária*. In: Junia de Vilhena. (Org.). *A Clínica na Universidade* (pp. 123-140). Rio de Janeiro - PUC: Edições Loyola.

ANEXOS

Anexo A

Glossário

A

Açaí: fruto de uma palmeira de até 25 m, nativa da Venezuela, Colômbia, Equador, Guianas e Brasil (AP, AM, PA, MA), de caule anelado e frutos roxo-escuros de polpa comestível, assim como o palmito. Outros nomes: açaí-branco, açaí-do-pará, açaizeiro, coqueiro-açaí, guaçaí, iuçara, juçara, palmeira-açaí, palmeira-jiçara, palmiteiro, palmito, piná, piriá, tucaniei, uaçaí.

Amigado: que se amigou, amasiado, amancebado; que ou quem vive em mancebia ou concubinato, amante.

B

Benzedeiro/a: que ou quem pretensamente afasta o mal, defende de feitiços e cura doenças com benzeduras, eventualmente predizendo também o futuro.

Bijuteria: ramo da ourivesaria que trabalha com ligas de metais que imitam o ouro e a prata e com pedras semipreciosas ou simplesmente similares de gemas (vidro, plástico etc.), fabricando imitações de jóias e peças de fantasia.

C

Capoeira: arte marcial de ataque e defesa introduzida no Brasil por escravos bantos. Actualmente praticada como jogo e desporto; capoeiragem.

Cepa: caule ou tronco da videira, de onde nascem os sarmentos (ramo de videira).

E

Encigueirado: cheio de vontade.

Etnia: colectividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, reflectida principalmente na língua, religião e maneiras de agir; grupo étnico. Para alguns autores, a *etnia* pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas; o termo é evitado por parte da antropologia actual, por não haver recebido conceptualização precisa.

Continua

I

Igarapé: riacho que nasce na mata e desagua em rio; canal natural estreito e navegável por pequenas embarcações, que se forma entre duas ilhas fluviais ou entre uma ilha fluvial e a terra firme.

L

Ladainha: prece litúrgica estruturada na forma de curtas invocações a Deus, a Jesus Cristo, à Virgem, aos santos, recitadas pelo celebrante, que se alternam com as respostas da congregação (fiéis e/ou religiosos).

M

Mucajá: fruto doce de um tom amarelo-pardacento de uma palmeira que atinge de 10 a 15 m, nativa da Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Dominica, Martinica e Brasil, de aspecto muito variável, de tronco erecto, robusto, revestido de espinhos finos e palmito de excelente qualidade. Outros nomes: bocaiúva-de-são-lourenço, bocaiúva-dos-pantanais, macaibeira, macajubeira, macauveira, mucajá-mirim, mucajá-pequeno, mucajazeiro, mucajeiro.

O

Onça-pintada: felino de grande porte (*Panthera onca*), encontrado do México à Argentina, com até cerca de 1,8 m de comprimento e 158 kg (aproximadamente). Corpo com manchas negras, amarelo nas partes superiores e branco nas inferiores. Espécie ameaçada de extinção.

P

Palma: também conhecidas como palmeira e coqueiro. Nativas de regiões tropicais e subtropicais. São exploradas ou cultivadas pela madeira, pelas folhas usadas em coberturas de moradias e em obras trançadas e, também, pelos frutos comestíveis ou usadas para a extracção de óleo.

R

Rincão: lugar afastado, sítio longínquo; recanto. Lugar muito abrigado, cercado de matas e/ou rios.

Ribeirinho: quem ou o que vive junto de ribeiras ou rios; assentado à margem de ribeira, de rio; justa fluvial, marginal.

Roçado: pequena lavoura, roça, plantação de mandioca (mandioccal). Plantação de cereais (milho, feijão, arroz) e de outras culturas próprias da estação chuvosa.

S

Sajica: rígido/a, resistente (regionalismo: amazónia).

T

Time: grupo de atletas que participam de certos desportos de conjunto e que constituem uma equipa.

Tipiti: cesto cilíndrico de palha em que se põe a massa de mandioca para ser espremida.

Tucuju: Indivíduo dos Tucujus – povo indígena extinto que habitava a foz do Rio Vila Nova no Estado do Amapá.

Tucumã: fruto amarelo com tons avermelhados de uma palmeira de até 20 m, solitária, caule com faixas de espinhos negros, folhas ascendentes. Palmeira nativa da Colômbia e de Trinidad ao Brasil. É explorada ou cultivada por seu palmito, frutos comestíveis e pelo óleo das sementes. Outros nomes: acaiúra, acuiuru, coqueiro-tucumã, tucum, tucumã-açu, tucumã-arara, tucum-açu, tucumaí-da-terra-firme, tucumãí-uaçu, tucumã-piririca, tucumã-purupuru, tucum-do-mato.

V

Várzea: planícies inundáveis às margens de um rio; grande extensão de terra plana; terreno baixo e mais ou menos plano à margem de um rio ou ribeirão.

Vila: povoação de categoria inferior a uma cidade mas superior a uma aldeia.

Vumbora: vamo-nos embora.

Anexo B

Autorização da Associação de Mulheres do Curiaú

Autorização

Pelo presente instrumento, a Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), sob a Presidência de **Creuza Miranda Silva**, brasileira, solteira, secretária, portadora da identidade nº.201246-Ap e do CPF nº.209.021.822-34, residente e domiciliada à Rua Santo Antônio, nº.246, Quilombo do Curiaú; **AUTORIZA** o pesquisador (a) /estudante **Marcos Antônio Távora de Mendonça**, estudante do Mestrado em Psicologia Comunitária do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), carteira de Identidade nº. 004084-Ap (2ª via), CPF nº.332.102.922-72, residente e domiciliado à Rua Jovino Dinoá nº.179, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá –Ap., a **realizar/efetivar** todas as atividades de pesquisa necessárias para conclusão do trabalho “A Mulher na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá: Participação, *Empowerment* e Liderança”; atividades essas realizadas no Quilombo do Curiaú (Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora).

Quilombo do Curiaú, _____ de _____ de 2007.

Creuza Miranda Silva
Presidenta da AMMVQC

Anexo C

Carta de Esclarecimento e Consentimento

Prezada

Esclarecimentos:

Meu nome é Marcos António Távora de Mendonça. Sou estudante do Mestrado em Psicologia Comunitária, vinculado ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), localizado em Lisboa – Portugal. Estou realizando uma pesquisa sobre “*A Mulher na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá: Participação, Empoderamento e Liderança*”, cujo objectivo é compreender as relações de poder e contribuir para a reflexão acerca da participação, do empoderamento e da liderança das mulheres na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá.

Os resultados serão utilizados na conclusão de minha Dissertação de Mestrado. Esta ficará à disposição – após sua conclusão – de toda comunidade do Curiaú na Associação de Moradores, na Escola Estadual José Bonifácio (ensino fundamental) e na Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC). Para tanto é necessário a realização de visitas à comunidade (Observação Participante), de entrevistas e de formação de dois grupos de conversas (Grupo Focal) – um no Curiaú de Dentro e outro no Curiaú de Fora.

É importante que você saiba que:

- 1- Sua participação na pesquisa é voluntária e que você está livre para desistir de participar em qualquer momento do processo de pesquisa;
- 2- Não haverá, em nenhuma hipótese, identificação individual da pessoa participante da pesquisa, ocorrendo somente a identificação do colectivo (comunidade do Curiaú);
- 3- Todas as informações apresentadas/obtidas serão mantidas em sigilo e somente utilizadas para estudo;

Continua

Continuação

4- As questões abordadas e as conversas realizadas serão referentes ao objectivo da pesquisa. Elas serão efectuadas em forma de entrevistas e conversas individuais e colectivas. Sempre que necessário elas serão, além de anotadas, gravadas, fotografadas e filmadas.

5- As visitas ocorrerão com horários e duração previamente estipulados e de forma que não interfira nas suas actividades quotidianas.

Consentimento:

Em função dos esclarecimentos explicitados anteriormente, eu _____ aceito, voluntariamente, participar desta pesquisa, estando livre para desistir sem nenhum prejuízo pessoal. Atesto também, ter recebido cópia deste documento.

Quilombo do Curiaú _____ de _____ de 2007.

Colaboradora/Participante

Pesquisador

Anexo D**Termo de Compromisso**

Compromisso firmado entre: Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC) e Pesquisador (a) /Estudante Marcos Antônio Távora de Mendonça.

Pelo presente Termo, eu Marcos Antônio Távora de Mendonça, estudante do Mestrado em Psicologia Comunitária do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), carteira de Identidade nº. 004084-Ap (2ª via), residente e domiciliado na Rua Jovino Dinoá nº179, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá –Ap., telefone 8124-3517/3222-0286; realizando atividades de pesquisa na Comunidade do Quilombo do Curiaú, com o tema: “A Mulher na Comunidade Quilombola do Curiaú no Amapá: Participação, *Empowerment* e Liderança”; **COMPROMETO-ME** a, após conclusão da atividade de pesquisa, **fornecer/entregar (1) uma cópia** do (a) trabalho/pesquisa à Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), Associação de Moradores do Quilombo do Curiaú e para a Escola Estadual José Bonifácio.

Quilombo do Curiaú, _____ de _____ de 2007.

Pesquisador (a) /Estudante:

Diretor (a) da AMMVQC:

Testemunhas:

Primeira: _____

Segunda: _____

Anexo E

Ficha de identificação da pessoa entrevistada¹

- 1 - Idade: _____ 2.1- Data de nascimento: _____
- 2- Naturalidade: _____
- 3- Estado civil:
Solteiro () Casado () Vivem juntos () Separado/divorciado () Viúvo ()
- 4- Número de filhos: _____
- 5- Número de pessoas que moram em sua casa: _____
- 6- Na vizinhança, tem familiares ou amigos? Sim () Não ()
- 7- Tipo de moradia (casa):
De madeira () de alvenaria () de palha () de madeira e alvenaria ()
- 8- Condição de moradia:
Casa própria () casa alugada () Com familiares () casa emprestada () outro ()
- 9- Possui religião? Sim () Qual? _____ Não ()
- 10- Trabalha? Sim () Não ()
- 11- Profissão: _____
- 12- Condição perante o trabalho:
Activo () desempregado () Aposentado () outro ()
Há quanto tempo nesta situação? _____
- 13- Qual o rendimento familiar (aproximado)? _____
- 14- Nível de escolaridade:
Não sabe ler nem escrever () Sabe ler e escrever ()
Ensino fundamental – 1ª a 4ª série () Ensino fundamental – 5ª a 8ª série ()
Ensino médio: completo () incompleto ()
Ensino superior: completo () incompleto ()
Pós-graduação () Mestrado e /ou doutoramento ()

¹ Adaptado de Bäckström, B. (2006). Saúde e imigrantes: as representações e as práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Anexo F

Guião de Entrevistas

a) Pergunta Inicial:

- 1- Em sua opinião o que pode ou deve melhorar em sua comunidade?

b) Para esclarecimento dos Objectivos Propostos:

- Análise de relações de poder e participação política:

- 2- Em sua comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?
- 3- Em caso afirmativo, que tipos de decisão?
- 4- Você considera importante a participação da mulher nas decisões da sua comunidade?
- 5- Na sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?
- 6- Em sua comunidade onde as mulheres possuem poder de decisão?
- 7- Em sua opinião existem decisões nas quais as mulheres não podem/devem participar? Quais? Por quê?
- 8- Você acredita que existem profissões exclusivas da mulher? Quais?
- 9- Você acredita que sua comunidade seria melhor se as mulheres participassem mais directamente da liderança das associações, entidades e grupos locais?
- 10- As mulheres que possuem conhecimentos e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão na comunidade?

- Análise de relações de poder no espaço doméstico:

- 11- Como são tomadas as decisões em sua casa?
- 12- Na sua família ou ambiente familiar quem manda mais: o homem ou a mulher? Por quê?
- 13- Dentro de sua casa que decisões são tomadas exclusivamente pelas mulheres?
- 14- Você acredita que para tomar decisões em casa é necessário contribuir com as despesas?
- 15- Os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?

Anexo G

Música – Igarapé das Mulheres

Composição: Osmar Júnior

O tempo leva tudo
O tempo leva a vida
Lá fora as margaridas fazem cor

Eu lembro a alegria,
Boiá naquelas águas
E vê as lavadeiras lavando a dor

E lavavam a minha esperança perdida,
De crescer lá no igarapé
E lavavam o medo que tinha da vida
E agora o meu medo o que é?

A minha nave é um tronco
Navegava as estrelas entre as palafitas e as lavadeiras
Nas minhas aventuras, poraquê
Pirara, piranha peixe-boi, boto, igara

E lavavam a minha paixão comovida
As mulheres do igarapé
As Joanas, Marias, Deusas, Margaridas,
Lavarão o que ainda vier.

Anexo H**Música – Maria, Maria**

Composição: Milton Nascimento e Fernando Brant

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver o amor
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Continua

Continuação

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Anexo I

Música – O Sal da Terra

Composição: Beto Guedes e Ronaldo Bastos

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa,
Vem que tá na hora de arrumar

Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante,
Nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo
Prá banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da...

Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro,
Tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos
Tu que és do homem a maçã

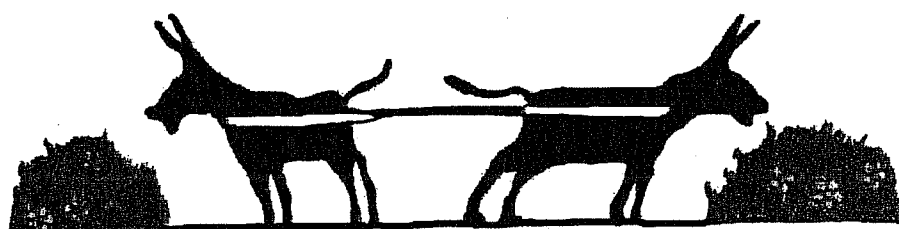
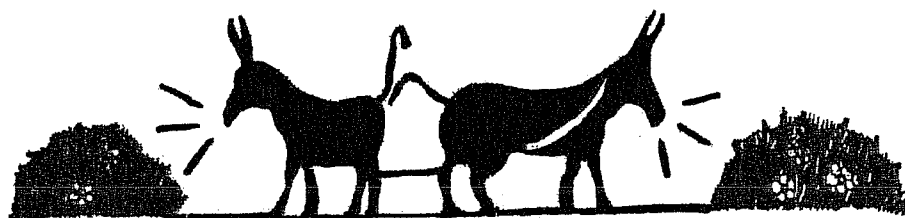
Continua

Continuação

Vamos precisar de todo mundo,
Um mais um é sempre mais que dois
Prá melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois

Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa viver o amor

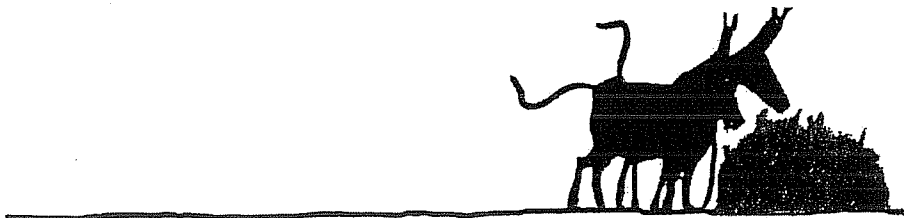
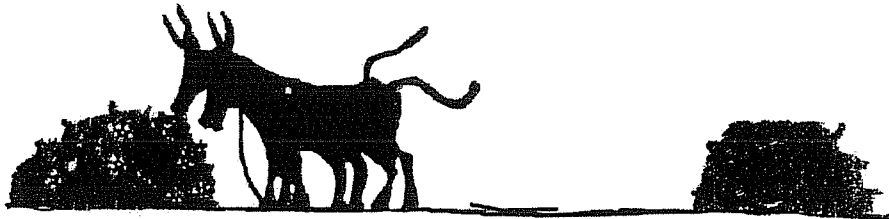
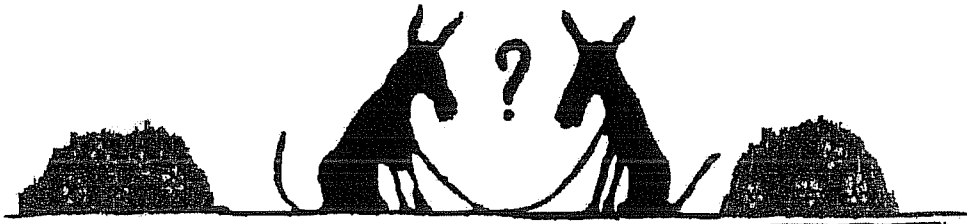
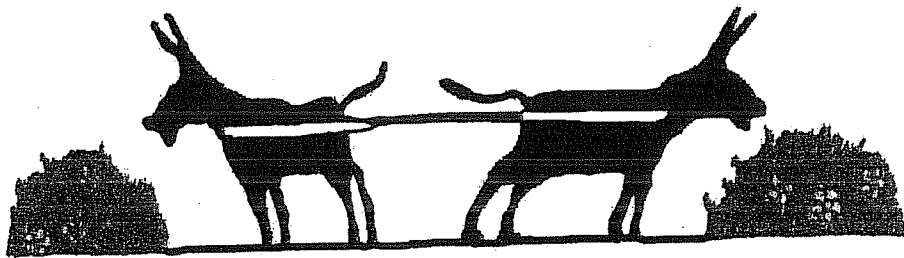
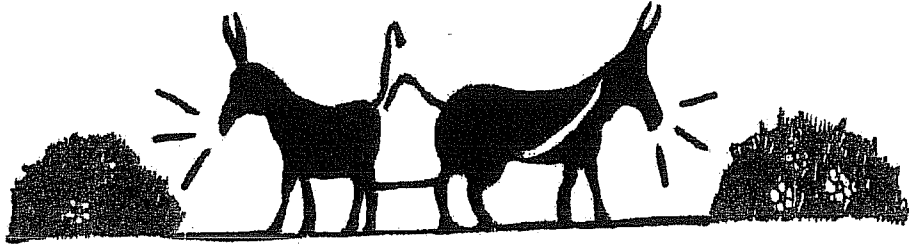
Anexo J

HISTÓRIA DE BURROS

Continua

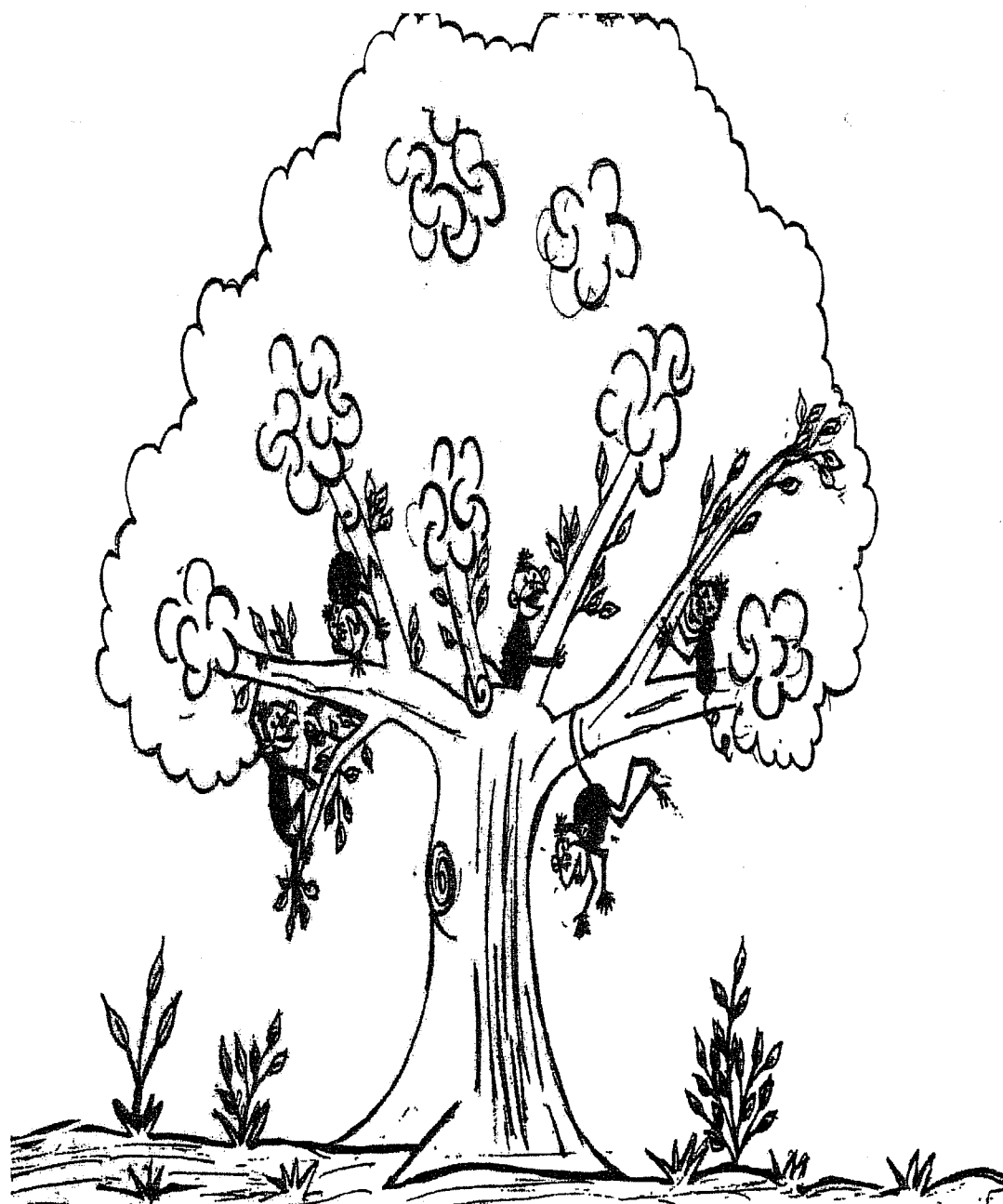
Continuação

HISTÓRIA DE BURROS



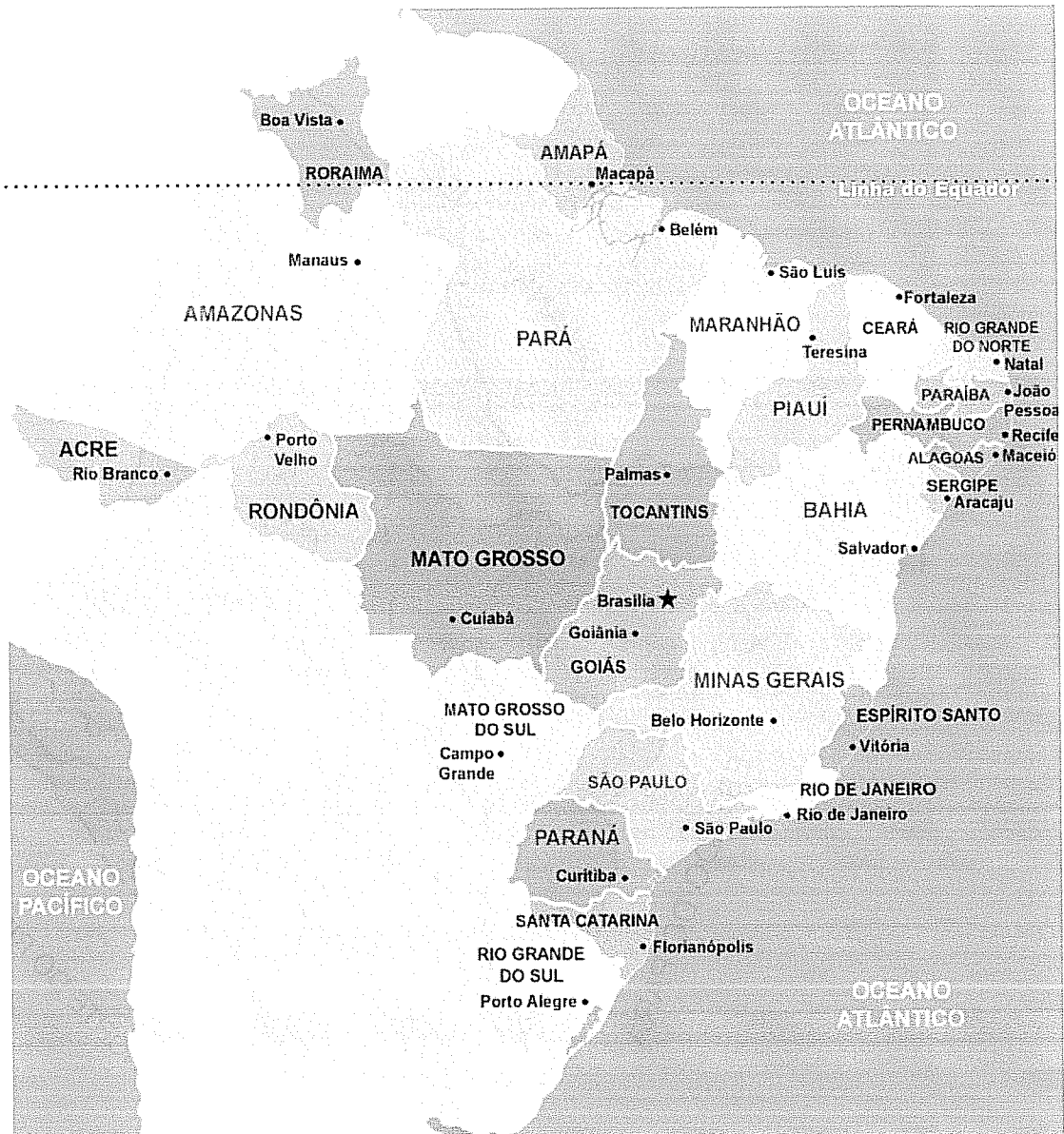
Anexo K

Cada macaco no seu galho



Anexo L

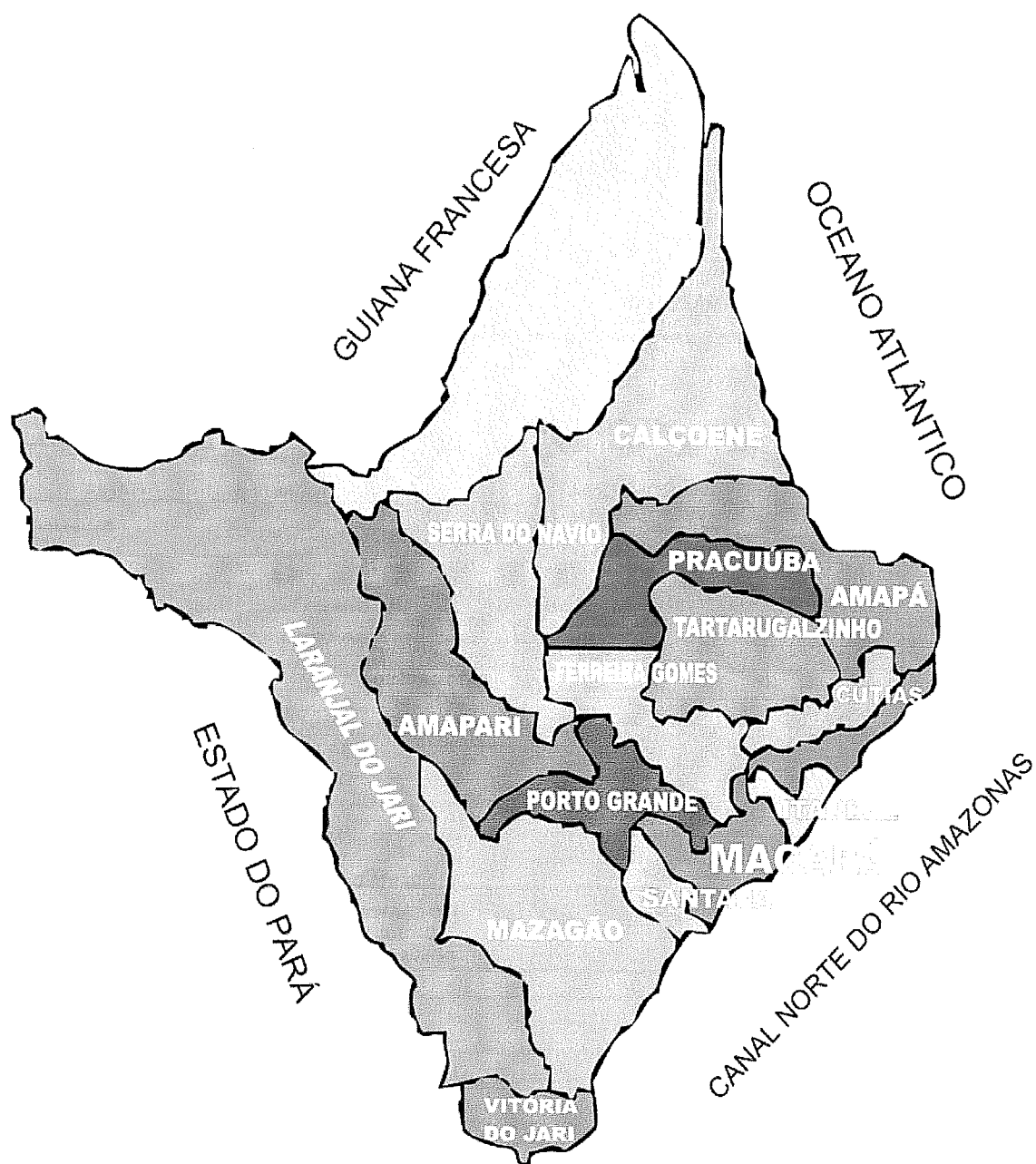
Mapa do Brasil



Fonte: www.cooperaremporugues.org/.../mp_brasil.gif

Anexo M

Mapa do Estado do Amapá

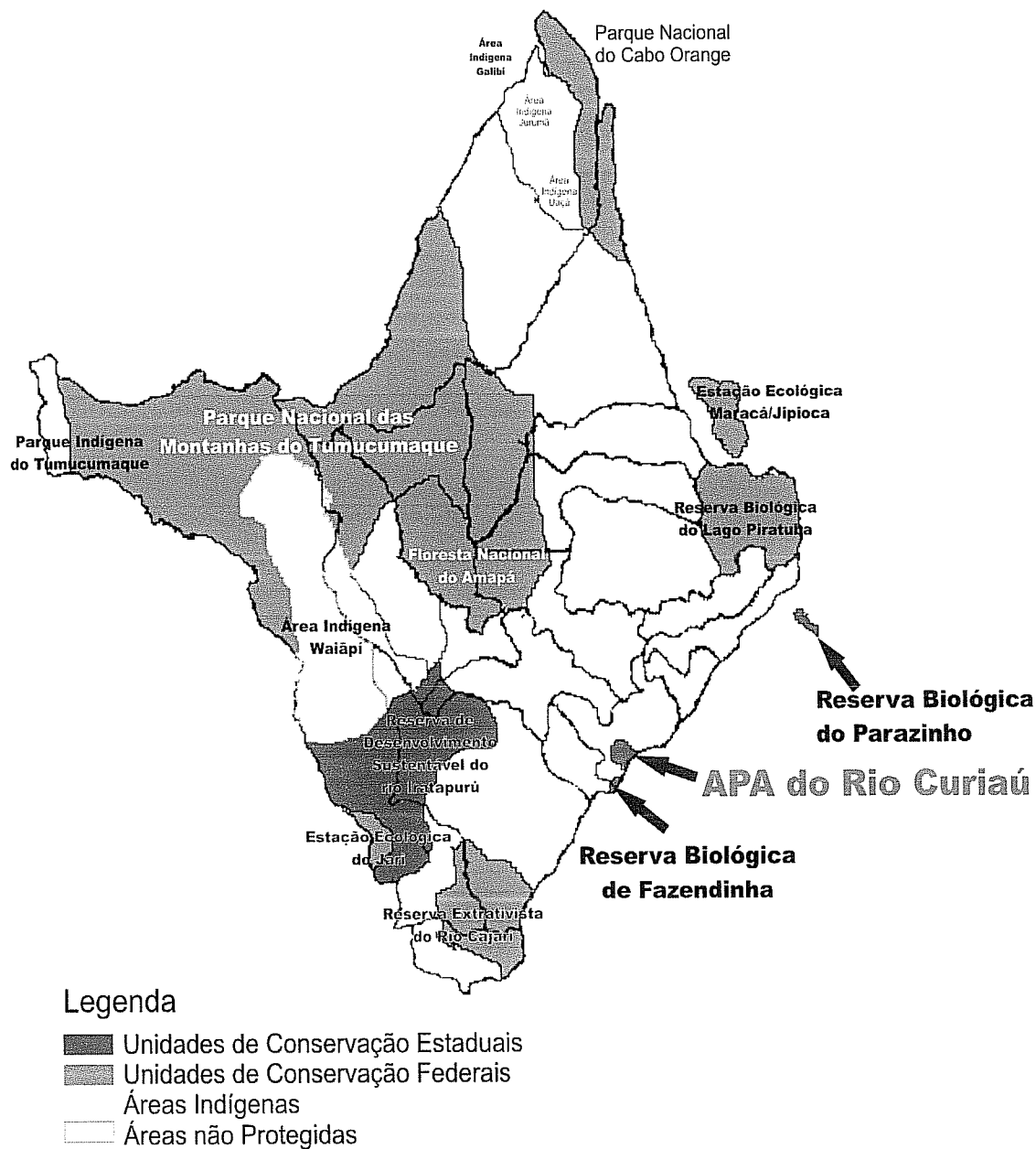


Divisão Municipal do Estado do Amapá

Fonte: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/interiorizando/amapa.pdf>

Anexo N

Mapa da Área de Proteção Ambiental (APA) do Curiaú



Distribuição espacial das áreas protegidas no Amapá
 Fonte: SEMA – Macapá (2003)

Anexo O

Movimentos Sociais de Mulheres Existentes no Estado do Amapá

Ano que surgiu	Organização	Situação (o motivo)
1987	Associação de Mulheres de Macapá e Arredores	Entregar a constituinte na Câmara de Vereadores. A famosa “Carta das Mulheres” e dois manifestos de protestos contra a violência das mulheres.
1987	Time de Futebol Feminino do Bairro do Congós	Valorização das mulheres na educação esportiva.
1990	Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú	Pela falta de espaço do movimento negro e pela luta de/pelos direitos da mulher negra
1991	Associação de Mulheres “Unidas para Vencer” do Bairro Jardim Felicidade II	Pelo facto da associação de bairro ser formada em sua maioria por homens. Busca de maior organização feminina.
1993	Secretaria de Mulheres da CUT (Central Única dos Trabalhadores)	Organizar mulheres no sindicato
1993	AMUVE – Associação de Mulheres Unidas para Vencer: Bairro São Lazaro	Organizar mulheres
1994	MEMEC	Surgiu devido à necessidade do fortalecimento das associações; pela necessidade de capacitação e ampliação do conhecimento
1995	Associação da Parteiras	Com a necessidade de organizar o grupo de parteiras
1997	Associação das Donas de Casa do Bairro Infraero II	Fazer com que mulheres se unam para criar uma fonte de renda
1998	Associação de Mulheres “Lutar e Vencer”	Participação colectiva para formação de mulheres para o mercado de trabalho
1998	Associação das Parteiras Tradicionais de Macapá	Integração das mulheres no movimento
1998	Associação das Mulheres do Bairro Perpetuo Socorro “Maria Anunciação da Trindade”	Capacitação e geração de emprego e renda para as mulheres da comunidade
1998	As Mulheres do Rádio	Necessidade de intercâmbio entre as mulheres
1999	IMENA: Instituto de Mulheres Negras do Amapá	Por falta de espaço para mulheres dentro do movimento negro e dar visibilidade às mulheres negras

1999	FEMEA: Federação de Mulheres do Amapá e Entidades Filiadas	Somar e aglutinar ideias; reivindicar diversos direitos
2000	Vidas e Vidas	Combater a violência contra as mulheres e articular as redes de uma forma mais ampliada
2000	Associação de Mulheres Mãe Jacira do Coração	Lutar pelos direitos das mulheres negras
2000	FOPEMAP – Fórum Permanente de Mulheres do Amapá	Criado para aglutinar os movimentos de mulheres do Amapá
2000	Associação de Mulheres com Câncer de Mama - ACAMAP	Lutar pelos direitos de portadoras do câncer de mama
2001	Clube de Mães “ Amor Eterno” do Bairro do Zerão	Somar e aglutinar ideias; reivindicar diversos direitos
2001	Associação de Mulheres do Bairro de Trem	Por não ter associação de bairro
2002	Associação das Senhoras Evangélicas	Adequar as programações de acordo com as doutrinas da igreja
2002	AMA – Articulação de Mulheres do Amapá	Para articular os movimentos de mulheres do Amapá
2003	Associação de Mulheres Criativas da Amazônia	Conhecer a cultura do estado
2003	Mulheres de Mazagão Velho	Fortalecer as mulheres
2004	Grupo de Mulheres do Torrão do Matapi	Organizar o movimento de mulheres

Anexo P

Transcrições das Entrevistas Semi-estruturadas

Observação: As perguntas realizadas pelo entrevistador apresentam-se em **itálico**.

Participante 01:

Nº	Transcrição
1	<i>Em sua opinião o que pode ou deve melhorar em sua comunidade?</i>
	Quando você trabalha dentro da comunidade a estima da comunidade, você não precisa trazer uma fábrica pra cá, pra esse seu emprego, por exemplo. Ele por si só já se conduz, né. Porque nem sempre tu vai ter dentro da comunidade algo que seja satisfatório pra todo mundo, agrada a uma minoria... por exemplo, a mim não agrada uma fábrica dentro do Curiaú, mas outras pessoas sim! Então quando você tem essa estima trabalhada, que é justamente o que eu entendo que falta pra dentro da comunidade, não para as pessoas idosas, o trabalho que a gente faz com as pessoas idosas a gente se surpreende com eles. Imagina esses idosos ficam aí... pensando o que? Mal você sabe, eles estão pensando pelos jovens. Não é que eles estejam preocupados que eles vão morrer amanhã, não... eles estão pensando nos jovens. Nas reuniões eles relatam: "Porque antes a gente tinha farto, hoje não tem, eu já penso nos meus netos, como é que eles vão sobreviver, não tem emprego, muitos não querem estudar". Meu pai sempre diz assim: "eu vivi sem estudo, mas vocês não vão conseguir", (risos). Ele está certo. Porque ele conseguiu sobreviver: Ele conseguiu criar doze filhos... Ele ia lá em Macapá e trocava a farinha dele pelo açúcar e pelo café, e o restante ele tinha na comunidade. Hoje em dia ou você tem o dinheiro pra comprar ou não tem! Entendeu?
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?</i>
	Eu penso que sim! (risos) As vezes eu sou até um pouquinho enjoada...
3	<i>Quais os tipos de decisão que tem a sua participação?</i>
	Na questão social. Eu gosto de interferir muito na questão social. Quando eu estou participando das reuniões, dos acontecimentos, eu gosto sempre de dar minha opinião, que as vezes as pessoas eles pensam por si, elas não pensam por comunidade, ou elas pensam no hoje, elas não vejam o amanhã, entendeu? E eu sempre coloco pra eles: Você tem que viver o hoje, mas pensando no amanhã. Não que você vai dizer assim... eu vou plantar essa árvore aqui porque eu tenho que comer dela amanhã. Não! Você vai plantar, porque ela tem que crescer, reproduzir e morrer mais tarde, e talvez seja você ou outra pessoa que vá comer dela! Eu sempre coloco isso dentro da comunidade. Nas questões de decisão eu sempre gostava de tá lá pra saber o que estava acontecendo, por exemplo, eu não adquirei confiança de meu pai que ele tenha me dado, eu que busquei. Então por isso eu não me acho uma

	líder nata, mas eu me considero uma pessoa com lideranças... dentro de casa... assim, na comunidade... as pessoas me escutam muito, graças a Deus... elas me vêem diferente, porque as pessoas falarem de ti é uma coisa, aí quando elas falam contigo é uma outra diferente!
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	Principalmente onde os homens estão!!! (risos). Eu tô lendo um livro que fala... o mesmo que escreveu "O homem faz sexo e mulher faz amor"... esqueci o título... é alguma coisa voltada para homem e mulher. Ele fala que a mulher é, na pesquisa que ele fez, pesquisa de campo, dentro da ciência, ele diz que a mulher é muito enjoada, a mulher é muito... aquela mulher que tá ali todo dia enjoando: "olha tu jogou o sapato, junta o sapato, tua meia tá no chão, deixou a colher ali..." e aí ele diz que hoje, ele fala do homem do passado, mas relaciona com a mulher de hoje, né. Ele diz que hoje a mulher, não é que ela tenha o espaço, ela conquistou esse espaço e ela mais do que nunca, quem fala mais alto é ela! Na Austrália, se não me engano, ele diz que as mulheres elas já estão com o mesmo stress dos homens, porque são elas que, em grande maioria, tomam conta da casa, são elas que trabalham... Aqui os homens são muito acomodados, muito arrogantes, assim... pra serem machistas, né... mas não são aqueles machistas é que...
5	<i>Aqui no Curiaú, onde as mulheres possuem poder de decisão?</i>
	Onde? Em casa, no trabalho, na escola... na comunidade, em tudo. Acho interessante o presidente [Associação de Moradores] que ele é rodeado por mulheres, ele é tão machista que ele gosta de estar próximo de mulheres... Ele gosta de opinião de mulheres. Aquilo é machismo dele. Mas é positivo dele.
6	<i>Em sua opinião existem decisões nas quais as mulheres não podem ou devem participar?</i>
	Acho que não existe, em nenhum momento! A não ser na vida do homem, né... que eu não posso tomar decisão por ele. Eu sou muito enxada quando se trata de tomada de decisão, principalmente quando as coisas... eu sou muito assim do justo. "Dou de César o que é de César", sabe? Se por exemplo existe você e uma mulher e eu ver que o... a balança ela tem que ser medida. Eu tenho que te ouvir e ouvir a mulher, se for justo pra você, eu dou a você, se for justo a ela, dou a ela. Eu não tenho essa definição assim: porque é mulher tem que ficar do lado da mulher. Eu sou justa. Não gosto de injustiça. Da mulher é da mulher. O que é do homem é do homem.
7	<i>Você acha que existe profissão somente das mulheres?</i>
	Não, com certeza não! Meu maior sonho era ser mecânica. Pra mim não existe.
8	<i>Você acredita que aqui na sua comunidade seria melhor se as mulheres participassem mais directamente das lideranças das associações, entidades e grupos locais?</i>
	Com certeza. Tanto que nas próximas eleições eu vou bater de frente pra elegermos uma mulher. Elas são mais organizadas do que os homens, é! Em matéria de organização de pensamento, de... não de organização de pensamento, mas daquela forma assim... mais justa, elas são mais justas com

	<p>as pessoas, elas quando em um problema elas sabem trazer o problema pra si, trabalhar o problema e depois devolver o problema, mais não o problema no problema e sim o problema com uma solução. Já o homem não. Ele é muito impulsivo, eu acho! Mais do que a mulher. O homem, ele no geral, tudo o que ele faz é relacionado ao homem, ele, individual. Quando nós fizemos esse serviço aqui do igarapé, o trabalho de limpeza, pessoas... assim... tiveram coragem de chegar comigo e dizer que aquilo não era serviço pra Associação de mulheres. Era serviço a Associação de Moradores. Sim, mas na Associação de Moradores não está incluído as mulheres. A única diferença é que vocês estão sendo administrados por mulheres. O problema é que eu sei reconhecer meu erro, sabe? Se a tua opinião, juntando com a minha dá mais certo do que só a minha, eu consigo ver que nós temos que trabalhar as duas opiniões juntas, mas eles não entendem! Elas acham que eu quero que prevaleça a minha</p>
9	<p><i>As mulheres que possuem conhecimento e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão aqui na comunidade?</i></p>
	<p>Acho que isso é delas mesmo, já! Elas não têm isso. Elas são do tipo assim... se elas forem pra uma reunião, elas não conseguem expor o trabalho delas. Tipo assim... a comunidade conheça, as pessoas que estão lá conheçam o que ela faz. Isso precisa ser mais trabalhado. As pessoas não conseguem escutar o outro aqui. Eles estão mutilados de algumas coisas.</p>
10	<p><i>Indo para um âmbito mais doméstico. Como são tomadas as decisões em sua casa?</i></p>
	<p>Tudo que eu faço na minha vida eu tenho que comunicar meu pai, não sei se é porque eu não tenho família (marido), então isso eu faço! Ele também faz isso comigo... eu compartilho as minhas coisas com ele. Se eu vou fazer algo assim... se vou viajar, eu primeiro comunico a eles, se eles acharem que eu deva ir, eu vou. Eu já deixei namorado porque minha mãe não gostava. Entre a minha mãe e o namorado eu vou ficar com ela. As decisões são tomadas tudo compartilhadas.</p>
11	<p><i>E nesse ambiente familiar, na tua família, existe alguém que manda mais? O homem ou a mulher?</i></p>
	<p>(risos). Acho que sou eu. Não são assim em todas as famílias, só algumas. Por exemplo. Na casa da Jandira, eu tenho como líder a irmã dela. Ela ia atrás de boi, ela pegava o bezerro, colocava o bezerro entre as pernas, pegava a vaga e dava porrada, sabe... então eu tenho como líder, ela. Então qualquer coisa era ela. Você entendeu? Eu penso assim, eu te levar assim pelo lado mais frágil do ser humano. No geral as pessoas vêm dentro de uma comunidade, porque tu tem mais um estudo, tu tem um conhecimento maior. Então eles levam por esse lado. E acaba sendo por aí mesmo. Por outro lado, é o filho mais velho e, no geral, o filho mais velho são as mulheres dentro das famílias aqui. É um número bastante elevado de mulheres. Depois, pela mulher ser mais humana, né. Ela ter mais uma conversa, ela saber como lidar. O homem, de uma forma geral, ele é humanista mas não tanto quanto a mulher. De geral, eu penso que é pelo facto da instrução, essa liderança da mulher.</p>
12	<p><i>Dentro de sua casa que decisões são tomadas exclusivamente pelas mulheres?</i></p>

	(risos) Quase todas as decisões são tomadas pela mamãe, mas as vezes ele toma algumas decisões só ele, mas no geral, pela mãe ser mais enjoada ele... acaba fazendo.
13	<i>Você acredita que para tomar decisões em casa é necessário contribuir com as despesas?</i>
	Não necessariamente. As vezes é assim, ele não participa dos comentários, não participa financeiramente, mas na hora de tomar a decisão ele acha que prevalece a dele e aí, a arma da gente é isso... não dá nada aqui, o que é que tu queres dá opinião? É uma arma que eu, nós usamos aqui pra defesa da nossa opinião.
14	<i>Os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i>
	Eu antes entendida assim, né, mas hoje não entendo dessa forma. Eu entendo que tem que ter um compartilhamento dessas decisões. Porque as vezes, os mais velhos, eles querem tomar uma decisão retroagindo a trinta anos atrás...entende? Aí tendo a visão do meu tempo e a visão de hoje, quando você junta...eu lembro que na época que a gente vivia tudo em casa, era assim, tudo o que meu pai decidia a gente tinha que acatar. Não existia esse diálogo em casa. Por isso é que eu te digo, as lideranças são ligadas a esse desenvolvimento do conhecimento, da escrita, da fala...

Participante 02:

Nº	Transcrição
1	<i>Em sua opinião o que pode ou deve melhorar em sua comunidade?</i>
	Pode melhorar muito a comunidade. O que falta é isso: mais união da comunidade. Aqui se elege um presidente ou uma presidente de associação e acha que o presidente é que tem que fazer tudo. E na verdade nós somos associações, fazemos parte dessa associação, e acabamos cobrando só do presidente e não ajuda. É uma cobrança sem participação. Não ajuda a dar ideias, tentar fazer projectos. É dessa forma e é assim para comunidade poder andar. Então pra mim, com certeza, depois dessa reforma da Associação de Moradores, também junto com a Associação de Mulheres a integração dos dois vai melhorar muito a situação dentro da comunidade. Porque não é por falta de curso, essas coisas, que a comunidade tem bastante pessoas que fazem cursos. O que falta é trazer pra dentro da comunidade, uma maneira de desenvolver esses cursos que foram feitos. Existe aquela questão das pessoas olharem somente pelo lado familiar. Eu quero o bem só da minha família...enquanto as pessoas não começarem a pensar: eu quero o bem da minha comunidade, as coisas não funcionam. Tem que ter um olhar social; eu quero melhorar a nossa comunidade. Enquanto as pessoas ficarem pensando eu vou melhorar a minha família, meu filho, minha mãe e o resto não se preocupar...com a casa do vizinho, ver a casa do vizinho pegando fogo e dizer: "Não tó nem aí", então vai ficar esse comodismo.
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?</i>
	Sim.

3	<i>Quais são as decisões que você participa? Que tipos de decisão que tem a sua participação?</i>
	Olha, geralmente... quando aconteceu a questão do plebiscito pra virar distrito a comunidade, então as pessoas... tipo dos órgãos, as secretarias do governo eles tem o nome dos presidentes das associações, então o meu nome é um dos elos pra dentro da comunidade. Portanto uma das primeiras pessoas a ser chamada, antes da comunidade saber, fui eu. E eu fiquei responsável de informar o restante das pessoas. Então essas coisas, essas demandas, geralmente eu sou procurada. Se tem algum projecto de parte do governo, do Prefeito ou de alguma ONG, ou de outras associações. E geralmente, mesmo não sendo voltado só pra mulheres, eles me procuram como um elo dentro da comunidade que possa viabilizar...
4	<i>Você considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>
	Com certeza, porque ainda temos dentro da comunidade pessoas que acham que a mulher deva ficar dentro de casa, temos ainda esses pensamentos. Mas o que a gente tá vendo a quantidade de jovens que tá mudando, participando das associações... participando e se filiando a algum partido político, estão participando deste processo de pleito eleitoral, de movimentos. Então tó vendo esse movimento de mulheres a começar a se desenvolver, mesmo que funcione somente dentro da comunidade... mas elas estão saindo. Até então eu penso que a única mulher filiada em um partido era eu, mas tó vendo agora, esse ano... três, quatro, cinco mulheres estão seguindo esse rumo, tão saindo desse comodismo. A gente deve saber a maneira e aonde se ligar e como vai defender. Isso é importante! Isso é um significado muito importante pra essas mulheres, porque aí, dentro de um partido, se elas forem activas, participarem, vai sair dessa situação de dentro da comunidade, vai expandir, vai ter visibilidade, vai ter outros olhares, dependendo de com quem elas estão tendo esse elo, vai ter outro olhar pra situação social dentro da comunidade, pro movimento social principalmente.
5	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	Olha, pra mim em todos os lugares. Começando por dentro de casa, porque ainda tem aquela questão muito patriarcal dentro da comunidade, que o homem sempre tomou as decisões. Então o que a gente tá vendo dentro da comunidade, como nós discutimos lá no curso... que a mulher agora tá tendo, ultimamente, mais visibilidade quanto a isso, mesmo dentro de casa. Então eu acho que tem que começar assim, na família, as mulheres participarem das decisões dentro de casa, não que ela vá mandar mas que comungue com o marido, se ela tem um esposo, ou com o pai, ou com a mãe e começar a tomar essas decisões dentro da casa. É aquela questão, que antes, até as roupas que a gente vestiria era as mães que decidiam. Agora não, a gente tá vendo um contexto bem diferente, que as meninas já dizem o que querem: "eu quero isso". Claro que tem que ter um controle, mas a gente vai deixando as coisas fluírem porque aí elas vão começar a tomar decisão propriamente. Então eu acho que começando de casa e dentro da comunidade as mulheres tem esse desenvolvimento. A gente vê, a frente de movimentos de igreja as mulheres são maioria, na associação de mulheres, na

	associação de moradores, geralmente as mulheres são maioria, e elas tão ali tomando decisões; nós precisamos disso dentro da comunidade; é assim que nós vamos fazer, então as mulheres estão se sobressaindo dentro da comunidade.
6	<i>Aqui no Curiaú, onde as mulheres possuem poder de decisão?</i>
	Eu acho na questão social, nas demandas que vem pra dentro da comunidade, quer dizer... nos movimentos de igreja, nós temos a maioria só mulheres... a única questão que nós temos que praticamente só os homens participam é dentro da nossa cultura. É a questão da folia de São Joaquim, a maioria só é homem. Eu não entendo como foi esse desenvolvimento... realmente era por machismo ou se era comodismo das mulheres...
7	<i>Era sobre isso a próxima pergunta. Se existem decisões nas quais as mulheres não podem ou devem participar? Quais são e porquê?</i>
	Na questão dos Foliões, as mulheres não participam... É uma folia que tem...então só é homem. Em agosto e é a Folia de São Joaquim. Os homens participam da forma de bater os instrumentos, de cantar...as mulheres estão lá dentro, sentadas e participam de outra forma; participam cantando e respondendo o que o Mestre-Sala fala, né! Mas não tem nenhuma mulher lá dentro tocando instrumento. Um dia eu questionei pro Mestre-Sala que é o meu pai porque não tinha, se era alguma forma de preconceito. Ele me disse que não, que até então nenhuma mulher tinha se pronunciado em querer participar da Folia. A Ladainha, não! A minha irmã e a minha mãe já participam e rezam juntas com eles, mas da folia, não tem nenhuma mulher que saiba tocar os instrumentos. Foi aí que eu disse pra ele: e se eu por um acaso quisesse participar e soubesse tocar um dos instrumentos, poderia participar?" Foi aí que ele ficou meio... e disse que creio que sim! Ela ainda disse, que se as mulheres ainda quisessem participar seria melhor, porque elas tem mais responsabilidade e a maioria não bebe; porque pra você participar dessa folia você tem que tá todas as noites, são nove noites. Tem que tá ali, com a responsabilidade de ir mesmo e de não faltar. Os homens, alguns falham, se metem na festa, bebem e já no outro dia não tem condições.
8	<i>Você acha que existe profissão somente das mulheres? Se sim, quais?</i>
	Eu creio que não existem! Pra mim não existem! Inclusive tem um projecto da Secretaria de Mulher que fez alguns cursos, que infelizmente eu não participei porque dependia do meu trabalho, de mecânica pra mulheres, de operadoras de máquinas pesadas. Então para mim, a mulher tem condições de exercer qualquer actividade, pra mim não existe essa divisão de profissão de homem e mulher. Por mais que pesado seja, eu penso que a mulher tem condições de superar desde que ela esteja profissionalizada pra aquilo. E a mesma coisa os homens. Antes a gente só tinha empregada doméstica, hoje nós já temos empregadas e empregados domésticos... Na área do comércio ultimamente tem uma grande demanda. Pra supermercado, lojas...antes era mais empregada doméstica, com certeza e agora não! A questão do desenvolvimento dentro da comunidade de alguns cursos que veio pra cá, alguns profissionalizantes. Tem o curso de vigilantes. Nesta área nós temos também bastantes mulheres. E as mulheres estão mais presentes dentro de sala de aula, estão estudando. Estão querendo mudar a situação.

9	<i>Você acredita que aqui na sua comunidade seria melhor se as mulheres participassem mais directamente das lideranças das associações, entidades e grupos locais?</i>
	Com certeza! Porque se elas estivessem dentro desse processo elas teriam outra visibilidade das questões sociais de dentro da comunidade. Então se elas tivessem a participação directa a comunidade já tinha mudado muito, já tinha dado outro olhar para dentro do quilombo, porque a questão de participação é muito difícil dentro da comunidade, porque a pessoa ausente desse processo de participação não consegue andar junto com a comunidade, quer dizer vai sempre ficando pra trás, atrás do desenvolvimento... Poucas participam, falta muito ainda! Mas as que tem, a gente vê que elas têm um comprometimento muito grande nas causas que a gente discute. Então é por isso que eu penso assim, se elas vêm aos poucos pra dentro da comunidade, é porque tudo se começa assim, timidamente; mas depois começa a se desenvolver... eu tive essa dificuldade muito grande. A maioria das reuniões em que eu participava, eu entrava calada e saía muda...
10	<i>As mulheres que possuem conhecimento e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão aqui na comunidade?</i>
	Tem. Com certeza! São as mulheres que mais tem poder dentro da comunidade. Porque elas influenciam muito em algumas outras mulheres que não tem essa visibilidade que algumas delas tem... as parteiras, as donas de casa, trabalhadoras rurais mesmo, que vão pra roça, mas tem uma visão diferente e tem o conhecimento das práticas. E te as pessoas que estão a frente da igreja e que participam de congresso, de conferência. Então a gente sempre leva essas mulheres pra fora pra terem outra visibilidade e trazerem pra dentro da comunidade e mostrar. Então elas tem muita influência dentro desse processo.
11	<i>Como são tomadas as decisões em sua casa?</i>
	Bom, aqui na minha casa a gente começa através de diálogo... reuniões entre os filhos, informar. Nas reuniões de final de semana, a gente conversa o que tá acontecendo, geralmente assim... a gente tem uma vida assim u pouco diferente um do outro. Então o que eu faço, eu saio muito... mais eu participo... as vezes eu chego e participo pros meus pais que preciso viajar. Então há esse diálogo entre a gente.
12	<i>E nesse ambiente familiar, na tua família, existe alguém que manda mais? O homem ou a mulher? E porque?</i>
	Não, aí... eu acho que os dois. Antigamente quem mandava era o meu pai, né. Até uns doze anos... a gente pedia pra mãe... "mãe deixa a gente ir pra tal lugar..." Não, vai pedir pro teu pai. Tipo assim, de não querer aquela responsabilidade... olha foi tu que mandou! (risos). A questão com meus filhos já é diferente. A minha mãe influencia um pouco porque ela tem aquela criação antiga e gostaria que eu continuasse repassando isso, só que eu digo pra ela que não dá mais pra fazer isso, não é mais esse processo. Porque antigamente bastava olhar e a gente obedecia e agora... A questão de se conversar, de aprender a pedir, a falar, não é mandar... hoje não há mais aquela questão: "vai fazer isso..." as vezes quando eu me pego dizendo assim: "olha eu mandei!"; aí eu volto atrás e digo: "Olha eu tó pedindo pra que você faça isso..."
13	<i>Dentro de sua casa que decisões são tomadas exclusivamente pelas mulheres?</i>

	Não, não existem não!
14	<i>Você acredita que para tomar decisões em casa é necessário contribuir com as despesas?</i>
	É. Eu acredito que sim... (risos). Quem não contribui não pode mandar em nada...(risos). Ela pode contribuir de todas as formas. Com as tarefas domésticas também. Como é que eu vou cobrar um banheiro limpo e eu não ajudo a limpar? Como é que eu vou cobrar uma comida pronta se eu não ajudo a fazer? Se quem não trabalha, não tem como colaborar com a parte financeira, colabora com as actividades dentro de casa.
15	<i>Os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i>
	Eu creio que não! Eu não vejo mais dessa forma. Já foi assim, né! Tinha uns mais velhos, porque era mais velho e até os irmãos mais velhos a gente tinha que obedecer. Então agora isso já não existe muito. Porque é mais velho a gente tem que obedecer. A gente tem que ver as decisões. A decisão que ele tá tomando é a certa? Por mais que ele seja mais velho, mas se esta tomando uma decisão errada, ninguém vai aceitar, né? Pode ser menor, mas tomou uma decisão mais certa, a gente tem que acatar. Antes, por ser mais velho, mesmo que seja uma decisão errada a gente tinha que seguir aquilo “na risca”. Agora não! As vezes, eu me pego dizendo pras minhas filhas: “não façam isso! Não almoçam dentro do quarto!”. Lá um dia, aí eu esqueço, e vou pra lá pra assistir televisão. E elas: “ a senhora não falou que não pode comer no quarto? Porque a senhora tá comendo?” Então é difícil a gente lidar com essa situação. Aí como ela é menor, eu falei realmente aquilo, eu tenho que sair do quarto...e, “a desculpa! Porque eu esqueci”, A gente tem que respeitar.

Participante 03:

Nº	Transcrição
1	<i>O que a senhora acha que deve ou que pode melhorar aqui na sua comunidade?</i>
	Essas coisas. Parassem mais as festas e pra melhorar, eu acredito assim, a comunidade cresceu, então há o desemprego também e os nossos governantes não olham por nossa comunidade. Eles dizem que olham, mas não. Nós temos nosso posto médico e lá existe um documento que diz que a doutora daqui é 24h, mas ela não fica. Nós não temos um dentista aqui dentro da comunidade. Uma escola de 2º grau, né. Seja muito bom. Nossas crianças tem de ir lá pro centro, pagam ônibus e muitas vezes o pai não tem. Eu fico olhando, elas passam de pés aqui, só pra pegar a volta por o ônibus da comunidade não paga.
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?</i>
	Não, até agora não. Nós participamos daquele...do plebiscito. Aquele que era pra virar área distrital. Lutamos e graças a deus conseguimos. Eu participei. Mas o pior que a gente ainda esta enrolado. No plano Director da cidade esta o Curiaú já como Distrito. E já existia até como fazer aqui a ligação d Curiaú com o Canal do Jandiá. Então nós temos que lutar, justamente, pra tirar do plano director, se não tirar vai ser sempre aquela confusão.

3	<i>Mas a senhora considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>
	Muito, muito importante! A gente tem de ter poder a voz. Se você tem um título, tem o direito de votar, então você tem o direito de optar pelo aquilo que você quer.
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	Em todos os lugares. Porque olhe...pode faltar uma mulher no banco? Não pode! Pode faltar uma mulher na sala de aula? Não pode! Então, em lugar nenhum. As mulheres já estão pegando espaços...já temos governadoras, presidentes, senadoras, professoras, médicas... Os nossos homens têm hora que eles fazem coisas que a gente fica triste. Você liga a televisão, todo dia tem, em cada sector escândalos.
5	<i>E aqui no Curiaú, onde é que a senhora acha que as mulheres tem poder de decisão?</i>
	Mas aqui no Curiaú, a maioria, as mulheres tem decisão. Os homens, a maioria, ficam lá atrás. Olha, eu fiquei assim, [pausa] prestando atenção. Na época que a gente 'tava' nessa luta aí, os homens lá atrás e as mulheres é que estavam na frente. Mulheres arrastavam cadeiras, mulheres pegavam os bancos, mulheres chamavam as outras [pausa]. 'vumbora pra reunião, vumbora', chamavam os homens. Vamos fazer isso, e eles não! Parados! E sempre foi assim. A mulher daqui do Curiaú é mais saíca. É mais elevada. Os homens daqui são meios paradinhos, em termos de decidir.
6	<i>A senhora acha que existem decisões nas quais as mulheres não devem ou não pode participar?</i>
	Existem, eu acho que existem! É quando tem a reunião que o Seu João faz com os Foliões, as mulheres não participam. Acho que é a única reunião que tem que é só com eles. São os Foliões de São Joaquim. Ainda é uma tradição daqui que ainda é respeitada, e muito! Se acontece alguma coisa que um deles erro, o Seu João vai, conversa com ele.
7	<i>A senhora acredita que existem profissões exclusivas das mulheres?</i>
	Não! Tudo elas sabem fazer, né? Eu não sei mexer no computador, mas se eu for lá e quiser fazer alguma coisa, eu vou fazer...hoje já tem até mulher piloto...
8	<i>A senhora acredita que o Curiaú seria melhor se as mulheres participam mais directamente da liderança das Associações, das entidades e dos grupos locais?</i>
	Seria melhor sim! Porque ainda existe assim...existe a Associação da Mulheres, a Associação da Terceira Idade, então eu acredito que se é uma Associação, vamos chamar todas as mulheres da comunidade para participar. Não tinha que existir... porque vou chamar fulano, beltrano e as outras ficam de fora. Não, vamos chamar todas as mulheres que aí era uma maneira de decisão. Poderíamos vencer a guerra. Você não pode vencer a guerra só você, se você estiver com soldados, com bons soldados do seu lado, você vence.
9	<i>As mulheres que possuem conhecimentos e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão na comunidade?</i>
	Não, nem tanto! Hoje já tem outra crença, né. Outras pessoas já tem outro meio, de dizer assim... não, eu não vou pegar, não vou querer...já existe outro tipo de

	<p>coisa. Então eu acho assim, elas já estão ficando de lado. Infelizmente é! Eu ainda acredito nas ervas que os velhos deixaram, acredito nas coisas que eles falavam, porque se você chegar ao pé da letra o que uma pessoa idosa falava, eles chegaram a cem anos. Eu vou ter capacidade de chegar? Comendo galinhas super congeladas, tomando água gelada. O senhor sabe, hoje eu chego em minha casa, vou no banheiro e tem um sapo...ai, bato e saiu correndo. O senhor sabia que no passado eles deixavam o sapo dentro do pote pra esfriar a água? Aí eu lhe pergunto: E porque que essas pessoas chegavam a cem anos? Hoje se não for água gelada você não toma. Você não quer saber mais de tomar uma água natural. O meu pai caçava, era a época da semana santa, toda semana santa eles caçavam. Meu pai, meu tio, meu avô. Aí ele dizia, sempre ele contava essa história, quando ele chegava no lago dava sede, então tinha aquele monte de cocosinho dos bichos, né, eles abanavam aquela água ali e com a mão eles bebiam. Meu pai chegou a 98 anos, meu avô chegou a 108 anos, meu outro tio morreu com 100 anos. E eu tó aqui pelejando, toda cheia de dor, de vez em quando uma dor aqui, outra ali, porque? A gente come tudo envenenado. Não existia veneno naquela época, né. Agora a gente come quase tudo da cidade. Olha quando meu pai vinha pegar peixe e levava de saca de peixe, eu ficava feliz da vida. Era só no sal. Colocava o sal pra passar a semana pra comer. Agora não. Coloca na geladeira. A gente não sabe que tudo isso faz mal pra gente. Parando pra pensar tudo isso [pausa], o quanto a gente foi egoísta com a nossa própria vida. Nós é que estamos acabando nós mesmos, não é deus nem o mundo! Mas nós somos egoístas. Nós queremos crescer e a gente tá deixando tudo pra trás, tudo o que era de bom.</p>
10	<p><i>Como são tomadas as decisões aqui em sua casa?</i></p> <p>A minha mãe. Ela sempre...sabe...uma pessoa que ela diz é lei, é ordem, ela faz...e os filhos vão sempre ali. Vai fazer 88 anos. É a Dona Francisca Ramos dos Santos, a Tia Chiquinha (risos). Ela é que toma as decisões.</p>
11	<p><i>Aqui na sua casa, no ambiente familiar, quem manda mais o homem ou a mulher?</i></p> <p>Aqui é as mulher, mano! As mulheres é que são mais bagunceira.</p>
12	<p><i>Dentro da sua casa que decisões são tomadas exclusivamente pelas mulheres?</i></p> <p>Lá quem decide na minha casa sou eu. Escuto a minha mãe.</p>
13	<p><i>E a senhora acredita que pra tomar decisões dentro da sua casa é necessário contribuir com as despesas?</i></p> <p>Não. Basta o senhor ter o poder de querer e de fazer. De participar, de dizer como é que o senhor quer. Eu tava desempregada não tava muito participando com as compras dentro de casa, mas nem por isso eu não deixei de tomar as minhas decisões dentro da minha casa.</p>
14	<p><i>A senhora acha que os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i></p> <p>Se a gente deixar os mais novos tomarem conta, vai virar o mundo de cabeça pra baixo. Tens uns que tem cabeça pra tomar decisão. Se deixar nas mãos dos mais novos vai virar bagunça.</p>

Participante 04:

Nº	Transcrição
1	<i>O que a senhora acha que deve ou que pode melhorar aqui na sua comunidade?</i>
	<p>Não sei! O que vai melhor... porque vou lhe dizer... já tivemos um carma aqui, só tivemos... antes de botar essa estrada aqui, era chegar no mês de Outubro e você olhava e essas árvores aqui chega tava vermelha de poeira, que era poeira! Meu marido dizia que nós tomava o café com poeira, merendava, armoçava e jantava com poeira! Porque o vento dava. Ainda não tinha a estrada. Aí depois anunciaram essa estrada aqui. Muitos queriam, outros não queriam...daí o Sabá além daqui, quis sair lá pro finado Mem...ele ainda era vivo. Aí ele disse que com a polícia ninguém e com o juiz ninguém brigava e não falava com nada. O que eles queria era que a gente se ajuntasse aqui e falava pra eles que aqui não dava pra fazer essa estrada, porque aqui ia trazer uma grande beneficio e não beneficio. Ficou beneficio porque melhorou devido ao asfalto...que era a poeira. E agora você vê, muitos perguntam aqui: “ Vocês tenham selêncio aqui?” Mas não. Já tivemos.</p>
2	<p><i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação? Quais são as decisões que a senhora participa? Que tipos de decisão que tem a sua participação?</i></p>
	<p>Não eu não digo nadinha. Mesmo que eu teje, eu não falo nada! Tenho medo de falar errado.</p>
3	<i>Mas a senhora considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>
	<p>Olha, uma coisa que não achava bom e eu disse que não ia dar certo...esse coisa que ia virar aqui o Curiaú em Distrito. Eu mora aqui, só tenho essa casa, que eu ajudei a construir; eu tive até na Alemanha, em Caiena também, e o dinheiro que eu ganhava eu botava aqui nessa casa. Agora eu não achava bom, meu irmão, porque mais tarde eles bota toda a gente daqui pra fora e eles iam querer ser o tal e a gente não ia ter o direito de fazer nadinha.</p>
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	<p>Eu não sei, aí vai dos pobrema delas quererem. Eu não vou dizer, vocês tem de fazer. Se elas acharem que aquilo vai dar certo pra elas aquele pobrema, aí tudo bem! Eu ajudo aqui quando tem festa, pra fazer São Sabastião, ajudo lá na cozinha... ajudo cantar lá no Batuque, no Marabaixo. Eu gosto mais do Batuque, tó lhe dizeno. Eu canto as músicas do Marabaixo, mas eu sou mais o batuque. É mais animado. Olha, eu só sabia arremedá, pular, dançar, tal, tal, ajudar eles aí. Depois, eu prestando atenção nos cantadó que cantavam, e aí eu aprendi! É isso que eu digo...E vó lhe dizê, que aqui no Curiaú de baixo só tem eu pra arremendá. Mais quem canta aqui, preocupado eu; lá fora o Seu Joaquim, que chamam “Chuteira”. E esses uns quando morrerem, se os novos não se botarem, acabô. Não querem, não querem aprender meu irmão (...). E vai acaba, tó lhe dizendo, vai! Porque não tem o interesse. Outra coisa também eu cansei de dizer que vai acaba, porque a gente já viu essa nossa reunião dos</p>

	idosos, hoje e dia tá... tá num sei quantos mês que a menina falou e não há. E eu sempre tó dando o dinheiro, todo mês eu dô a minha palti. O interesse é pouco, muitos tem e outros não querem. Olha, na hora, é de seis pras sete da noite. Os que são “encigueirados” na novela, eles querem ir? Não vão!! Eu assisto, mas eu não sou muito encigueirada assim.
5	<i>As mulheres que possuem conhecimento e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão aqui na comunidade?</i>
	Olha, a parteira daqui já não tá mais fazendo parto, aqui. Se acha que as meninas daqui elas querem...vão com ela? Elas vão pra Macapá. Não procuram ela pra fazer mais parto.aqui. Olha, eu tive onze filhos. Nunca ocupei maternidade. Todos os meus filhos foram em casa...com as parteiras, as “curiosas”, que chamam agora... É difícil ir...pra ensinar um chá pra fazer, uma coisa...é difícil. Ainda mais esses novatos de hoje, meu irmão, eles não querem nada! Os mais idosos as vezes, ainda procuram. Tem gente que ainda vem aí com ela pra dá uma puxada, ensina algum remédio de mato, mas pra fazer palto ela não faz mais. Nem as filhas dela...elas vão pra Macapá.
6	<i>Aqui na sua casa, em termo das decisões que são tomadas, como são tomadas?</i>
	É, alguma coisa...pra fazer alguma coisa é difícil! A gente não tem, assim contato...de cada um fazer o seu. Agra assim... fazer uma reunião, aí se sentam pra fazer e ...vamos fazer tal coisa e assim dá.
7	<i>Se a gente dissesse aqui: quem manda mais o homem ou a mulher?</i>
	Aqui é, como diz o ditado, é o meu marido! Ele faz alguma coisa, eu também faço, eu ajudo; ela faz a palti dele, eu faço a minha palti. A gente se conversa.
8	<i>Não tem decisões que são tomadas só pela senhora?</i>
	Não. Quando eu quero fazer as coisas eu digo pra ele, também ele diz pra mim.
9	<i>A senhora acha então que aqui no Curiaú os mais velhos, em termos de mando, de decisão, mandam mais ou tomam mais decisão do os mais jovens?</i>
	Eu acho...os mais jovens que já estão naquele caminho de fazer certas coisas e falam. Aqueles que pode dizer alguma coisa diz, quando tem reunião... meu marido diz que ela não gosta de falar, possa que não dê certo e vão curpa ele. A se fulano não tivesse dito aquilo... então ele fica calado escutando os mais novo falarem e tudo, né.

Participante 05:

Nº	Transcrição
1	<i>O que a senhora acha que deve ou que pode melhorar aqui na sua comunidade?</i>
	Eu acho que tem muita coisa que deve melhorar aqui. A primeira coisa é a saúde, acho que a gente deveria ter um médico sério pra fazer de tudo, né.
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação? Quais são as decisões que a senhora participa?</i>
	Não, muitas das vezes eu não tô. Eu fico mais em casa. E as vezes quando eu tô, eu não dou opinião mesmo. Só vou pra escutar.
3	<i>Mas a senhora considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>

	É muito valioso, importante mesmo a pessoa tá por dentro do que acontece.
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	Dando permissão, em qualquer lugar (risos)! As vezes os homens não gostam, né. Eles não gostam que as mulheres fiquem na frente deles, né. Mas as mulheres são mais decididas do que os homens, aqui. Eles não se manifestam. As reuniões mais dão mulher do homem. Qualquer coisa...os homens dificilmente...sempre é as mulheres. Desde o início, sempre é as mães que tã em frente de tudo, das reuniões de colégio, com os filhos. Eu acho que eles não são nem interessado, nem um pouco. É falta de interesse.
5	<i>E aqui no Curiaú, onde é que a senhora acha que as mulheres tem poder de decisão?</i>
	Qualquer coisa mesmo. Da Associação de Mulheres e coisas que elas querem fazer, que os homens não querem muitas das vezes tá em frente das coisas. Que a gente faça coisa boa ou coisa errada, todo mundo comenta. A gente é muito marcada. Na minha geração, antes, quando era só gente da comunidade, gente da gente, que tudo era parente mesmo; mas os próprios daqui deixam de dar valor pros daqui e vão dar valor pros que vem. Tem muita gente que tá infiltrado aqui, tem cargo aqui, e não é daqui. E essas situações geram conflito. As pessoas quererem mandar nas coisas daqui. Os donos daqui, as pessoas daqui é que tinha que ter essa função. Esse negócio da SEMA... viu. O povo daqui é que foi culpado do de fora tomar conta, porque dantes a gente comia o que tinha aqui. Ninguém comprava nada. Era caça, era peixe, tudo era daqui. E agora, botaram gente de fora pra ficar espionando o que mata, o que faz aqui...que dizer, que eles tã entregando o ouro na mão do bandido, por que isso é área nossa... então não tinha direito de ninguém vim mandar no que é nosso. Gente daqui que tem o direito de fazer tudo daqui. Não é botar gente de fora para impedir...se mata uma coisa vão dá parte, se faz qualquer coisa vão denunciar. Isso é errado! É errado!
6	<i>A senhora acha que existem decisões nas quais as mulheres não podem participar?</i>
	A não...eu acho que elas têm de tá é em todas (risos). Tem que tá por dentro de tudo.
7	<i>Nesse sentido, a senhora acha que existem profissões exclusivas das mulheres?</i>
	Tem...profissões exclusivas porque as pessoas é que não dão as vezes pras mulheres, mas que elas são mais inteligentes...
8	<i>As mulheres que possuem conhecimento e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão aqui na comunidade?</i>
	Não ninguém fazia... assim... do assunto um do outro, não. Isso aí as pessoas levavam a sério e confiavam no trabalho um do outro aí.
9	<i>Como são tomadas as decisões aqui em sua casa?</i>
	A gente tem diálogo pra isso. A gente... quando é fim de ano a gente compre boi, porco pra comer. Eles faz a parte deles e diz: o resto é de vocês. Eles bancam com a comida e nós é com a verdura, outras coisas, os complementos da alimentação é com nós.
10	<i>Aqui na sua casa, no ambiente familiar, quem manda mais o homem ou a</i>

	<i>mulher?</i>
	Eu (risos). Eu que tomo as decisões. Eu que tó na frente de tudo, que dirijo tudo. Pra fazer essa casa, eu dava as ordens e eles faziam, do jeito que eu queria. O pessoal já chamavam eu de chefe (risos).
11	<i>E a senhora acredita que pra tomar decisões dentro da sua casa é necessário contribuir com as despesas?</i>
	É precisa, né. Todo mundo colabora e dá sua parte de colaboração.
12	<i>A senhora acha que os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i>
	Não. As vezes tem uma juventude que tomam uma decisão, eles tem uma opinião e a gente concorda, né.

Participante 06:

Nº	Transcrição
1	<i>O que você acha que deve ou pode melhorar aqui no Curiaú?</i>
	Uma situação que eu acho que deve melhorar é a situação do ônibus. A nossa situação em relação a transporte é a pior de todas. Ele é de hora em hora, somente um ônibus e se quebra, ele vai pra garagem e eles não tem consciência de colocar outro veículo. É só uma linha de ônibus. Em relação à saúde, eu acho que a comunidade deveria ter uma ambulância, por mais que seja perto [de Macapá], voltada para a comunidade nos casos de emergência. Você tem que ligar pra eles, tem que ligar de novo pra confirmar e até confirmar tudo para eles realmente vir, o paciente já morreu.
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?</i>
	Eu já participei muito. Hoje em dia eu me sinto meia afastada. Por algumas coisas que aconteceram, eu me afastei. Eu era secretária da Associação de Mulheres, da gestão da Rosa e trabalhei com a Claudete também.
3	<i>Mas você considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>
	Com certeza! Muito importante mesmo.
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>
	Em todas as decisões, em todas! Eu tó achando, no meu modo de pensar, agora que vai ocorrer a eleição pra Associação de Moradores, eu acho que tem que ser uma mulher. Porque eu acho as mulheres aqui mais interessadas, correm mais atrás, lutam mais pelos nossos direitos que os homens. A mulher é mais organizada, luta mais, tem uma maior participação em todas as coisas. Os homens são mais acomodados.
5	<i>E aqui no Curiaú, onde é que você acha que as mulheres possuem poder de decisão?</i>
	Olha, na escola, por exemplo. Não temos um educador homem aqui na comunidade! E a maioria das professoras são todas daqui da comunidade. Ainda não tem nenhum professor homem. Tanto que aqui, a nível de 3º grau, as mulheres estão na liderança. É por isso que falei que as mulheres são mais interessadas, querem mudança, querem mudar. E os homens ficam sempre na

	mesmice, esperando um empurrãozinho, deveriam mais... assim por ser homem, né... tá na frente, dominar o espaço; e já é nós mulheres que fazemos isso.
6	<i>Você acha que existem profissões exclusivas das mulheres?</i>
	Não, hoje em dia não tem mais isso. Qualquer trabalho é trabalho. Ainda existe homem que diz que isso não é serviço pra mulher. Isso a mulher não pode fazer. Olha, quando nós iniciamos o time de futebol, a gente era muito criticada. Logo no início, a gente ia cedo lá pro campo, e eles diziam: “vão pra casa, vão lavar roupa, lugar de mulher é lavando roupa, vão cuidar dos filhos de vocês...”; eles falavam, sabe? No início era um preconceito muito grande, depois não, a gente conseguiu dominar o espaço. Hoje em dia eles já dão apoio pra gente, já treinam a gente, já ensinam. Por isso que, a mulher, tudo que a gente quer aqui a gente consegue, com um pouco de dificuldade.
7	<i>Você acredita que o Curiaú seria melhor se as mulheres participam mais directamente da liderança das Associações, das entidades e dos grupos locais?</i>
	Com certeza! Eu acho que tem algumas cabeças que tem muitas ideias e tem medo de expressar e expor suas ideias. Tá faltando um curso de liderança aqui também. Eu acho que ajudaria muito algumas pessoas. Não só fazer o curso, mas incentivar outras pessoas a fazer. Tem muitas pessoas que eu admiro, que eu acho que tem capacidade de administrar e fazer um bom trabalho aqui dentro, mas essas pessoas tem medo de colocar aquilo que ela tem vontade de fazer ou medo de não ser apoiada, não ter aquele apoio moral e não conseguir fazer.
8	<i>As mulheres que possuem conhecimentos e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão na comunidade?</i>
	Tem! São pessoas muito respeitadas dentro da comunidade. Participam de poucas decisões, mas tem.
9	<i>Relativamente a tua casa, como são tomadas as decisões em sua casa?</i>
	Lá em casa tem uma coisa que eu questiono muito. Depois que meus pais separaram, antes tudo era a minha mãe, as decisões eram tudo ela, tanto que a gente queria sair a gente ia com o papai, primeiro a gente ia com ele, até porque ... homem; e ele, não... quem decide é a mãe de vocês! Tudo em decisão a ele... dinheiro, dinheiro pra comida, era a minha mãe. A tua mãe decide o que vai comprar pra comer, o que ela quer comer... tudo era decisão dela. Quando ela saiu, agora tudo é em cima de mim, tudo sou eu, as decisões agora tudo sou eu. E eu que sou a mais respeitada perante os irmãos. Então tudo é comigo. O meu pai falava... a vocês são mulheres, quem tem que decidir em relação à vocês é a mãe de vocês. Acho que pelo facto de ser a maioria mulher, ele deixava pra ela resolver. Ele achava que em questão de mulher, mulher é que tem que resolver entre mulher.
10	<i>Então aqui na sua casa, no ambiente familiar, quem manda mais o homem ou a mulher?</i>
	As mulheres, com certeza! Por opção deles, né. (risos). Eu vejo assim por aquela coisa... que eu acho muito machismo, o homem trabalha, coloca o dinheiro dentro de casa e a mulher que decidi o que tem que fazer. Eu acho que tá errado pra mim. Se eu chegar a casar, nós vamos ter que decidir os dois, vamos ter que dividir as tarefas, o certo é esse. Olha, ele jogava tanto o que acontecia de bom como o que acontecia de ruim pra cima da mamãe. Ela era a

	culpada. Se acontecesse algo de ruim, era porque ela tinha liberado muito, se acontecia coisas boas... tá entendendo? Então tem que ser dividido, eu acho que os dois têm que participar juntos, tem que ter poder de decisão junto! Pra mim o correcto seria: sentar os dois primeiro, conversar isso e depois colocar... a nossa decisão é isso e pronto.
11	<i>Você acha que dentro da sua casa tem decisões tomadas exclusivamente pelas mulheres?</i>
	Tem! Questões de cozinha. Em tudo da cozinha. Eu acho que na cozinha tem que ficar a mulher, o resto tem que ser dividido.
12	<i>Você acredita que para tomar decisões dentro da sua casa é necessário contribuir com as despesas?</i>
	Acho que não! Uma família, por mais que um não possa colaborar, mas tem poder de decisão, sim. Família é família.
13	<i>Você acha que os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i>
	Eu acho que não. As vezes os mais crianças tem umas ideias melhor que os mais velhos, em alguns casos sim!

Participante 07:

Nº	Transcrição
1	<i>Então, o que você acha que deve ou pode melhorar aqui no Curiaú?</i>
	O sossego. Ter mais sossego. Dantes a comunidade era mais unida um pouco. Agora hoje em dia ela é mais afastada porque existe muito conflito, sempre os que estão lá em cima querem bota os que estão lá em baixo, mais em baixo ainda. Eu queria que meu passado voltasse. Para o curiaú seria uma coisa boa. Apesar da gente não ter luz eléctrica, não ter asfalto e a festa era de ano a ano, mas tu vivia sossegado. Hoje em dia não. A juventude que tem aqui não querem o passado, querem o presente, porque o presente é festa todo dia.
2	<i>Na comunidade existem decisões que são tomadas com a sua participação?</i>
	Não! Não participo assim directamente. Já participei muito. Olha, nós temos o grupo de idosos, o GRIAQCR, eu já participei muito de reunião. Era de 15 em 15 dias. Então quando eu tava na minha roça, sempre fazendo farinha dia de terça-feira, eu saia da roça, fazia o lanche para a reunião. Quando eu chegava na escola, já estavam a Creuza com a Claudete já dando a palestra. Nós temos um Psicólogo que tava acompanhando a gente, também, né. Nós formávamos um grupo de apoio de 25 pessoas. Pra falar a verdade, ficou só três pessoas.
3	<i>Mas você considera importante a participação da mulher nesse processo de decisão?</i>
	Eu acho importante. As mulheres tomam uma decisão mais a frente dos homens, porque os homens, a gente convida muito pra fazer esse tipo de reunião, faz é difícil. Você pra tirar um homem de dentro de casa é difícil. Agora mulher, não! Pode não dar muito, mas sempre tem.
4	<i>Em sua opinião em que lugares a mulher deveria ter o direito de participar das decisões?</i>

	Não sei, assim...(risos)...não sei.
5	<i>E aqui no Curiaú, onde é que você acha que as mulheres possuem poder de decisão?</i>
	Eu acho assim [pausa]. Mais pra casa e pro trabalho. Os homens não influenciam em nada isso. Olha, eu tiro por mim. Aqui, eu minha filha e meu companheiro. Então a minha filha sai pra faculdade e quando eu não tava trabalhando em casa de família, eu ia pra roça, fazer a farinha, sozinha. Ia sozinha, e ele não ia. Ele não ia, porque ele não queria. Ai o pessoal ficava pegando no pé dele: “rapaz, tu não tem uma mulher, tu tem uma escrava. Porque se você ajudasse ela, vocês eram dois trabalhando, não eram só ela”. Ai ele ficava brabo. Ai acabou que ele tinha tempo pra namorar [risos] e acabou arranjando uma namorada [risos]. Mas eu tenho muito apoio dos meus irmãos, muito mesmo.
6	<i>Você acha que existem decisões nas quais as mulheres não podem participar?</i>
	Não, eu acho que não! As mulheres têm de participar de tudo, Se a gente ficar só pensando que os homens vão participar e as mulheres não...
7	<i>Você acha que existem profissões exclusivas das mulheres?</i>
	Não. Eu não acho. As mulheres podem fazer qualquer coisa.
8	<i>Você acredita que o Curiaú seria melhor se as mulheres participam mais directamente da liderança das Associações, das entidades e dos grupos locais?</i>
	Acho. Eu achava que sim! Porque se a gente não bota uma mulher pra ser uma presidente de comunidade ou de bairro, seja do que for; eu acho assim que não tá certo. Até porque a Claudete com a Creuza e eu, a gente tava querendo montar uma, pra pegar uma e ser presidente da comunidade. Mas aí a gente parou um pouco, porque o presidente que tá, ainda não prestou conta com a comunidade. Aí fica um pouco parado.
9	<i>As mulheres que possuem conhecimentos e realizam práticas tradicionais têm poder de decisão na comunidade?</i>
	Tem. Eu te garanto que tem! Eu já vi muita amiga me pergunta: tem parteira no Curiaú? Tu me leva na casa dela? Eu queria ir lá pra ver se ela me passava e fazia algum remédio pra mim das ervas...cansei de chegar com as minhas amigas aqui e levar pra ela. E ela faz os remédios medicinais dela e elas se dão super bem, quando é com dois, três meses elas voltam e vão lá agradecer que deram muito bem e continuam fazendo o tratamento com ela.
10	<i>Relativamente a tua casa, como são tomadas as decisões em sua casa?</i>
	Não, eu não faço sozinha, não! Se eu vou fazer alguma coisa, eu sempre procuro conversar com ele, ou quando ele não tá, com a minha filha. E se a minha filha quer fazer alguma coisa, sempre ela me procura, a gente senta, nós duas conversa, espera ele chegar. Se não tá naquele alcance dele e nem no meu, aí...não, não por aí. Vamos sentar, conversar, pensar, vamos ver como é que dá pra gente fazer isso. A gente sempre senta junto pra fazer isso. Eu não decido sozinha, não.
11	<i>Então aqui na sua casa, no ambiente familiar, quem manda mais o homem ou a mulher?</i>
	Olha, aqui no caso, eu acho assim [pausa]. Quem ‘tá’ mandando mais sou eu (risos). Porque eu acho assim: Além de eu ser a mulher, eu sou mais velha do que ele. Um ano sim, mas sou mais velha do que ele. A minha filha não é filha

	dele, sabe! Aí se eles brigam, eu digo: Olha, não gosto disso assim! Senta! Os três. Aí eu falo: Olha, se você vem brigar com minha filha, eu não vou gostar. E 'pra' ela: Se tu brigar com ele eu não vou gostar; então vocês têm de entrar num acordo.
12	<i>Existe alguma decisão dentro da sua casa tomada exclusivamente pelas mulheres?</i>
	Não.
13	<i>Você acredita que para tomar decisões dentro da sua casa é necessário contribuir com as despesas?</i>
	Com certeza!
14	<i>Você acha que os mais velhos podem mandar mais que os mais jovens nas decisões diárias?</i>
	Eu acho que não. Se a gente sentar pra pensar...meu pai dizia que até um conselho de criança ele ouvia, entendeu? Não é por eu ser mais velha do que ele que eu vou...muito pelo contrário, respeito muito ele.

Anexo Q

Sites Consultados

<http://www.portalamazonia.globo.com>

<http://www.amapa.gov.br>

<http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br>

<http://www.dominiopublico.gov.br>

<http://www.wlsa.org.mz/>

<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ccpa.am.gov.br>

<http://www.ibama.gov.br>

http://www.cooperaremportugues.org/.../mp_brasil.gif

<http://www.suframa.gov.br/publicacoes/interiorizando/amapa.pdf>